

Ministério do Meio Ambiente – MMA  
Secretaria de Biodiversidade - SBIO  
Departamento de Áreas Protegidas – DAP  
Unidade de Coordenação do Projeto (UCP) GEF Mar

Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – Funbio

Projeto Áreas Marinhas e Costeiras Protegidas (GEF Mar)

Termo de Referência Nº 2019.1218.00028-5

**Produto 3: Relatório Final de Avaliação Final do Projeto GEF Mar**

Consultor: Rogério Bittencourt Cabral

Brasília, 2020

ÍNDICE	
<u>INTRODUÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO</u>	<u>3</u>
<u>LISTA DE SIGLAS E ACRÔNIMOS</u>	<u>4</u>
<u>DESCRIÇÃO DA METODOLOGIA ADOTADA</u>	<u>6</u>
<u>METAS ALCANÇADAS – OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO PROJETO (PDO)</u>	<u>9</u>
<u>COMPONENTE 1 – CRIAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE AMCPs</u>	<u>13</u>
SUB COMPONENTE 1.1 – CRIAÇÃO DE AMCPs	16
SUB COMPONENTE 1.2 – IMPLEMENTAÇÃO AMCPs	21
<u>COMPONENTE 2 – SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA</u>	<u>30</u>
<u>COMPONENTE 3 – MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA BIODIVERSIDADE</u>	<u>33</u>
SUB COMPONENTE 3.1 – MONITORAMENTO DA BIODIVERSIDADE	33
SUB COMPONENTE 3.2 – AVALIAÇÃO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE MARINHA	38
<u>GERENCIAMENTO E INSTITUIÇÕES</u>	<u>41</u>
DESENHO DO PROJETO	41
ARRANJO INSTITUCIONAL E ESTRUTURA	42
INTERNALIZAÇÃO E ARTICULAÇÃO	46
APOIO SOCIAL, BENEFÍCIOS ÀS POPULAÇÕES TRADICIONAIS E MECANISMOS DE PARTICIPAÇÃO	48
<u>COMPONENTE 4: COORDENAÇÃO E GESTÃO DO PROJETO</u>	<u>51</u>
SUB COMPONENTE 4.1 – GERENCIAMENTO FINANCEIRO	52
GERENCIAMENTO FINANCEIRO E CONTROLE DA EXECUÇÃO	52
RECURSOS FINANCEIROS, ESTRUTURA DE FINANCIAMENTO E ARRANJO FINANCEIRO	58
SUB COMPONENTE 4.2 – COORDENAÇÃO TÉCNICO-ADMINISTRATIVA DO PROJETO	62
CAPACITAÇÕES E ALOCAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	64
FLEXIBILIDADE E AGILIDADE EM SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA – DERRAMAMENTO DE ÓLEO	68
COMUNICAÇÃO	69
<u>ANÁLISE PRELIMINAR CENÁRIO COVID-19</u>	<u>70</u>
<u>BOAS PRÁTICAS IDENTIFICADAS</u>	<u>71</u>
<u>PRINCIPAIS DESAFIOS E GARGALOS</u>	<u>72</u>
<u>LIÇÕES APRENDIDAS</u>	<u>73</u>
<u>RECOMENDAÇÕES</u>	<u>74</u>
<u>CONCLUSÃO</u>	<u>76</u>
<u>REFERÊNCIAS</u>	<u>77</u>
<u>ANEXOS</u>	<u>78</u>

## Introdução e Contextualização

O Projeto Áreas Marinhas e Costeiras Protegidas – GEF Mar é um projeto do Governo Federal concebido para promover a conservação da biodiversidade marinha e costeira de forma alinhada às políticas nacionais brasileiras para a conservação da biodiversidade e o desenvolvimento sustentável da zona costeira e marinha, tais como: Política Nacional de Biodiversidade, Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC), Política Nacional de Recursos do Mar (PNRM) e Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP).

O Projeto GEF Mar é implementado pelo Governo Federal por meio de uma parceria técnico-financeira com o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio), tendo sido financiado com recursos do Global Environment Facility (GEF) por meio do Banco Mundial no período compreendido entre agosto de 2014 e março de 2020.

Uma avaliação do Projeto GEF Mar foi conduzida de forma independente, sistemática e objetiva para determinar a pertinência e o grau de cumprimento dos objetivos, a eficiência na sua execução e a sustentabilidade dos resultados alcançados.

O escopo desta avaliação final do Projeto GEF Mar abrange a fase de execução dos recursos do GEF reportados no Project Appraisal Document – PAD341 entre agosto de 2014 e março de 2020, e suas recomendações são endereçadas para a continuidade da execução e do arranjo institucional com os recursos aportados pelo Termo de Compromisso Petrobras-IBAMA, por meio do Fundo Marinho criado no escopo deste Projeto e também para contribuir com as negociações em andamento do GEF Mar 2.

Esta avaliação do Projeto GEF Mar, realizada entre os meses de março a junho de 2020, foi conduzida em um contexto de isolamento social decorrente da pandemia de COVID-19 exigindo adaptações na metodologia adotada e no cronograma de execução de forma a garantir a segurança e a saúde de todos os envolvidos no processo – foi realizada apenas uma atividade presencial durante toda a avaliação.

Este relatório preliminar registra as constatações e conclusões da avaliação do Projeto GEF Mar a partir da análise crítica da execução e dos resultados alcançados e apresenta as principais lições aprendidas, melhores práticas e as recomendações para que possam ser incorporados na sua continuidade, na nova iniciativa e bem como induzir melhorias na gestão dos atores e instâncias envolvidos.

Este trabalho foi elaborado com recursos do Termo de Compromisso com o IBAMA como parte da compensação ambiental para adequação das plataformas marítimas de produção da Petrobras em relação ao descarte de água de produção, conforme conteúdo constante do Processo IBAMA 02001.000128/2018-26.

## Lista de Siglas e Acrônimos

ACRE	Áreas de Conservação e Reprodução de Espécies
ACT	Acordo de Cooperação Técnica
AMCP	Áreas Marinhas e Costeiras Protegidas
AMEX	Associação Mãe dos Extrativistas da RESEX de Canavieiras
APA	Área de Proteção Ambiental
BMU	Ministério Federal do Ambiente, Proteção da Natureza e Segurança Nuclear da Alemanha
CDB	Convenção da Diversidade Biológica
CEPENE	Centro de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Marinha do Nordeste
CEPSUL	Centro de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Marinha do Sudeste e Sul
CIRM	Comissão Interministerial para os Recursos do Mar
CNPT	Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sociobiodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais
CNUC	Cadastro Nacional de Unidades de Conservação
COGEP	Coordenação de Gestão de Projetos Externos
COMOB	Coordenação de Monitoramento da Conservação da Biodiversidade
CONFREM	Comissão Nacional para o Fortalecimento das Reservas Extrativistas e dos Povos Extrativistas Costeiros Marinhos
COP	Comitê Operacional do Projeto
COVID	Corona Virus Disease
CP	Conselho do Projeto
CR	Coordenação Regional
DAP	Departamento de Áreas Protegidas
DECO	Departamento de Ecossistemas
DESP	Departamento de Manejo e Conservação de Espécies
DIBIO	Diretoria de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade
DIMAN	Diretoria de Criação e Manejo de Unidades de Conservação
DIPLAN	Diretoria de Planejamento, Administração e Logística
DISAT	Diretoria de Ações Socioambientais e Consolidação Territorial em UCs
FUNBIO	Fundo Brasileiro para a Biodiversidade
GEF	Global Environment Facility
GIZ	Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH
GT	Grupo de Trabalho
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IEMA	Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
IFPB	Instituto Federal da Paraíba
INEMA	Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
METT	Management Effectiveness Tracking Tool
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MOP	Manual Operacional do projeto
MR	Marco Referencial
NGI	Núcleo de Gestão Integrada
OEMA	Órgão Estadual de Meio Ambiente
PAD	Project Appraisal Document
PAN	Planos de Ação Nacional para a conservação
PARNA	Parque Nacional
PEM	Parque Estadual Marinho
PF	Pessoa Física

PJ	Pessoa Jurídica
PM	Plano de Manejo
PNAP	Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas
PNGC	Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro
PNRM	Política Nacional de Recursos do Mar
PO	Planejamento Operacional
POA	Planejamento Operacional Anual
PPPZCM	Projeto Político Pedagógico para Zona Costeira e Marinha
PREPS	Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite
PRIM	Plano de Redução de Impactos
PSA	Pagamentos por Serviços Ambientais
REBIO	Reserva Biológica
RESEX	Reserva Extrativista
REVIS	Refúgio da Vida Silvestre
SAP	Secretaria de Aquicultura e Pesca
SALVE	Sistema de Avaliação do Estado de Conservação da Biodiversidade
SAMGE	Sistema de Análise e Monitoramento da Gestão
SBio	Secretaria de Biodiversidade
SEMA	Secretaria Estadual de Meio Ambiente
SERHMACT	Secretaria de Estado da Infraestrutura, dos Recursos Hídricos, do Meio Ambiente e da Ciência e Tecnologia
SEUC	Sistema Estadual de Unidades de Conservação
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
TAMAR	Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Tartarugas Marinhas e da Biodiversidade Marinha do Leste
TdR	Termo de Referência
TT	Tracking Tool
UC	Unidade de Conservação
UCP	Unidade de Coordenação do Projeto
UE	Unidade Executora
UF	Unidade Federativa
UGP	Unidade de Gestão do Projeto
UIP	Unidade de Implementação do Projeto
ZCM	Zona Costeira e Marinha
ZEE	Zona Econômica Exclusiva

## Descrição da Metodologia Adotada

De acordo com o Termo de Referência nº 2019.1218.00028-5, que especifica a realização desta avaliação, o escopo da análise e avaliação final da implementação do Projeto deve ter dois focos: um nas instituições e no gerenciamento do programa (gestão) e outro no funcionamento do sistema de áreas marinhas e costeiras protegidas no seu conjunto e os seus elementos. Estes dois focos principais se desdobram em um conjunto de dimensões de resultados esperados que irão orientar o escopo desta avaliação.



### Questões da Avaliação

O contexto, escopo e finalidades da avaliação determinaram as questões da avaliação que precisam ser respondidas de forma fundamentada, demonstrando as análises realizadas e indicando as fontes e os dados considerados.

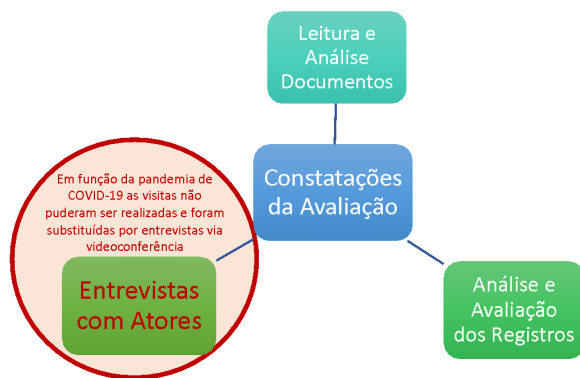
Para tanto, as questões da avaliação propostas pelo Termo de Referência, baseadas nas questões utilizadas na Avaliação de Meio Termo do Projeto, foram analisadas criticamente e adaptadas considerando a abordagem da avaliação. O quadro completo com as questões da avaliação utilizadas é apresentado no Anexo 1.

### Metodologia

As constatações e conclusões desta avaliação foram construídas a partir da triangulação das informações obtidas pelas formas de coletas de dados.

As técnicas de coleta e análise de dados que possibilitaram responder as questões da avaliação, baseando-se em evidências confiáveis, foram:

- Análise dos documentos do Projeto;
- Análise dos indicadores e dados de monitoramento do Projeto;
- Análise dos relatórios e registros gerados pela implementação do Projeto;
- Entrevistas com pessoas envolvidas ou beneficiadas;
- Reuniões ou oficinas participativas com envolvidos e/ou beneficiados.



Para a avaliação da execução e eficiência do Projeto foram utilizados os registros da sua execução disponibilizados pelo Funbio na forma de planilhas eletrônicas que contemplam os dados dos protocolos (solicitações) das demandas das instâncias executoras.

Tipo de Informação	Fonte Utilizada
Dados financeiros sobre recursos executados	Planilha Excel: 03.GEF Mar até mar-20 (regularmente disponibilizada para o monitoramento do Projeto)
Prazos de atendimento das solicitações	Planilha Excel: Solicitações GEF Mar_01_04_2020 (planilha preparada pelo Funbio a partir da solicitação do consultor)

Foram também utilizadas as informações do Sistema de Análise e Monitoramento da Gestão (SAMGE), ferramenta de análise de efetividade desenvolvida pelo ICMBio e consultadas na plataforma da ferramenta.

De forma a manter o alinhamento com a metodologia adotada pela avaliação de meio termo do Projeto GEF Mar, foram adotadas as tipologias de recomendações semelhantes às utilizadas adequando-as ao contexto da avaliação final:

- **Boas práticas:** aspectos bem-sucedidos e inovadores do Projeto que devem ser continuados e merecem replicação em outras iniciativas;
- **Recomendações:** sugestões de melhorias a serem incorporadas nas iniciativas em andamento ou planejadas para a continuidade das ações de fortalecimento do sistema de AMCPs;
- **Lições Aprendidas:** aprendizados decorrentes da implementação do Projeto que vão além do seu escopo.

#### Entrevistas Realizadas

A interação com os atores do Projeto GEF Mar, assim como com o território, é fundamental para a construção das hipóteses, a checagem dos pressupostos e a geração dos aprendizados decorrentes de um processo de avaliação.

Entretanto, considerando o contexto de isolamento social decorrente da pandemia de COVID-19, a avaliação precisou se adequar e realizar a maior parte da coleta de dados e informações a

partir de entrevistas e reuniões à distância utilizando-se videoconferências ou mesmo chamadas de voz e troca de mensagens eletrônicas com envio de perguntas ou solicitações de complementações.

É importante registrar que do ponto de vista do processo de avaliação, a adaptação compulsória implicou em prejuízos na coleta dos dados e na checagem dos pressupostos, tendo em vista a importância dos contatos e interações presenciais para a obtenção das percepções mais subjetivas sobre os elementos do Projeto.

Todos os atores chaves indicados e procurados por esta avaliação demonstraram grande interesse e compromisso em contribuir com a avaliação. Embora os impactos nas instituições e nas vidas pessoais da necessidade do isolamento social tenham criado algumas dificuldades de contato e agendamentos, que conseguiram ser contornados principalmente em função da disponibilidade dos atores entrevistados.

A relação das pessoas entrevistadas, com as respectivas datas e as instituições que representam no âmbito do Projeto, são apresentadas no Anexo 2.

#### Estrutura do Relatório

A estrutura deste relatório procura atender as especificações do TdR e endereça as questões da avaliação conforme tabela abaixo.

Foco da Avaliação	Aspecto da Avaliação	Questões da Avaliação
	<b>Alcance das Metas e Indicadores de Avanço</b>	10 e 11
<b>Funcionamento do Sistema AMCPs</b>	Componente 1 – Criação e Implementação AMCPs	14
	Sub Componente 1.1 – Criação AMCPs	14
	Representatividade na proteção dos ecossistemas	12
	Sub Componente 1.2 – Implementação AMCPs	14
	Benefício às AMCPs	13
	Componente 2 – Sustentabilidade Financeira	14 e 33
	Componente 3 – Monitoramento e Avaliação	14
	Envolvimento e Integração dos Centros de Pesquisa	16
<b>Gestão – Instituições e Gerenciamento</b>	Desenho do Projeto	1 e 2
	Arranjo Institucional e Estrutura	3 e 9
	Apoio social, Benefícios às populações tradicionais e mecanismos de participação	4, 31 e 32
	Internalização e Articulação	5
	Componente 4 – Coordenação e Gestão do Projeto	
	Sub Componente 4.1 – Gerenciamento Financeiro	8, 18 e 26
	Gerenciamento Financeiro e Controle da Execução	6, 17 e 22
	Recursos Financeiros, Estrutura de Financiamento e Arranjo Financeiro	7, 15, 19
	Sub Componente 4.2 – Coordenação Técnico-Administrativo	27, 21, 28
	Capacitações e Alocação de recursos humanos	23, 24 e 25
	Flexibilidade e agilidade – emergência contaminação por óleo	29, 29.a
Comunicação	30	




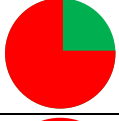
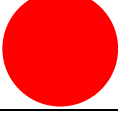


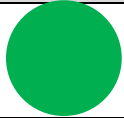
## Metas Alcançadas – Objetivos de Desenvolvimento do Projeto (PDO)

O alcance das metas do Projeto evidencia o seu progresso na direção dos objetivos propostos. O conjunto integrado das metas demonstra as relações de causa e efeito entre os componentes e subcomponentes do Projeto e permite a identificação dos gargalos e pontos de alavancagem do desempenho do GEF Mar.

Na nossa avaliação o Projeto apresentou um desempenho altamente satisfatório, constatação corroborada pelas evidências apresentadas do alcance da maioria das metas previstas no PAD conforme será demonstrado ao longo deste relatório.

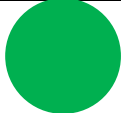
A seguir é apresentada a situação de alcance das metas de desenvolvimento do Projeto (PDO) acordadas no PAD. A situação de alcance das metas de cada componente é apresentada no capítulo do relatório correspondente.

	Meta integralmente alcançada.
	Meta parcialmente alcançada e demonstração de avanços significativos.
	Meta parcialmente alcançada.
	Foram apresentados avanços, mas pouco significativos.
	Meta não alcançada

<b>Metas e Indicadores do Objetivo Desenvolvimento do Projeto (PDO)</b>			
Objetivo de Desenvolvimento do Projeto (PDO): Apoiar a expansão de um sistema globalmente representativo e eficaz de áreas marinhas e costeiras protegidas (AMCPs) no Brasil			
META	ALCANCE	STATUS	VERIFICAÇÃO
17,5 milhões ha (175.000 km <sup>2</sup> ) de novas áreas protegidas estabelecidas	93 milhões ha de novas áreas criadas/ampliadas		Decretos e leis com a definição da área criada

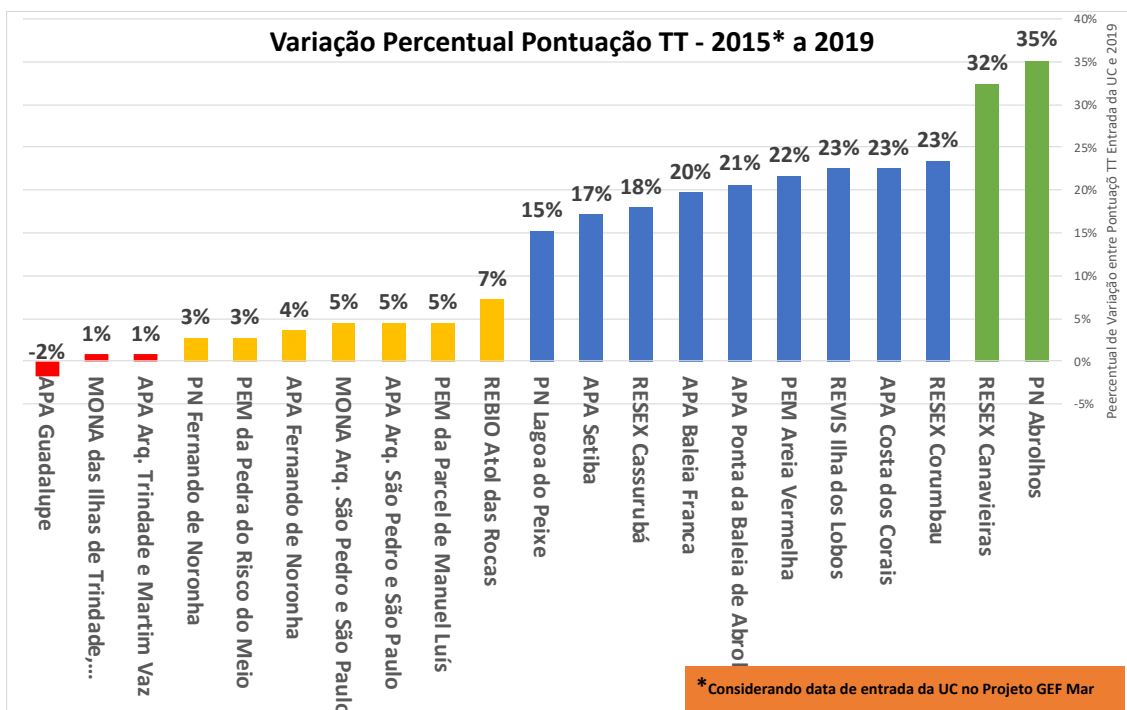
A meta foi amplamente ultrapassada em mais de cinco vezes (5,3) com o aporte do Projeto à criação e ampliação de novas unidades de conservação entre os anos de 2016 e 2018, fazendo com que o percentual do bioma marinho e costeiro protegido aumentasse de 1,5% para 26,3%.

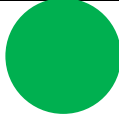
ANO	UC	INSTRUMENTO	ÁREA (ha)
2016	Refúgio de Vida Silvestre de Alcatrazes	Decreto s/nº de 02 de agosto de 2016	67.364,00
2017	Estação Ecológica do Taim	Decreto s/nº de 05 de junho de 2017	21.867,52
2018	NGI Trindade-Martim Vaz	Decreto 9.312, de 19 de março de 2018	47.153.244,97
2018	NGI São Pedro - São Paulo	Decreto 9.313, de 19 de março de 2018	45.431.554,00
2018	RESEX Itapetininga	Decreto 9.333, de 5 de abril de 2018	16.294,00
2018	RESEX Baía do Tubarão	Decreto 9.340, de 5 de abril de 2018	223.917,00
2018	RESEX Arapiranga-Tromaí	Decreto 9.339, de 5 de abril de 2018	186.908,00
Total Área AMCPs Criadas ou Ampliadas			93.101.149,49

Metas e Indicadores do Objetivo Desenvolvimento do Projeto (PDO)			
Objetivo de Desenvolvimento do Projeto (PDO): Apoiar a expansão de um sistema globalmente representativo e eficaz de áreas marinhas e costeiras protegidas (AMCPs) no Brasil			
META	ALCANCE	STATUS	VERIFICAÇÃO
930.000 ha (9.300 km <sup>2</sup> ) de áreas protegidas fortalecidas	Aumento da efetividade em 1.331.969 ha (11 UCs)		Pontuação obtida pelo preenchimento do METT

A meta é avaliada como alcançada e a evidência utilizada é a variação percentual da pontuação obtida pela na aplicação da ferramenta Tracking Tool na entrada da AMCP no Projeto e a pontuação obtida na aplicação do ano de 2019. Os registros das aplicações da ferramenta demonstram que:

- 2 AMCPs (188.640 ha) apresentaram ganhos superiores a 30%;
- 9 AMCPs (1.143.328 ha) apresentaram ganhos entre 15 e 23%;
- 7 AMCPs (43.381.194,84 ha) apresentaram ganhos entre 3 e 7%.



Metas e Indicadores do Objetivo Desenvolvimento do Projeto (PDO)			
Objetivo de Desenvolvimento do Projeto (PDO): Apoiar a expansão de um sistema globalmente representativo e eficaz de áreas marinhas e costeiras protegidas (AMCPs) no Brasil			
META	ALCANCE	STATUS	VERIFICAÇÃO
2 mecanismos financeiros para apoiar a sustentabilidade financeira a longo prazo desenhados e prontos para execução	2 mecanismos desenhados e prontos para execução (um deles já em execução) <ul style="list-style-type: none"> <li>• Termo de Compromisso entre IBAMA e Petrobras, que aportou R\$ 60.000.000,00 ao Projeto GEF Mar; e</li> <li>• Lançamento de um fundo de apoio às AMCPs (Fundo Marinho).</li> </ul>		Relatórios do Projeto, acordos estabelecidos, mecanismos financeiros propostos e apresentados, e proposta de regulamentação.

No âmbito das estratégias do Projeto que contribuem para a sustentabilidade financeira do conjunto de AMCPs são considerados mecanismos financeiros desenhados e prontos para execução:

- A articulação com a Petrobras e IBAMA para a assinatura de Termo de Compromisso que garantiu o repasse de R\$ 60 milhões para o Projeto;
- Na Missão de Meio Termo do Projeto GEF Mar, realizada em agosto de 2018, uma das ações acordadas para a reestruturação do Projeto foi a estruturação de um Fundo Marinho de Apoio às AMCPs, utilizando parte dos recursos do Projeto GEF Mar como aporte inicial (US\$ 8,5 milhões) na modalidade de *endowment*, mas com possibilidade de captar recursos de outras fontes.

#### **FUNDO MARINHO**

*O FM é um mecanismo de financiamento de longo prazo, de caráter privado, criado por meio de contratos entre entidades, pessoas físicas e jurídicas, doadoras brasileiras e estrangeiras, com base em uma agenda e regras previamente definidas.*

##### **1.1 Objetivo do Fundo Marinho**

*O objetivo do FM é apoiar o estabelecimento, ampliação e implementação de um sistema globalmente significativo, representativo e eficaz de Áreas Marinhas e Costeiras Protegidas (AMCPs) no Brasil e outras estratégias consideradas relevantes, a fim de reduzir a perda de biodiversidade e promover o uso sustentável e o desenvolvimento socioeconômico na zona marinha e costeira brasileira.*

*Os recursos deverão ser utilizados prioritariamente para suprir necessidades básicas na gestão de um sistema de AMCPs, devendo levar em consideração a existência de outras fontes de financiamento complementares, como os recursos orçamentários e de outras origens.*

*Ações dos Centros de Pesquisa e Conservação (Centros de Pesquisa) do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) poderão ser viabilizadas desde que estejam relacionadas diretamente às AMCPs apoiadas, assim como projetos desenvolvidos pela sociedade civil organizada nas áreas de entorno ou no interior das AMCPs. O FM poderá atuar de forma direta, através da aquisição de bens e contratação de serviços direcionados aos seus beneficiários finais (como AMCPs, Centros de Pesquisa e comunidades), ou através de desembolsos para organizações da sociedade civil, que, por sua vez, desenvolverão projetos em prol dos objetivos do FM. O FM poderá também financiar sua operação através do apoio às suas instâncias deliberativas e operacionais, dentro de limites estabelecidos pelo Comitê de Doadores do Fundo. Por fim o FM poderá financiar o desenvolvimento de estudos, estratégias e projetos que gerem melhorias ao próprio FM e/ou que apoiem sua sustentabilidade de longo prazo.*

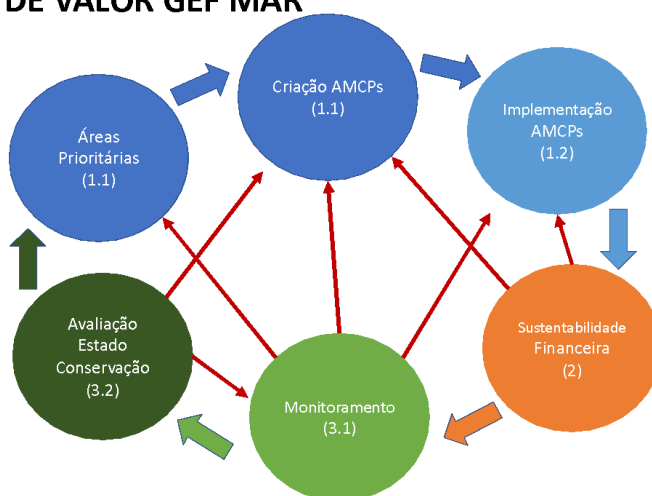
Manual Operacional do Fundo Marinho – 23/01/2020

## Componente 1 – Criação e Implementação do Sistema de AMCPs

O fortalecimento do Sistema de AMCPs é um dos focos da Avaliação da Implementação do Projeto juntamente com seu Gerenciamento e as Instituições envolvidas.

A visão sistêmica do Projeto, representada pelo Ciclo de Gestão do Sistema de Áreas Protegidas, demonstra as interdependências necessárias para que os elementos interajam favoravelmente na direção da conservação e uso sustentável da biodiversidade marinha e costeira.

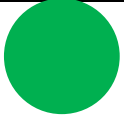
### CADEIA DE VALOR GEF MAR

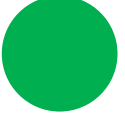



A hipótese formulada no desenho do Projeto e testada durante sua implementação estabelece que o fortalecimento do Sistema de AMCPs será alcançado por meio dos avanços na atualização das áreas prioritárias, definição das medidas de conservação baseadas em territórios (ACREs), criação e implementação de AMCPs, desenvolvimento dos mecanismos de sustentabilidade financeira, monitoramento da biodiversidade e avaliação do estado de conservação da biodiversidade.

A avaliação final da implementação constatou que a hipótese estratégica foi confirmada e o apoio aos componentes que integraram o Projeto foi capaz de fortalecer o sistema brasileiro de AMCPs.

## Alcance das Metas Componente 1

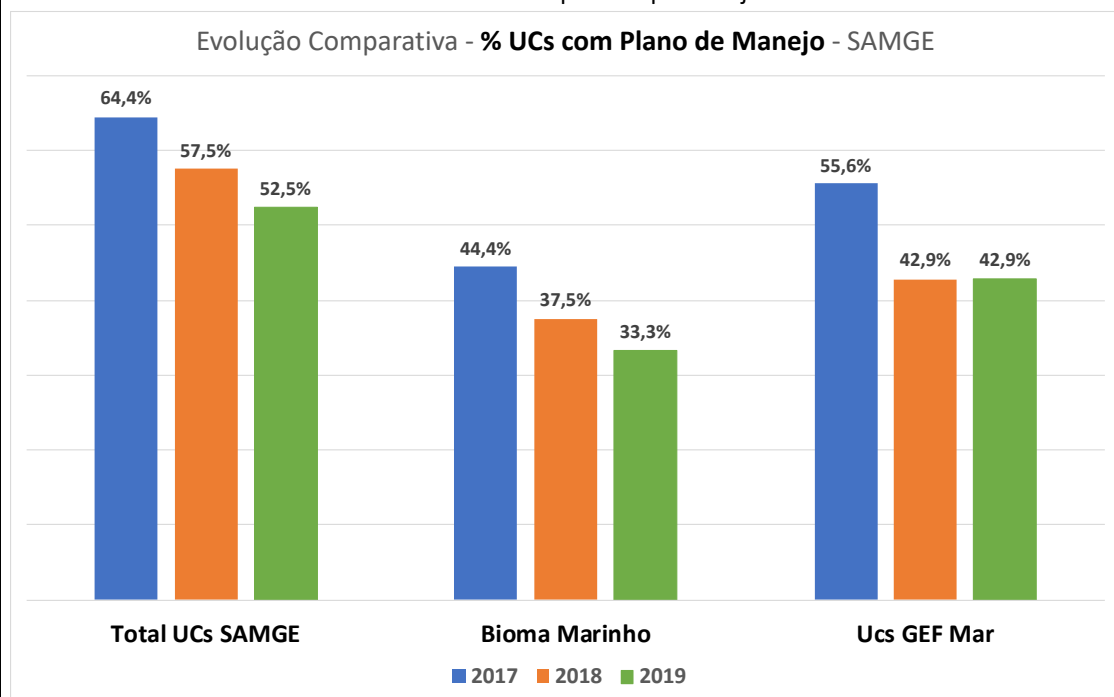
Metas e Indicadores Intermediários – Componente 1			
META	ALCANCE	STATUS	VERIFICAÇÃO
Atualização do Mapa de Áreas Prioritárias para Conservação – Bioma Marinho e Costeiro e geração de Mapa de Áreas Prioritárias para Criação de Unidades de Conservação	Mapa desenvolvido		Relatórios do Projeto, Mapa Publicado
<p>Atualização do mapa de áreas prioritárias da biodiversidade brasileira – Bioma Marinho e Costeiro foi institucionalizada por meio da Portaria MMA Nº 463 de 18 de dezembro de 2018.</p> <p>O processo da 2ª atualização das áreas prioritárias para conservação da Zona Costeira e Marinha iniciou-se em 2014 e foi concluído em 2018, e contou com várias reuniões técnicas temáticas, com a participação de representantes de diversos setores e instituições.</p> <p>Foi coordenado pelo MMA, com o apoio técnico do consórcio formado pela Conservação Internacional e o WWF-Brasil.</p>			

META	ALCANCE	STATUS	VERIFICAÇÃO
480 Participantes nos processos consultivos de criação de UC ou nos Conselhos de UCs	2.255 mulheres e 3.375 homens (Dados 1º semestre de 2019)		Decretos ou Portarias de Criação de Conselhos Atas de reuniões dos Conselhos
<p>Meta foi amplamente superada considerando Número de participações de mulheres e homens registradas nas atas e listas de presença das reuniões de conselhos e processos consultivos de criação de unidades de conservação, e nos relatórios de execução enviados pelos gestores.</p>			

META	ALCANCE	STATUS	VERIFICAÇÃO
16 Planos de manejo e planos de proteção elaborados ou revisados (a) e em implementação (b)	13 planos de manejo elaborados, atualizados e sob implementação		Planos de manejo ou proteção submetidos ao ICMBio. Relatórios anuais de AMCPs implementadas.

A meta de apoio à elaboração, revisão e implementação dos planos de manejo ou proteção foi alcançada parcialmente. De acordo com os registros de acompanhamento do Projeto 13 planos de manejo foram elaborados ou atualizados.

De acordo com a aplicação da ferramenta SAMGE no ano de 2019, 43% das AMCPs, ou seja 9 UCs, apoiadas pelo Projeto possuem Plano de Manejo. Resultado superior à média das UCs do bioma marinho costeiro, mas inferior à média total das UCs que responderam o instrumento, confirmando o alcance parcial da meta. A redução do percentual de cobertura das UCs pelos planos de manejo pode estar relacionada ao aumento do número de UCs apoiadas pelo Projeto.



## Sub Componente 1.1 – Criação de AMCPs

### Atualização Áreas Prioritárias para Biodiversidade – Bioma Marinho e Costeiro

A Atualização das Áreas Prioritárias para Conservação, Utilização Sustentável e Repartição dos Benefícios da Biodiversidade da Zona Costeira e Marinha foi finalizada em 2018 e institucionalizada pela Portaria MMA Nº 463 de 18/12/2018. Ela se constitui em uma importante contribuição do Projeto ao fortalecimento do Sistema de AMCPs, uma vez que apresenta indicações de criação e ampliação de Unidades de Conservação, além de outras ações relacionadas às AMCPs.

As Áreas Prioritárias são uma estratégia de conservação da biodiversidade da zona costeira e marinha em face do contexto atual e dos cenários futuros de aumento das pressões sobre os ecossistemas, espécies e modos de vida.

Foram relatadas melhorias no processo de atualização das áreas prioritárias envolvendo uma maior preocupação com a organização das bases de dados e com a elaboração mais detalhada de fichas descritivas e além de torná-la mais útil e adequada como insumo relevante para os diversos processos de planejamento ambiental, licenciamento ambiental, e outras atividades e políticas da área de meio ambiente.

Após a atualização das Áreas Prioritárias, os esforços foram direcionados para a divulgação da ferramenta (vídeos estão sendo produzido com apoio do Projeto Mata Atlântica, e cursos para uso da ferramenta estão sendo planejados junto ao Projeto TerraMar), para a sistematização do processo de atualização com revisão das fichas descritivas e compilação do banco de dados e para o refinamento das áreas híbridas – áreas da zona costeira e marinha que apresentaram sobreposições com áreas de outros biomas.





A análise do tipo de despesa elegível utilizada para o apoio à atualização das Áreas Prioritárias para a Biodiversidade reflete a escolha pela contratação de pessoa jurídica para a prestação dos serviços técnicos especializadas (82%) da execução. Esta escolha nos parece acertada considerando a exigência de capacidade técnica disponível para a empreitada e o nível de especialização e dedicação exigidos, porém merece atenção o risco de que os conhecimentos e informações decorrentes do processo de atualização não sejam internalizados pelo Governo. Entendemos que a preocupação incorporada neste processo com a organização das bases de dados e das fichas descritivas minimize os riscos de não retenção dos conhecimentos gerados.

#### Estabelecimento de Áreas de Conservação e Recuperação de Espécies

As AMCPs incluem, além das unidades de conservação, terras indígenas, terras quilombolas, e zonas de exclusão de pesca (PNAP, 2006).

As áreas de conservação e recuperação de espécies são entendidas como outras medidas de conservação baseadas em áreas (OECMs) e o projeto previu no seu desenho inicial, como forma de fortalecimento do sistema de AMCPs, o aumento da área coberta por “no-take zones” (zona de exclusão de pesca ou ACRE) no interior das unidades de conservação.

Durante a execução do projeto, esta linha de ação foi influenciada por mudanças institucionais. Inicialmente a reestruturação do MMA (mudança de diretoria DMAR para DESP), trouxe o foco da ação para o ordenamento pesqueiro (ACRES fora de UCs) e em 2019, com a extinção da gestão compartilhada da pesca (MMA e SAP), o foco da ação voltou a ser criação de ACRES no âmbito das UCs. Os estudos apoiados pelo projeto forneceram subsídios para a criação de ACRES dentro ou fora de UCs.

Atualmente as ACRES podem ser implementadas como zonas especiais localizadas no interior das UCs pelo seu órgão gestor (ICMBIO ou OEMAS) ou fora do perímetro das UCs, por normas de ordenamento pesqueiro a cargo da Secretaria de Aquicultura e Pesca (SAP) do MAPA.

Os esforços de estabelecimento das ACRES no âmbito do Projeto oportunizaram o seu aprimoramento metodológico incorporando os aprendizados decorrentes das reflexões e estudos conduzidos. Os registros do Projeto evidenciam que, por exemplo, a mudança da nomenclatura do mecanismo de conservação de zonas de exclusão para áreas de recuperação considerou as sugestões de representantes da sociedade civil no Projeto.

Os registros de execução da linha de ação demonstraram o aporte de recursos do Projeto em cinco estudos (2018 e 2019) que geraram subsídios para a criação das áreas:

- Mapeamento das áreas de pesca de maior atuação industrial, a partir dos dados do PREPS, e áreas de importância biológica para produção de mapas temáticos apresentando a interação da atividade de pesca com áreas de interesse à conservação;
- Identificação e caracterização das áreas relevantes para a pesca artesanal e das áreas de interação entre a pesca artesanal e espécies sensíveis biologicamente ao longo das quatro regiões da costa brasileira, (correspondente às mesmas subdivisões utilizadas pelo Programa REVIZEE): Região Norte (AP, PA, MA); Região Nordeste (SE, AL, PE, PB, RN, CE); Região Central (BA, ES, RJ); Região Sudeste/Sul (SP, PR, SC, RS).

Um seminário realizado no final de 2019 – Subsídios à Proposição de Áreas de Conservação e Reprodução de Espécies: Lacunas, Oportunidades e Próximos Passos – sistematizou os principais aprendizados decorrentes das atividades realizadas para a criação e o estabelecimento das ACREs e produziu um conjunto importante de recomendações para maior integração das ACREs nas estratégias de conservação e gestão pesqueira e para a efetiva criação e implementação destas áreas, entre elas a consideração de que no cenário atual das competências institucionais a implementação de novas ACREs dependerá da articulação junto ao ICMBio, OEMAS e SAP/MAPA.

Como estratégia complementar, foram desenvolvidas diretrizes nacionais para planos de recuperação de espécies ameaçadas, que idealmente deverão ser utilizadas para implementação das AMCPs e ACREs e foi apoiada a elaboração de 9 Planos de Recuperação de Espécies (abrangendo 23 espécies) para trazer as populações para níveis sustentáveis.

#### Criação AMCPs

Uma das dimensões de maior sucesso do Projeto, a ampliação da área protegida por UCs no bioma que alcançou os impressionantes 26,3%, foi resultado de um processo político *top down* que o Projeto soube habilmente incorporar na sua estratégia de fortalecimento de um sistema de AMCPs apoiando a criação e incorporando na sua implementação os dois grandes conjuntos de UCs (MONA e APA) de Trindade / Martim Vaz e São Pedro/São Paulo.

Os relatos indicam que o processo de criação destas UCs resultou de uma janela de oportunidade onde na esfera política construiu-se um alinhamento oportuno entre a visão de soberania e posicionamento geopolítico proposto pelo Ministério da Defesa (Raul Jungman) e a visão conservacionista do Ministério do Meio Ambiente (José Sarney Filho) do funcionamento destas áreas como uma linha de proteção das áreas de conservação marinhas e da Zona Econômica Exclusiva.

Com a mudança do ambiente político e institucional e adoção pelo governo federal da diretriz interna de restrição à criação de novas UCs o Projeto direcionou os apoios nos últimos meses para a preparação das etapas que não dependem da decisão política e institucional. Um “estoque” de estudos para criação foi preparado e encontra-se devidamente formalizado (inseridos no SEI) pela equipe responsável do ICMBio aguardando momentos oportunos para ser submetido ao processo decisório.

Nome	Criação/ Ampliação	Área da UC proposta (hectares)	UF	Etapa do processo de criação	Apoio Direto do Projeto
Parque Nacional Marinho de Abrolhos	Ampliação	894.000,00	BA	Analítica	Diagnóstico ambiental, de pressão da pesca e turismo e das atividades turísticas de mergulho, passeio e observação de baleias; estudos socioeconômicos e de interesses concorrentes no território por atividades econômicas desenvolvidas na região.
Parque Nacional do Albardão	Criação	124.350,00	RS	Analítica	Diagnóstico ambiental (meios biótico e abiótico) e de pressão da pesca; estudos socioeconômicos e dos interesses concorrentes no território por atividades econômicas desenvolvidas na região. Diagnóstico ambiental e de pressão da pesca concluído.
Recifes da Foz do Rio Amazonas	Criação	2.270.000	PA	Analítica	Diagnóstico ambiental e de pressão da pesca; estudos socioeconômicos e dos interesses concorrentes no território por atividades econômicas desenvolvidas na região. Diagnóstico ambiental e de pressão da pesca concluído.
Foz do Rio Doce	Criação	43.420,00	ES	Analítica	Diagnóstico ambiental e de pressão da pesca; estudos socioeconômicos e dos interesses concorrentes no território por atividades econômicas desenvolvidas na região. Estudos e diagnósticos concluídos.
Reserva Extrativista Cabralzinho	Criação	999.999,00	AP	Analítica	Articulação de atores para consulta pública. Contrapartida do ICMBio ao Projeto: Diagnósticos e estudos para criação. Estudos em andamento.

### Representatividade na proteção dos ecossistemas

O aumento significativo do tamanho do sistema de AMCPs não foi acompanhado do aumento da sua representatividade. O alcance de uma adequada representatividade do conjunto de AMCPs apoiadas pelo Projeto é desafiador considerando a gigantesca extensão do bioma e a grande importância biológica dos ecossistemas a serem conservados.

Apesar do desafio da representatividade, o Projeto considerou e utilizou durante seu planejamento e implementação critérios de representatividade na proteção dos ecossistemas para seleção e inclusão de AMCPs a serem apoiadas.

Na seleção das AMCPs a serem apoiadas foram considerados estudos disponíveis como a versão de 2007 das Áreas Prioritárias para a Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade Brasileira, a identificação das sete Áreas Marinhas Ecologicamente ou Biologicamente Significativas (EBSAs), em 2012 e a Estratégia Nacional para Conservação e Uso Sustentável da

Biodiversidade Brasileira: Ampliação e Consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza 2012-2020.

O MOP estabelece os critérios para a seleção, inclusão e priorização dos esforços de consolidação de AMCPs considerando a importância de se ampliar a efetividade do conjunto áreas protegidas apoiadas.

Como já havia sido objeto de constatação e recomendação da Avaliação de Meio Termo do Projeto realizada em 2018, uma vez atualizadas as informações sobre as Áreas Prioritárias para a Conservação e Uso Sustentável do bioma Marinho e Costeiro uma criteriosa análise das lacunas da cobertura deveria ser conduzida para direcionar os esforços de novos estudos para criação de AMCPs e avançar no fortalecimento do sistema de AMCPs.

O acompanhamento da evolução da distribuição das AMCPs apoiadas e criadas com o apoio do Projeto nos permite antever o desafio da representatividade de um sistema de AMCPs.

Utilizando-se a divisão da ZCM adotada pelo Programa ReviZEE (Programa de Avaliação do Potencial Sustentável de Recursos Vivos na Zona Econômica Exclusiva) e considerando apenas a variável “área” das AMCPs apoiadas, com base na localização registrada no CNUC constata-se a concentração do atual Sistema de AMCPs apoiado pelo Projeto nas regiões Nordeste (SE, AL, PE, PB, RN, CE) e na Região Central (BA, ES, RJ). As regiões Norte (AP, PA e MA) e Sudeste/Sul (SP, PR, SC e RS) encontram-se sub representadas. Os gráficos com as distribuições das áreas das AMCPs por região são apresentados no Anexo 3.

## Sub Componente 1.2 – Implementação AMCPs

O subcomponente de implementação das AMCPs apoiou um conjunto de linhas de ação na perspectiva do Projeto ou processos e recursos na perspectiva da gestão que objetivam avançar no estágio de consolidação das AMCPs. As linhas de ação apoiadas foram:

- Formação e capacitação;
- Demarcação e sinalização dos limites da área protegida;
- Plano de Manejo, Acordo de Gestão e Termo de Compromisso;
- Sistema de Proteção;
- Pesquisa e Monitoramento;
- Equipe;
- Equipamentos;
- Infraestrutura;
- Gestão Participativa e Integração com as comunidades;
- Uso Público;
- Manejo de Espécies; e
- Estruturação e equipagem das bases e centros.

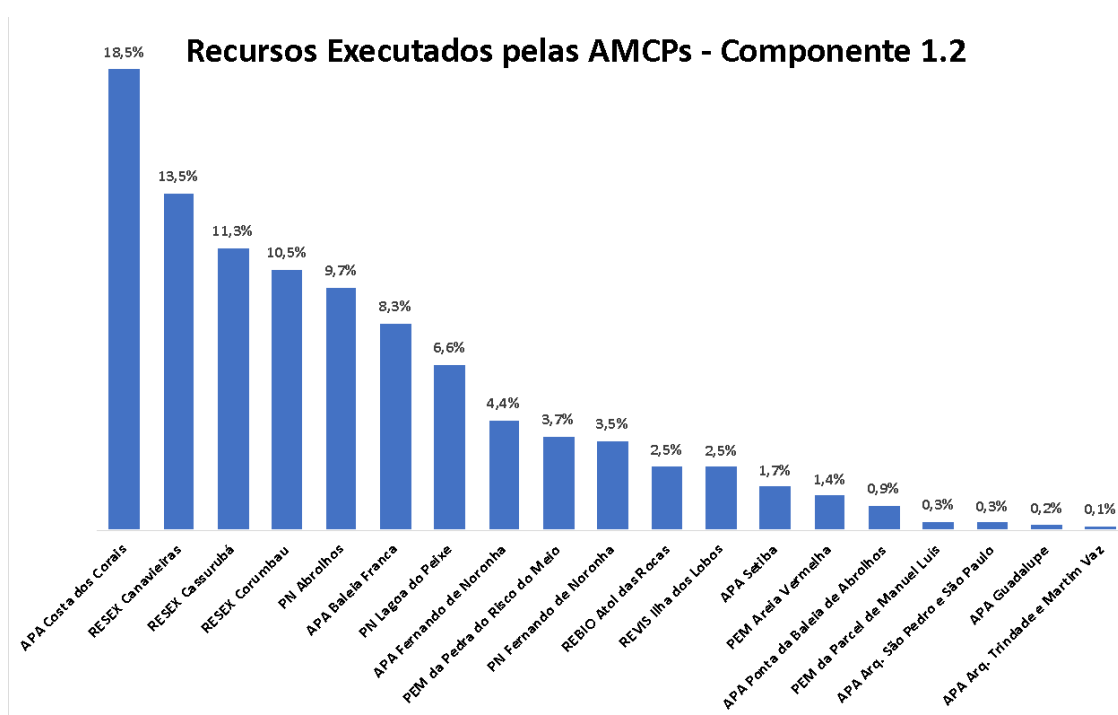
A consolidação de uma AMCP pressupõe que suas capacidades e competências organizacionais são fortalecidas nas dimensões estabelecidas (linhas de ação ou processos e recursos) e desta forma seus objetivos de conservação e uso sustentável da sócio biodiversidade são alcançados. A relação de causa (linhas de ação) e efeito (objetivos de conservação) não é direta e muito menos simples, e vem sendo discutida por meio dos modelos de avaliação e monitoramento da efetividade da gestão.

As variáveis ligadas aos territórios, ao ambiente político, econômico e social e ao contexto institucional no qual estão inseridas as AMCPs são determinantes para que os esforços de implementação das ações de gestão reflitam nos objetivos de conservação e os modelos de análise da efetividade das áreas protegidas ainda têm dificuldade em representar todas estas interações.

A implementação das AMCPs é analisada sob diferentes óticas para possibilitar as reflexões necessárias aos aprendizados do Projeto e das instituições envolvidas. Um dos pontos de vista utilizado é o apoio realizado pelo Projeto a partir do volume de recursos executados no subcomponente 1.2 nas linhas de ação implementadas pelas unidades de conservação. Outros aspectos considerados são o impacto da execução nas medidas de efetividade da gestão e quais os benefícios efetivos às AMCPs.

## Capacidade de Execução AMCPs

A análise do volume da execução realizado pelas AMCPs no âmbito do Projeto demonstrou que 7 UCs federais (APA Costa dos Corais e Baleia Franca, RESEX Canavieiras, Cassurubá e Corumbau, PARNA Abrolhos e Lagoa do Peixe) concentraram a execução de cerca de 80% do total de recursos executados pelas AMCPs. Este desempenho da execução obviamente decorre do tempo de projeto de cada AMCP e dos limites de recursos por POA definidos para cada (unidades estaduais foram incorporadas mais recentemente e possuem limites menores) mas também pode ser avaliado pela ótica da maior capacidade destas AMCPs para executar recursos, melhor estrutura de equipes e da fase de consolidação da unidade.

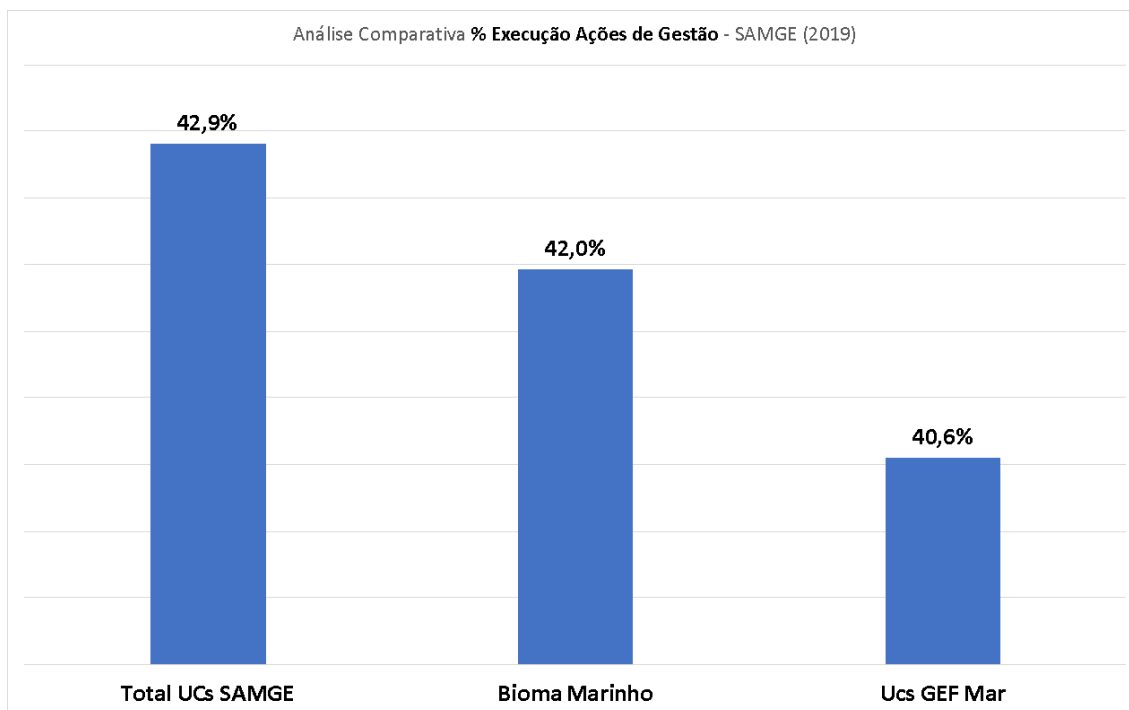


A avaliação da implementação do Projeto precisa oportunizar reflexões sobre o desempenho da execução de recursos pelas AMCPs no sentido de:

- É desejável que as AMCPs aumentem sua capacidade de execução de recursos ao longo do Projeto;
- O envolvimento e o apoio do Projeto das coordenações temáticas do ICMBio contribuíram com a execução das unidades federais;
- O equilíbrio na execução dos recursos entre as AMCPs apoiadas é desejável para garantir o fortalecimento de todo o sistema;
- A alocação dos recursos precisa considerar outras variáveis além do equilíbrio entre as AMCPs tais como os contextos dos territórios e pressões sobre os recursos e a eficiência que cada AMCP demonstra para converter os recursos em efetividade da conservação.

A ferramenta Sistema de Análise e Monitoramento da Gestão desenvolvida pelo ICMBio (SAMGE) que foi respondida em 2019 por um universo de 509 unidades de conservação municipais, estaduais e federais passou a avaliar neste último ano a capacidade de execução das unidades de conservação por meio do indicador que mede a quantidade das ações de

gestão planejadas que foram executadas. A análise dos resultados deste indicador sinaliza um patamar ou limite de capacidade de execução das ações planejadas em torno de 40% para a amostra representativa do SNUC que utiliza o instrumento. As AMCPs apoiadas pelo Projeto não demonstraram desempenhos superiores ao conjunto total de UCs e às UCs do mesmo bioma.



Este resultado pressupõe que todo o sistema nacional de unidades de conservação pode estar submetido ao mesmo conjunto de variáveis – internas e externas ao sistema – que limitam sua capacidade de execução.

E no âmbito da avaliação do Projeto o aporte de recursos financeiros e técnicos disponibilizados não foi capaz de descolar o grupo de AMCPs apoiado do universo de UCs. Há que se considerar que unidades de conservação apoiadas por projetos especiais, tais como GEF Mar, ARPA, entre outros, tendem a apresentar um comportamento mais ambicioso no planejamento, prevendo a execução de um maior número de atividades, o que seguramente também impacta na sua capacidade de execução.

#### Benefícios às AMCPs – Contribuições à Efetividade da Gestão

Os benefícios às AMCPs apoiadas é um parâmetro da avaliação do Projeto que precisa ser criticamente analisado sob diferentes óticas dada a complexidade das variáveis que afetam a efetividade e em função dos riscos de se fundamentar principalmente nos depoimentos dos gestores, servidores e atores chaves como a evidência destes benefícios. Em um contexto institucional caracterizado pela escassez de recursos e em um contexto político desfavorável às políticas de conservação do país, a oportunidade de ser apoiado por um projeto de recursos externos orientado para a consolidação das AMCPs e para a conservação pode ser equivocadamente entendido como – todo e qualquer apoio é importante e benéfico e a utilização apenas dos depoimentos dos gestores, servidores e atores chaves como parâmetro

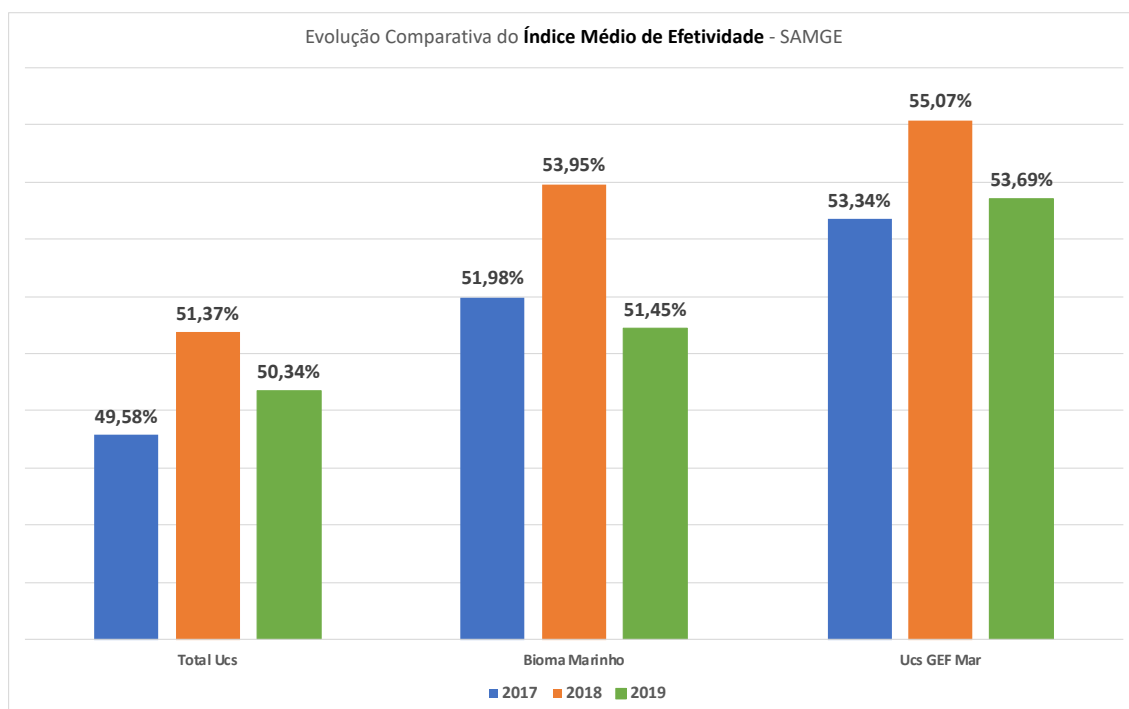
para avaliação pode resultar em conclusões enviesadas e distorcidas. A avaliação dos benefícios às AMCPs precisa, portanto, utilizar-se de outros parâmetros que sejam capazes de aferir e tornar tangíveis os benefícios relatados.

Os depoimentos coletados foram unânimes sobre a importância do Projeto e suas atividades para as AMCPs.

*O GEF Mar foi um divisor de águas na gestão da Unidade.  
Depoimento de Gestor Estadual*

Neste sentido tanto a ferramenta de avaliação de efetividade prevista no desenho e amplamente relatada nos registros do Projeto (Tracking Tool) quanto a ferramenta institucional do ICMBio (SAMGE) evidenciam ganhos na gestão das unidades apoiadas.

Na análise da aplicação do SAMGE foi possível estabelecer comparações com o conjunto total das UCs que preencheram a ferramenta e também com as UCs do bioma marinho e costeiro, possibilitando reflexões importantes sobre os benefícios do Projeto e a efetividade das AMCPs. Os estudos sobre os demais indicadores do SAMGE para os três conjuntos de UCs é apresentado no Anexo 4.



Numa primeira análise da evolução comparativa do índice médio de efetividade entre os anos de 2017 e 2019 dos três conjuntos identificamos que:

- Os três conjuntos de UCs apresentaram pico de efetividade em 2018: segundo técnicos do ICMBio responsáveis pelo instrumento pode sinalizar um viés da aplicação naquele ano;
- Os três conjuntos demonstraram redução da efetividade média em 2019: e uma hipótese plausível obtida a partir da análise dos demais indicadores sinalizam que principalmente a piora do contexto decorrentes das crises políticas e institucionais

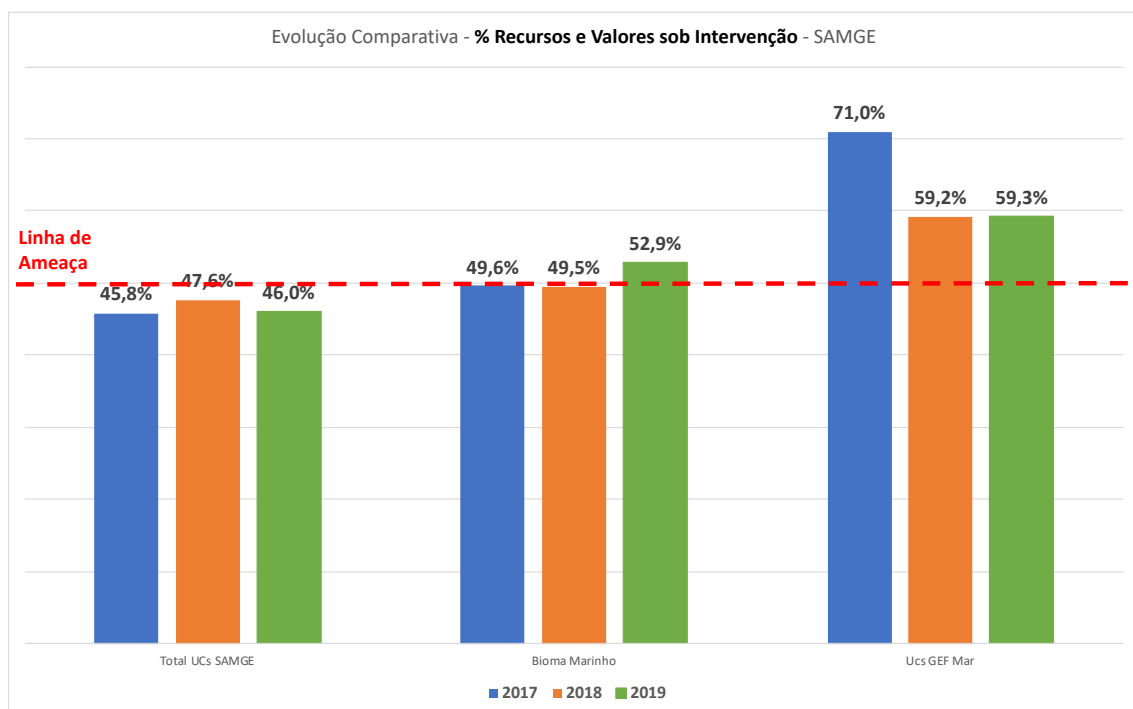


enfrentadas pela área ambiental e o derramamento de óleo para as AMCPs foram os principais vetores desta redução;

- Apesar de também apresentarem oscilação, as AMCPs apoiadas pelo Projeto possuem um patamar de efetividade superior às demais (Total de UCs e UCs do bioma): a análise dos indicadores do SAMGE apontam que o acesso aos insumos (recursos humanos, financeiros e materiais), um melhor alinhamento na gestão dos processos críticos e maiores impactos dos usos permitidos (pesquisa, monitoramento, uso público, etc.). Neste aspecto é possível identificar claramente os benefícios gerados pelo Projeto.

As UCs apoiadas pelo Projeto, apesar de estarem submetidas às mesmas condições de contexto das UCs do Bioma, “sofreram menos” com a piora nas condições de contexto e conseguiram manter o patamar e até mesmo avançar na efetividade.

Um dos indicadores utilizados pelo SAMGE para caracterizar as condições do contexto das unidades de conservação monitoradas é a comparação da quantidade recursos e valores da sociobiodiversidade reportados como em intervenção, ou seja, necessitam de ação de manejo preventiva ou de recuperação de impactos. A análise comparativa demonstrou que as AMCPs apoiadas pelo Projeto reportam um percentual maior de recursos e valores sob intervenção do que as demais UCs do bioma ou do universo de avaliação da ferramenta.

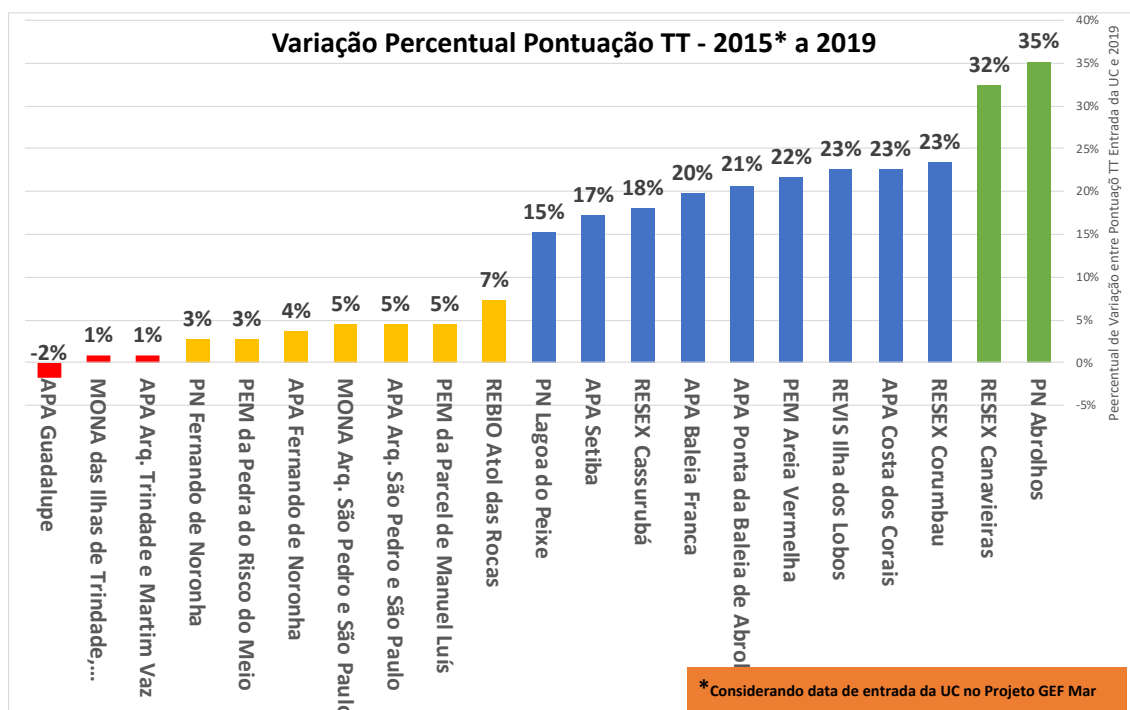


A ferramenta considera que acima de 50% dos recursos e valores sob intervenção é uma linha de ameaça às AMCPs revelando que o grupo apoiado pelo Projeto relata impactos e ameaças maiores do que os outros conjuntos. Os eventos recentes do rompimento da barragem de Mariana e o derramamento de óleo no litoral ajudam a entender o grau de ameaça maior reportado pelas AMCPs apoiadas pelo Projeto.

Utilizando-se o TT é possível chegar a conclusões convergentes sobre os benefícios às AMCPs apoiadas.

A variação percentual da pontuação TT no ano de início das atividades de apoio do Projeto (2015) ou da entrada da UC com a pontuação obtida em 2019 revela um ganho médio de efetividade de 13% no período. De acordo com este parâmetro o conjunto de 21 UCs avaliadas em 2019 pode ser agrupado em 4 classes:

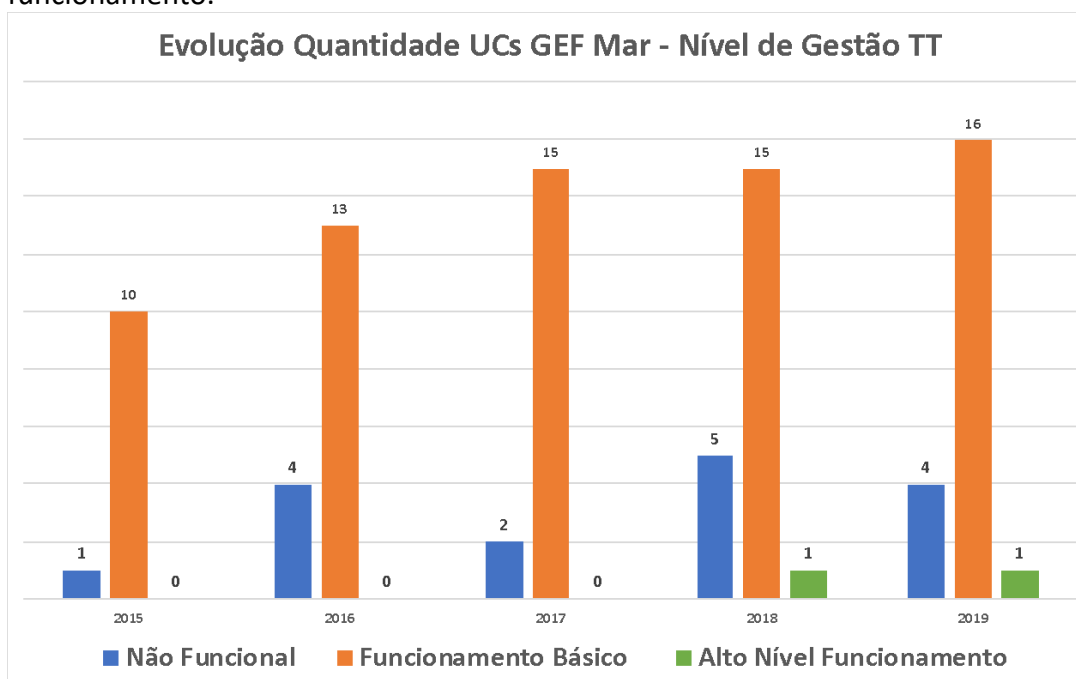
- Avanço muito alto: PARNA de Abrolhos e RESEX Canaveiras apresentaram ganhos superiores a 30%;
- Avanço moderado: maior grupo de AMCPs (9), quase metade do universo apoiadas, apresentaram ganhos de efetividade entre 15 e 23% no período;
- Avanço pequeno: sete UCs apresentaram ganhos entre 3 e 7% no período;
- Sem avanço: três UCs, entre elas o NGI Trindade/Martim Vaz, não apresentaram ganho ou ele é muito pequeno.



O menor tempo de Projeto das UCs Estaduais e a recente criação dos NGIs Trindade / Martim Vaz e São Pedro / São Paulo podem ajudar a compreender a presença destas UCs nos grupos de pequeno avanço e sem avanço. Chamam atenção os pequenos ganhos do NGI Fernando de Noronha e da REBIO Atol das Rocas. Estas unidades quando foram incorporadas ao Projeto já apresentavam um alto grau de consolidação e conseqüentemente níveis de efetividade mais altos, evidenciando que o apoio do Projeto não foi capaz de romper os tetos de efetividade do sistema, mas garantiu a continuidade ou até mesmo evitou maiores retrocessos.

A partir do acompanhamento da quantidade de AMCPs classificadas em cada um dos níveis de gestão adotados pelo TT constata-se que ao final da execução do Projeto, 4 AMCPs ainda se apresentam como não funcionais, o maior grupo (16 AMCPs) encontram-se no nível de

funcionamento básico e apenas o PARNA Abrolhos pode ser classificado como alto nível de funcionamento.



A comparação entre as pontuações e classificações decorrentes da aplicação dos instrumentos TT e SAMGE nas AMCPs apoiadas pelo Projeto em 2019 possibilita algumas reflexões úteis para a avaliação dos benefícios e também sobre as limitações e abordagens de cada uma das ferramentas:

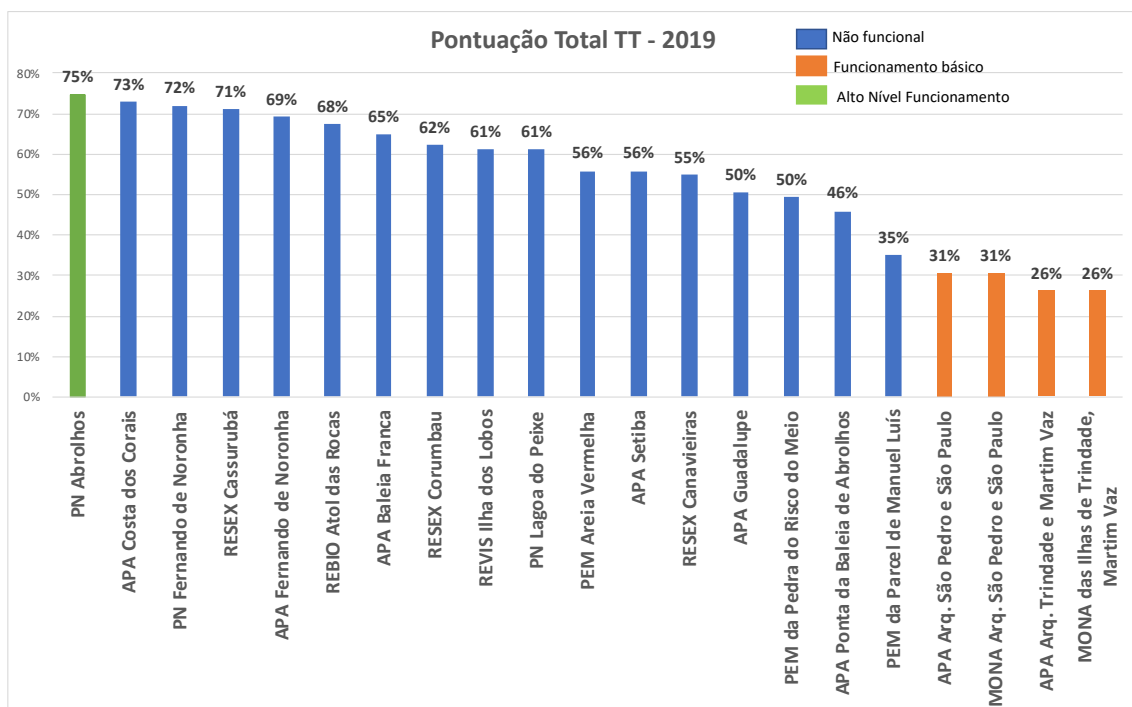
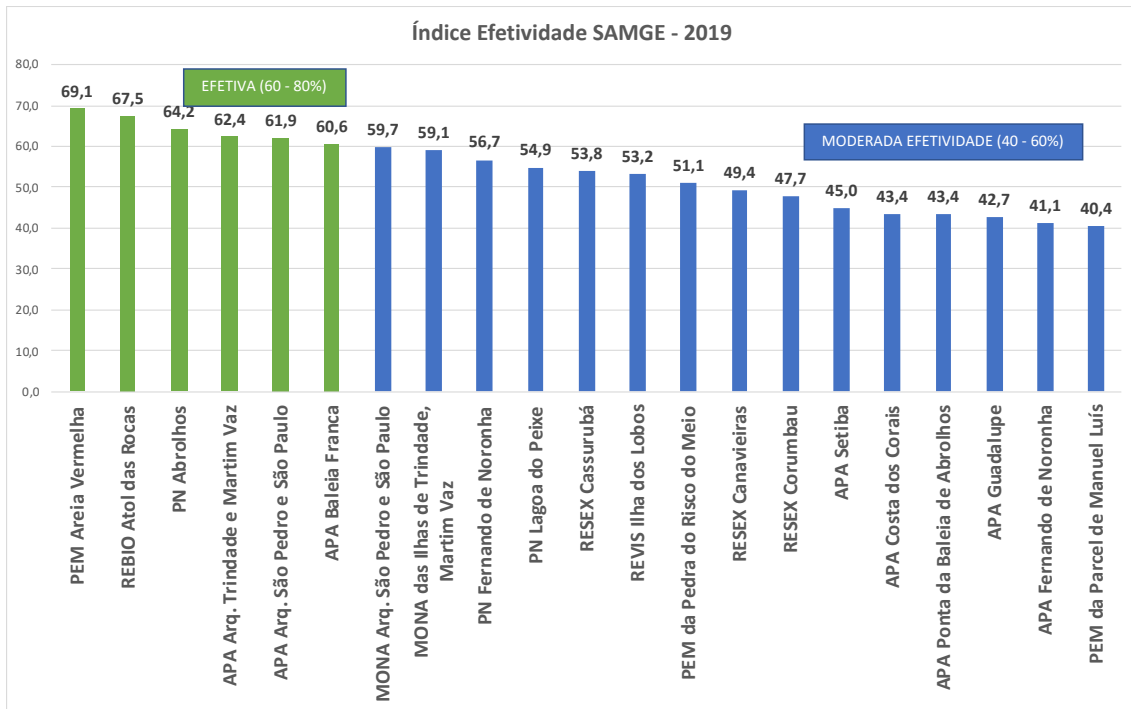
Tracking Tool	SAMGE
Apenas PARNA Abrolho apresentou Alto Nível de Funcionamento	Nenhuma AMCP apresentou Alta Efetividade
Maioria das AMCPs (76%) possuem Funcionamento Básico	Seis AMCPs (29%), entre elas PARNA Abrolhos, APA Trindade / Martim Vaz e APA São Pedro / São Paulo, apresentaram-se como Efetivas
Quatro AMCPs, notadamente os novos NGIs Trindade / Martim Vaz e São Pedro / São Paulo apresentaram-se como não funcionais	Quinze AMCPs (71%) apresentaram Moderada Efetividade
	Nenhuma AMCP apresentou Reduzida Efetividade ou Não Efetiva

Na análise das limitações e possibilidades das ferramentas de monitoramento de efetividade utilizadas no âmbito do Projeto é importante refletir sobre o desempenho específico dos NGI Trindade / Martim Vaz e NGI São Pedro / São Paulo.

Com base na ferramenta SAMGE as duas AMCPs que integram o NGI (APA e MONA) são classificadas como “Efetivas”, já com base na ferramenta TT elas são classificadas como “Não Funcionais”. As AMCPs do NGI São Pedro /São Paulo da mesma forma apresentam avaliações díspares nas duas ferramentas.

Esta discrepância pode ser explicada, no nosso ponto de vista, pela pouca sensibilidade da ferramenta TT para aferir avanços na efetividade em AMCPs que desenvolvem modelos de gestão inovadores. A gestão destes NGIs que possuem contextos diferenciados em função da sua localização, natureza das pressões e ameaças utiliza uma abordagem que aposta numa estrutura e equipe mínima para a AMCP e enfatiza as articulações institucionais com parceiros chave para sua consolidação (Marinha).

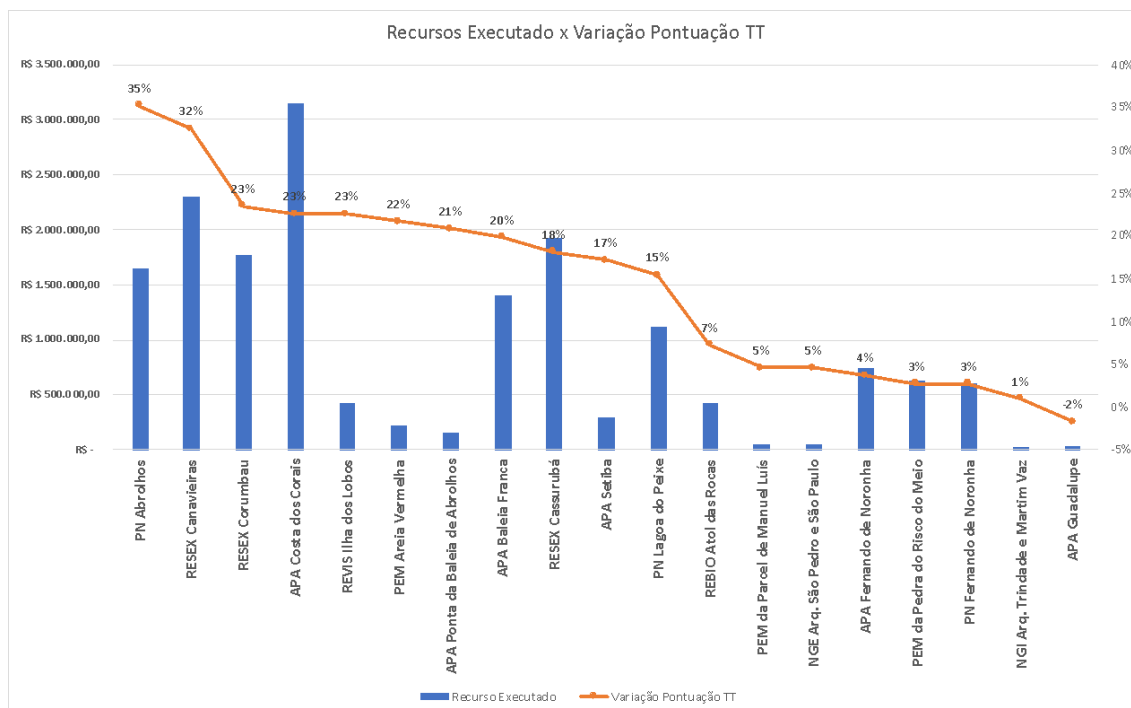
Avaliamos que o modelo de gestão em adoção pelos NGIs supracitados merece ser acompanhado e analisado criteriosamente para propiciar aprendizados para todo o sistema.





Na análise comparativa entre a variação percentual do índice médio de efetividade demonstrado pelas AMCPs a partir do TT e o volume de recursos executados pelas mesmas áreas identificamos que a correlação entre a execução no Projeto e a melhoria da efetividade não é direta como poderia se supor, sinalizando mais uma vez que outras variáveis relevantes estão atuando sobre a gestão das AMCPs e impactando sua efetividade.

Alguns pontos da interação entre estes desempenhos podem ser destacados:

- As AMCPs com maiores avanços na efetividade estão no grupo daquelas que executaram mais recursos;
- RESEX Cassurubá é a segunda em volume de execução e também a segunda em avanço na efetividade;
- APA Costa dos Corais que executou o maior volume de recursos demonstrou um avanço moderado na efetividade;
- APA e PARNA Fernando de Noronha apesar de executarem volumes consideráveis de recursos demonstraram pequeno avanço na efetividade.



## Componente 2 – Sustentabilidade Financeira

Metas e Indicadores Intermediários – Componente 2			
META	ALCANCE	STATUS	VERIFICAÇÃO
4 Estudos técnicos sobre a estrutura de custos e a identificação e avaliação de oportunidades de geração de receita para as AMCPs	3		Estudos técnicos produzidos (finalizados e prontos para execução)
<p>A modelagem de custos, em andamento, está sendo desenvolvida com recursos de outra iniciativa do MMA, e está atrasada. Segundo a UCP, isso foi devido a problemas com a consultoria contratada e não está ligado ao arranjo de execução.</p> <p>Sobre a modelagem de custos, o 5o relatório diz:</p> <p><i>“no início de 2017 o MMA realizou a contratação de uma consultoria para elaboração de uma ferramenta que permita a estimativa do custo para as UCs do SNUC. Essa ferramenta, com previsão de que esteja finalizada até o final de 2017, deverá ser ajustada para a área marinha e costeira, permitindo a modelagem dos custos para o sistema de UCs marinhas e costeiras como um todo.”</i></p>			
META	ALCANCE	STATUS	VERIFICAÇÃO
Classificação de AMCPs e modelo de custos definidos (100% indica modelo de custos finalizado)	90%		Relatórios do Projeto Obs.: É considerado o avanço das atividades planejadas para a elaboração do modelo de custos final
Classificação de AMCPs foi realizada e a ferramenta de modelo de custos desenvolvida, faltando aplicação da ferramenta.			

O objetivo deste componente no desenho do Projeto e no ciclo de fortalecimento do sistema de AMCPs é desenvolver soluções que atendam as necessidades financeiras no longo prazo. O roteiro proposto para a implementação do componente no MOP do Projeto considerou as seguintes fases:

- Identificação da demanda;
- Modelagem dos custos;
- Ambiente de financiamento; e
- Aplicação de Piloto.

É consenso entre os atores envolvidos na implementação deste componente, e também entre servidores e especialistas ligados ao tema, que a sustentabilidade financeira de um sistema de AMCPs depende de um conjunto diversificado de mecanismos complementares que juntos constituam uma estratégia de financiamento do sistema.

Em um contexto de pós pandemia onde o equilíbrio fiscal dos governos será severamente comprometido levando á redução da capacidade de investimento público no país e no mundo a discussão sobre a estratégia de financiamento do sistema assume grande importância e novos contornos.

Muito provavelmente os cenários utilizados para identificação das demandas e mapeamento das fontes potenciais serão afetados pelos efeitos mundiais da pandemia do COVID-19.

A implementação pelo Projeto do roteiro previsto no MOP não possibilitou a adequada concatenação das fases em função dos atrasos em estudos e consultorias que estariam sendo conduzidos de forma compartilhada por outras iniciativas – estimativa de custos por meio do LifeWeb e modelagem dos custos por meio do GEF Mangue – o que comprometeu os resultados inicialmente previstos para o componente.

Ao longo do projeto foram sistematizadas as experiências de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) na área marinha e costeira, foi realizado o mapeamento de fontes de financiamento atuais potenciais para AMCPs (elaboração de uma matriz que identifica cerca de 60 fontes relacionadas a origens públicas federais, estaduais e municipais, doações internacionais e nacionais, obrigações legais e fontes baseadas no mercado), elaborada proposta de conversão de créditos tributários para a conservação e desenvolvidos estudos sobre a demanda financeira.

Foram discutidos, principalmente durante o ano de 2017, a viabilidade de alguns mecanismos específicos como: monitoramento de pesca, manutenção dos navios de pesquisa do ICMBio, sustentabilidade da base do CEPENE (centro de formação para o Mar) e logística integrada de ações entre AMCPs próximas.

Ainda em 2017, a partir da convergência com outras iniciativas em andamento no governo federal de construção de soluções para a conservação da biodiversidade marinha e costeira e em consonância com os objetivos deste componente, as discussões das reuniões do GT concluíram ser estratégico alinhar as ações do Projeto a outras iniciativas estruturantes, que pudessem agrupar e coordenar as possibilidades de financiamento a longo prazo de um sistema de AMCPs.

Neste contexto, o projeto decidiu alinhar sua estratégia de sustentabilidade financeira ao processo de construção da Iniciativa Azul Brasileira (IAB). A Iniciativa Azul, instituída pela Portaria Conjunta MMA e ICMBio Nº 261 de 18 de junho de 2018 foi um arranjo amplo e ambicioso que buscou construir ações estratégicas e de longo prazo, aproximar a sociedade e convergir ações com outros setores governamentais e não governamentais para proteger ecossistemas e espécies e garantir os direitos das populações tradicionais extrativistas marinhas e costeiras.

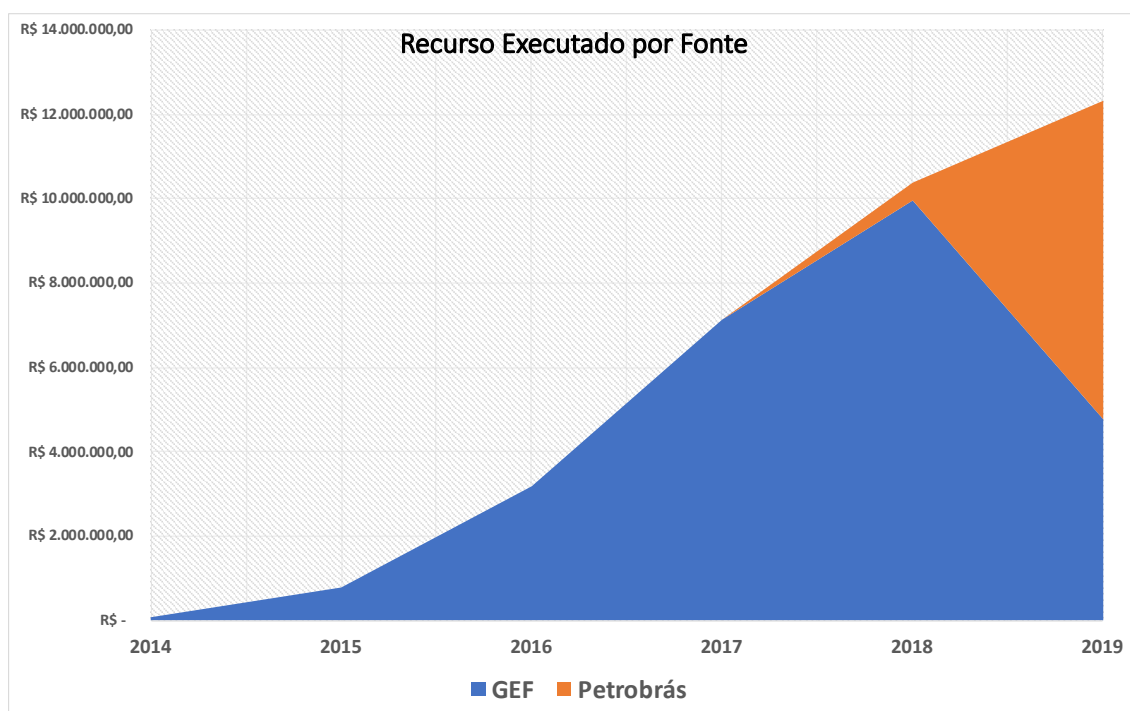
Para o alcance destes objetivos a Iniciativa previa buscar financiamento para a implementação de ações estratégicas e de longo prazo e parcerias com agências de cooperação, organizações da sociedade civil, associações de populações tradicionais e pescadores artesanais, setor privado e órgãos e entes públicos. A previsão inicial era que a Iniciativa Azul por meio de uma série de mecanismos alcançasse uma captação de recursos da ordem de U\$140 milhões para sua primeira fase.

A integração da estratégia de sustentabilidade financeira do Projeto e do sistema de AMCPs à Iniciativa Azul foi muito positiva por convergir esforços, recursos e conhecimentos. Possibilitou ao Projeto repensar a estratégia prevista, ampliou as perspectivas do financiamento do sistema

de AMCPs e, inclusive, influenciou a constituição do Fundo Marinho a partir da proposta do Fundo Azul.

Entretanto em função dos seus ambiciosos objetivos e das complexas articulações que são necessárias para sua implementação, a Iniciativa Azul exigirá um alto envolvimento das lideranças políticas e institucionais para sua continuidade/sustentabilidade.

Deve ser atribuído a este componente os resultados dos esforços de articulação empreendidos pelo MMA e Banco Mundial junto à Petrobras e ao IBAMA para efetivar o aporte dos recursos previamente acordados por meio da assinatura de Termo de Compromisso que assegurou o repasse de R\$ 60 milhões para o Projeto e consolidou sua estrutura de financiamento a partir de 2018.




A entrada destes recursos na estrutura de financiamento do Projeto juntamente com as avaliações das execuções financeiras e saldos permitiram outro importante resultado da estratégia de sustentabilidade financeira do Projeto com a instituição de um Fundo Marinho com o aporte inicial de U\$ 8,5 milhões.

O Fundo Marinho, de acordo com seu Manual Operacional publicado em 23/01/2020, é um mecanismo financeiro privado para apoio à conservação e ao uso sustentável do ambiente costeiro e marinho brasileiro, por meio de múltiplas estratégias de atuação e diferentes modalidades de estratégia financeira, como fundos extinguíveis, revolventes e patrimoniais (*endowment*).



## Componente 3 – Monitoramento e Avaliação da Biodiversidade

Metas e Indicadores Intermediários – Componente 3			
META	ALCANCE	STATUS	VERIFICAÇÃO
Sistema de Monitoramento de Biodiversidade Marinha desenvolvido (50%) e em implementação (100%)	80%		Relatórios do Projeto Sistema desenvolvido (50%) Sistema adotado em todas as AMCPs apoiadas (100%)
O Programa Monitora foi institucionalizado pelo ICMBio (IN nº 3 de 2017), o modelo conceitual e o arranjo institucional foram desenhados (Estratégia de Monitoramento Marinho e Costeiro) e de acordo com os relatos da COMOB as linhas de base começam a ser estabelecidas para nove alvos de conservação.			

O desenho do Projeto orientado para o fortalecimento do sistema de AMCPs se completa com o componente 3 do Projeto que apoiou o monitoramento e a avaliação da biodiversidade.

Estes elementos desempenham papéis essenciais em um sistema de áreas protegidas ao fornecerem dados e informações qualificadas para avaliar a sua efetividade na conservação da biodiversidade e desta forma possibilitar a geração de conhecimentos para a gestão do sistema.

### Sub Componente 3.1 – Monitoramento da Biodiversidade

O desenvolvimento de um sistema de monitoramento da biodiversidade no Brasil é um desafio histórico, que vem patinando há anos com as discussões sobre o que monitorar (alvos e componentes), como monitorar (protocolos) e quem será o “dono” das informações deste conjunto gigantesco de valiosas informações.

O amadurecimento das inúmeras discussões e iniciativas conduzidas pelas instituições envolvidas possibilitou que quando da proposição e negociação do Projeto um compromisso com a elaboração de uma estratégia integrada de monitoramento da biodiversidade marinha fosse assumido pelo Ministério do Meio Ambiente e pelo ICMBio.

Mais uma evidência da internalização e capacidade de articulação que o Projeto demonstrou na sua implementação, uma estratégia de monitoramento da biodiversidade foi institucionalizada pelo ICMBio em 2017 por meio da Instrução Normativa Nº 3 na forma do Programa Monitora.

*“Programa institucional continuado, de longa duração, voltado ao monitoramento do estado da biodiversidade e serviços ecossistêmicos associados, como subsídio à avaliação da efetividade de conservação do sistema de unidades de conservação, à adaptação às mudanças climáticas e ao uso e manejo nas unidades de conservação geridas pelo Instituto Chico Mendes, bem como às estratégias de conservação das espécies ameaçadas de extinção em todo o território nacional.”*  
IN Nº 3 de 04/09/2017

Com o apoio do Projeto portanto foi construído o modelo conceitual e desenhado o arranjo institucional para o subprograma marinho e costeiro, no âmbito do Programa Monitora, de acordo com documento Estratégia de Monitoramento Marinho e Costeiro.

Em outras palavras foram definidas quais as perguntas que o monitoramento quer responder, quais os seus componentes, indicadores, protocolos e análises que serão realizadas.

As linhas de base começaram a ser estabelecidas com o apoio do Projeto e um conjunto de informações importantes já é utilizado ou tem potencial para ser usado, como subsídio para políticas, programas, planos e instrumentos de conservação, tais como:

- Processo de Avaliação do Risco de Extinção da Fauna;
- Planos de Ação Nacional para a Conservação das Espécies Ameaçadas (PAN);
- Áreas prioritárias para conservação;
- Criação de AMCPs (RESEX Arapiranga-Tromai, Itapetininga e Baía do Tubarão);
- Reconhecimento do Sítio RAMSAR - manguezais (Norte);
- Termos de Compromisso;
- Programas de uso público e turismo de base comunitária;
- Subsídios às convenções e iniciativas que o Brasil participa;
- Programas de Controle de Espécies Exóticas;
- Análise de Impactos ambientais;
- Plano de manejo; e
- Educação ambiental.

Os resultados preliminares alcançados pela implementação inicial do subprograma marinho e costeiro do Programa Monitora sinalizam o potencial de conhecimento que a implementação do monitoramento da biodiversidade poderá gerar para a conservação do bioma.

Uma tabela sintetizando os resultados alcançados com o apoio do Projeto na implementação do monitoramento para os alvos aves limícolas, aves marinhas, mamíferos marinhos, peixe-boi, tartarugas marinhas, vegetação de manguezal, caranguejo-uçá, peixes e invertebrados e pesca e biodiversidade associada é apresentada no Anexo 5.

Para os componentes “manguezal” e “margem continental e bacia oceânica” que apoiam o monitoramento do alvo “pesca e biodiversidade associada” já foram desenvolvidos conteúdos didáticos e realizadas capacitações.

As últimas atividades reportadas na implementação do Monitora demonstram os esforços para o alinhamento metodológico, inclusive de fluxos e procedimentos, com os Centros de Pesquisa para orientar o apoio às AMCPs na implementação do processo de monitoramento, a continuidade da estruturação do componente “praias e ilhas”, além de ajustes no componente “ambientes recifais”. Também estão sendo estudados os melhores métodos para o compartilhamento dos dados e informações produzidos por meio da elaboração dos produtos analíticos e conceituais do monitoramento com a definição da escala, do formato, linguagem, público e periodicidade de divulgação.

Abordagem Inovadora do Monitoramento

Uma das principais boas práticas identificadas na implementação das atividades de monitoramento diz respeito à integração das comunidades e pescadores envolvidos na gestão das AMCPs apoiadas. No monitoramento da pesca artesanal adotou-se uma abordagem inovadora onde comunitários e pescadores deixam de ser meros coletores e fornecedores de dados para o monitoramento – abordagem tradicionalmente utilizada pela administração pública na relação com cidadãos – e passam a ser atores também na integração e análise das informações e, portanto, na gestão do conhecimento decorrente deste monitoramento.

Esta abordagem é avaliada como altamente adequada aos propósitos e às formas de gestão adotadas nas AMCPs que possibilitam o uso sustentável dos recursos e que necessitam do envolvimento social no seu processo gerencial pois integra efetivamente estes atores na gestão das unidades de conservação. Entretanto sua implementação e principalmente sua sustentabilidade demandarão além da capacitação e acompanhamento constantes a construção de mecanismos que reconheçam e ou remunerem as atividades de monitoramento conduzidas pelas comunidades locais.

No segundo semestre de 2019, em parceria com o Projeto TERRAMAR, foi iniciado o processo de capacitação em monitoramento da pesca artesanal com a realização da formação de instrutores e observadores pedagógicos (etapa 1) e a formação de multiplicadores, bolsistas e lideranças (etapa 2). A etapa 3 prevista para acontecer em 2020 sob a coordenação dos Centros de Pesquisa contempla a capacitação de monitores e pescadores nas regiões norte, nordeste, leste e sul.

#### Programa de Bolsas de Pesquisa

O apoio do Projeto à implementação das atividades de monitoramento envolveu a contratação de bolsistas, inicialmente para apoio aos Centros de Pesquisa e posteriormente para apoiar as atividades de monitoramento e pesquisa também nas AMCPs.

Essa modalidade de contratação, com foco numa agenda de trabalho técnico-científica é relatada como um dos grandes avanços do Projeto e representou cerca de 39% do total de recursos alocado no subcomponente 3.1, viabilizando a contratação de aproximadamente 150 bolsistas durante a implementação do Projeto.

A avaliação majoritariamente positiva da possibilidade de contratação de bolsistas está fundamentada, na nossa avaliação, na importância da força de trabalho tecnicamente qualificada que os bolsistas aportam às AMCPs para a implementação das atividades de pesquisa e monitoramento. Os relatos da relevância das contribuições dos bolsistas foram coletados nas falas dos gestores das AMCPs, dos servidores do ICMBio e MMA e também dos representantes das comunidades locais envolvidos no monitoramento.

A importância dos bolsistas no contexto de implementação das AMCPs pode também ser explicado pelo aumento da capacidade de execução que esta força de trabalho oportuniza na gestão das unidades de conservação. O sistema nacional de unidades de conservação no Brasil enfrenta severas restrições de capacidade operacional (ver item sobre Capacitações e Alocação de Recursos Humanos) que configura um dos limites aos avanços na consolidação e efetividade

do conjunto de UCs. O aporte de bolsistas qualificados no apoio a implementação das ações de pesquisa e monitoramento é, portanto, avaliado e reconhecido como altamente relevante e positivo para os objetivos do Projeto GEF Mar.

A modalidade de contratação de bolsistas, assim como todo elemento de execução do Projeto, requer um constante exercício de acompanhamento, ajustes e melhorias no decorrer da sua utilização. Os principais pontos de atenção identificados durante esta avaliação são:

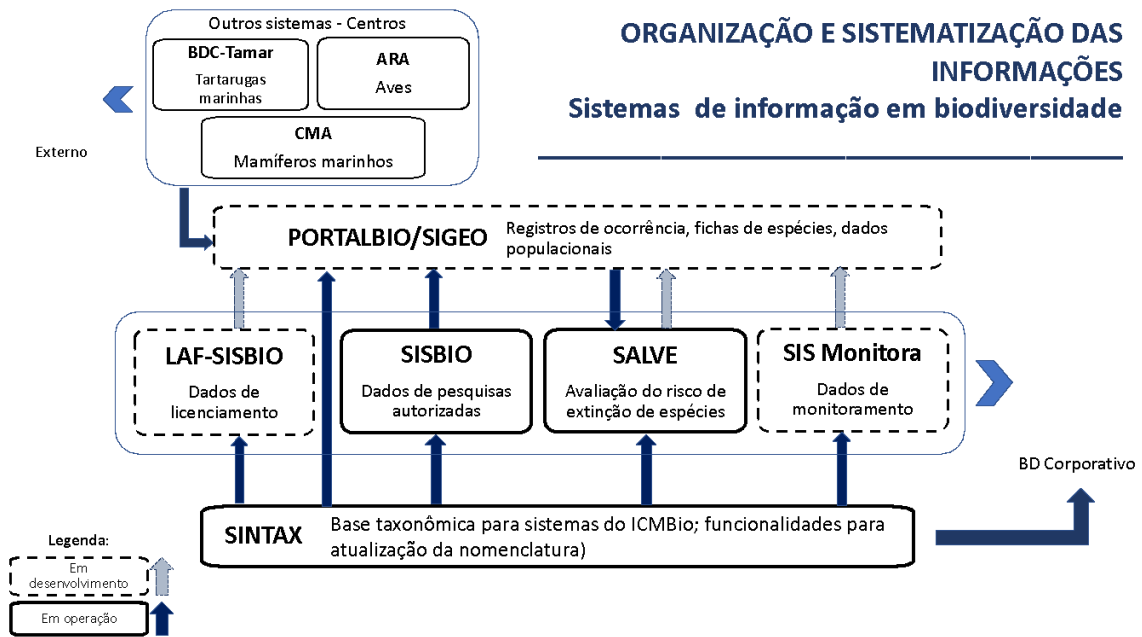
- Riscos de desvios na utilização dos bolsistas para outras atividades nas AMCPs: considerando o contexto de escassez de força de trabalho vivenciado na gestão das unidades de conservação deve-se ter atenção à forma como as atividades dos bolsistas são direcionadas. Atores envolvidos no programa de bolsas – ICMBio e Funbio – e ouvidos nesta avaliação estão atentos a estes riscos e medidas estão sendo propostas e já implementadas para gerenciar os riscos, tais como: aprimoramento dos planos de trabalho dos bolsistas com direcionamento mais claro para as atividades de pesquisa e monitoramento que serão apoiadas e adoção de mecanismos internos de acompanhamento dos bolsistas com o apoio dos Centros de Pesquisa (avaliações de meio termo, revisão dos relatórios de atividades e orientação dos gestores das AMCPs);
- Necessidade de ampliação do escopo do programa de bolsas para incluir estudantes do nível médio e fundamental, principalmente os jovens oriundos das comunidades locais envolvidas na gestão das AMCPs: esta avaliação também corrobora a posição do ICMBio da importância da inclusão de outras categorias de bolsas no apoio do projeto GEF Mar considerando o caráter estratégico desta medida para a sustentabilidade das iniciativas de integração das comunidades locais e pescadores nas ações de pesquisa e monitoramento e considerando ainda o desafio de geração de renda e emprego no entorno das AMCPs no cenário pós COVID-19. Esta ampliação possibilitada pela utilização de categorias de bolsas do tipo apoio técnico também demandará um exercício permanente de direcionamento e coordenação por parte do ICMBio (Sede, Centros e AMCPs).

É importante ressaltar que a possibilidade de ampliação do escopo do programa de bolsas de apoio a pesquisa e monitoramento das AMCPs não exclui outras medidas para aumentar a capacidade como o Programa de Voluntariado do ICMBio e a possibilidade de contratação de força de trabalho temporária, tais como brigadistas e guarda-parques.

#### Gestão de Dados e Informações

O monitoramento da biodiversidade irá produzir uma quantidade gigantesca de dados e informações que precisam ser armazenados, sistematizados e disponibilizados para possibilitar seu uso na gestão da conservação.

O desenvolvimento das soluções de tecnologia da informação precisará integrar sistemas e bases de dados já existentes com novas soluções que permitirão a integração das informações. A arquitetura desta integração de bases de dados e sistemas já foi construída e orienta os esforços de desenvolvimento em curso.



Foram relatados avanços na padronização dos protocolos de interoperabilidade das bases, no levantamento dos requisitos do sistema SISMonitora e SisPescador (relativo a autorização, licença e cadastro de pescadores junto a DISAT) e no desenvolvimento do ODK (Open Data Kit) para a coleta de dados de forma digital inicialmente orientado para o componente manguezal.

## Sub Componente 3.2 – Avaliação do Estado de Conservação da Biodiversidade Marinha

A avaliação do estado de conservação da biodiversidade marinha e dos requisitos de conservação para o sistema de AMCPs constitui o foco deste subcomponente.

O Projeto apoiou os avanços na avaliação de espécies ameaçadas conduzida pelo ICMBio e Centros de Pesquisa que subsidia a publicação das listas oficiais de espécies ameaçadas—no segundo ciclo de avaliação do risco de extinção das espécies da fauna marinha, compreendido entre 2015 e 2020 foram avaliadas 1491 espécies (cerca de 65% do universo a ser avaliado). A comparação entre os dois ciclos de avaliação possibilitou constatar que do total de espécies reavaliadas e validadas (961 spp.) 87% permaneceram na mesma categoria, 9% melhoraram o estado de conservação e 4% pioraram o estado de conservação.

Foram apoiados também a elaboração, revisão e implementação de 12 Planos de Ação Nacional para a Conservação das Espécies Ameaçadas de Extinção ou do Patrimônio Espeleológico (PAN) marinhos e costeiros (albatrozes e petréis, toninha, sirênios, grandes cetáceos e pinípedes, pequenos cetáceos, tartarugas marinhas, aves limícolas migratórias, tubarões, corais, aves marinhas, peixe-boi marinho, lagoas do sul e cetáceos marinhos).

Os PANs são políticas públicas, pactuadas com a sociedade, que identificam e orientam as ações prioritárias para combater as ameaças que põem em risco populações de espécies e os ambientes naturais e assim protegê-los.

É atribuída ao Projeto o mérito de viabilizar a elaboração do segundo Plano de Redução de Impactos direcionado para as atividades de exploração e produção de petróleo e gás – PRIM/PGMAR com previsão de publicação no segundo semestre de 2020.

O Plano de Redução de Impactos – PRIM introduz uma abordagem pró ativa na gestão ambiental e apoia a tomada de decisões a partir da construção de cenários de compatibilização entre a conservação da biodiversidade e o desenvolvimento de atividades socioeconômicas, por meio da identificação de medidas objetivas de redução dos impactos potenciais e da busca de espaços geográficos onde se garanta a manutenção dos serviços ecossistêmicos e de populações viáveis de espécies, sem prejuízo da construção e operação de empreendimentos e atividades.

A análise desta constatação e das recomendações decorrentes deve considerar por um lado os bons resultados que a avaliação da biodiversidade alcançou com o apoio do Projeto e por outro lado as lacunas de informações sobre o estado de conservação da biodiversidade protegida pelas AMCPs do projeto que deverão direcionar a implementação do sistema AMCPs.

## Envolvimento e Integração dos Centros de Pesquisa

O funcionamento do sistema de AMCPs pressupõe um conjunto de elementos interdependentes que interagem na direção da conservação e uso sustentável e o fortalecimento e envolvimento dos Centros de Pesquisa e Conservação é uma das dimensões deste conjunto.

Com a competência estabelecida pela Portaria ICMBio Nº 78 de 2009 para produzir conhecimento e executar ações de conservação da biodiversidade, do patrimônio espeleológico e da sociobiodiversidade associada a povos e comunidades tradicionais, os Centros de Pesquisa ao serem incorporados pelo ICMBio ofereceram importantes ativos de conhecimentos, infraestruturas e equipamentos para a instituição.

As diferentes histórias de como surgiram os atuais Centros de Pesquisa e Conservação do ICMBio e de como estas unidades se integraram na estrutura atual da autarquia federal ajudam a entender as dificuldades em alinhá-los e envolvê-los na gestão das unidades de conservação.

Os Centros quando incorporados na estrutura do ICMBio não possuíam um direcionamento claro para sua atuação como apoio à gestão das unidades de conservação e estavam historicamente orientados para seus objetivos de conservação ou fomento às atividades pesqueiras.

Os desafios e os esforços de alinhamento e envolvimento dos Centros de Pesquisa e Conservação na gestão das unidades de conservação portanto não são recentes, entretanto esta avaliação constatou que o Projeto foi capaz de contribuir com estes esforços, ao oportunizar e viabilizar agendas de trabalho onde a atuação dos Centros foi alinhada aos desafios de gestão das unidades de conservação, como por exemplo na implementação do monitoramento da biodiversidade e na implementação de subprojetos comunitários.

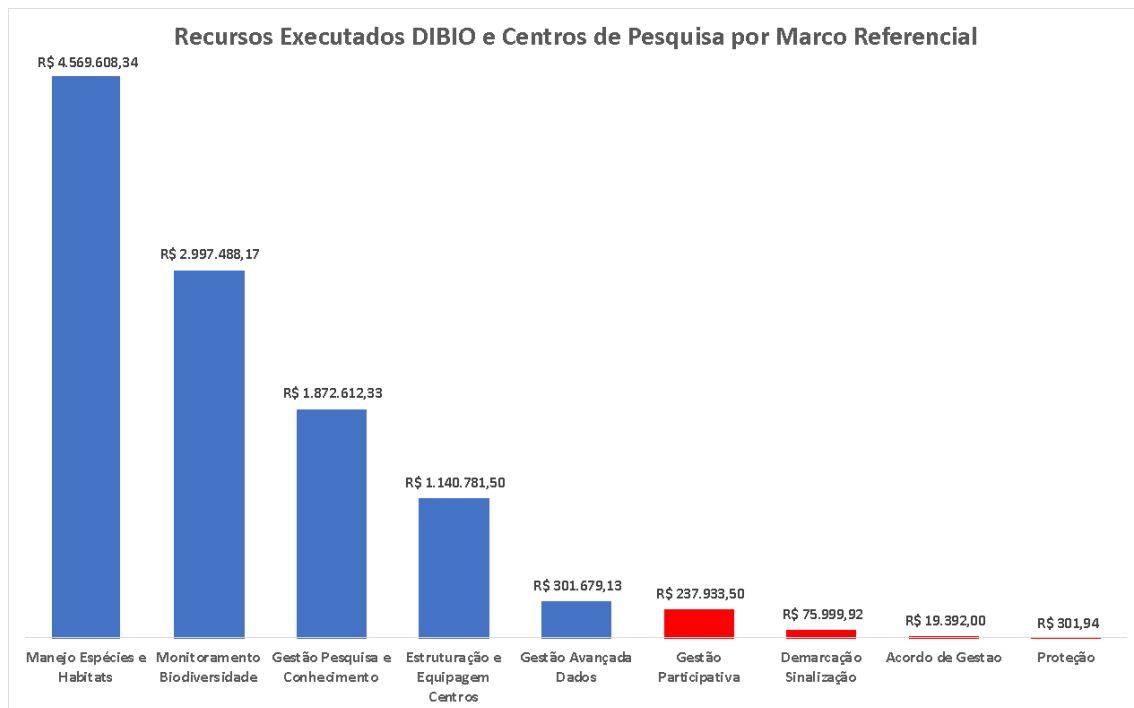
A forma como o Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sociobiodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais (CNPT) foi integrado ao Projeto, sua atuação na coordenação dos subprojetos comunitários junto às AMCPs apoiadas e os resultados já colhidos da sua atuação – construção do Termo de Compromisso com pescadores artesanais no PARNA da Lagoa do Peixe – evidenciam o espaço e o apoio que o Projeto oportunizou para esta integração.

Da mesma forma o Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Marinha do Nordeste (CEPENE) relatou a importância do apoio do Projeto para que pudesse contribuir com o fortalecimento do sistema de AMCPs do nordeste nas agendas de monitoramento, mas também na agenda de integração com as comunidades locais.

Os relatos de melhoria na integração dos Centros de Pesquisa com as unidades de conservação também foram coletados na região sul. De acordo com o CEPSUL o Projeto GEF Mar oportunizou sua participação na elaboração do plano de manejo e na implementação do monitoramento na REVIS Ilha dos Lobos, no plano de manejo e termo de compromisso na APA Baleia Franca e no monitoramento participativo no PARNA Lagoa do Peixe.

Apesar das contribuições constatadas pelo Projeto, os desafios da construção das relações de interdependência entre os Centros de Pesquisa e Conservação e as AMCPs ainda permanecem e passam necessariamente pela capacidade do ICMBio continuar fortalecendo as interações por meio do direcionamento da atuação e da integração entre os instrumentos de gestão da conservação,

A análise do volume e distribuição dos recursos executados pela DIBIO por meio dos Centros de Pesquisa e Coordenações evidenciam que, considerando apenas ótica da execução dos recursos no âmbito do Projeto, a integração ainda precisa evoluir bastante uma vez que apenas 3% dos recursos executados foram reportados nas linhas de ação da implementação das AMCPs (gestão participativa – inclusive CEPENE, demarcação, acordo de gestão e proteção). Ou seja 87% dos recursos foram direcionados aos subcomponentes de Avaliação do Estado de Conservação e Monitoramento da Biodiversidade, sendo que 10% dos recursos para a equipagem e estruturação dos Centros, apesar de serem contabilizados no Componente 1.2 do Projeto – Implementação AMCPs.





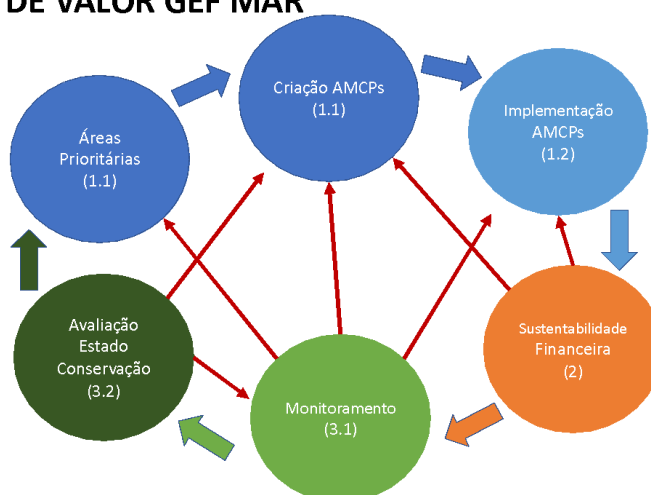
## Gerenciamento e Instituições

### Desenho do Projeto

O desenho do Projeto considerou todos os elementos necessários para o alcance dos seus objetivos, além de possibilitar sua adaptação ágil às mudanças políticas e institucionais durante este período de implementação. O desenho do Projeto é avaliado como uma das principais causas dos seus resultados e é fruto de um histórico de experiências e lições aprendidas do MMA e dos parceiros com o desenho e a implementação de projetos e Programas de criação e implementação de sistemas de áreas protegidas como o ARPA.

O uso da visão sistêmica do Projeto, considerada também na Avaliação de Meio Termo realizada em 2018 (Cadeia de Valor Circular ou Ciclo de Gestão do Sistema de Áreas Protegidas), é importante no processo desta avaliação para permitir as análises das correlações entre os seus elementos, resultados e gargalos e desta forma gerar os aprendizados necessários à melhoria do Projeto e das instituições envolvidas.

### CADEIA DE VALOR GEF MAR



A lógica explicitada pelo desenho do Projeto contribuiu também para a construção de uma cultura orientada para a conservação e uso sustentável do bioma marinho e costeiro ao integrar os esforços de diferentes segmentos da sociedade (governo, setor privado, terceiro setor, ensino e pesquisa) numa abordagem estruturada e adaptativa.

Metodologias, instrumentos e práticas de gestão das AMCPs e da biodiversidade foram promovidas pelo Projeto e incorporadas pelos diversos atores que o integram, em especial pelos órgãos do governo federal (MMA e ICMBio) e pelos governos estaduais participantes – a promoção do uso da avaliação da efetividade da gestão das AMCPs como insumo para a gestão é uma evidência clara desta constatação.

A reflexão provocada pela Avaliação de Meio Termo relacionada a falta de integração dos elementos de monitoramento da biodiversidade e avaliação do estado de conservação das espécies no objetivo geral do Projeto é avaliada como superada, uma vez que com a

prorrogação da vigência do projeto GEF Mar (Portaria MMA Nº 429 de 2018) estes elementos poderão e deverão orientar a expansão e o fortalecimentos de um sistema de AMCPs.

Consideramos também que a reestruturação do Projeto realizada em 2018 esclareceu a abrangência, o escopo e as definições de um sistema de AMCPs considerando a necessidades da diversificação das medidas de conservação que, no entanto, deve ser acompanhada da ampliação e diversificação também das abordagens de gestão e avaliação da efetividade, o que se configura numa recomendação relevante para as próximas iniciativas.

## Arranjo Institucional e Estrutura

O arranjo institucional do Projeto GEF Mar é, assim como seu desenho, resultado de um conjunto de lições aprendidas nos últimos anos com a execução de projetos que envolvem atores de diferentes esferas e setores.

O arranjo previsto no PAD 341, institucionalizado pela Portaria MMA Nº 349 de 2014 e detalhado no MOP tornou-se operacional durante a implementação do Projeto – com a regularidade das reuniões do CP a partir de 2017.

O conjunto de instâncias do Projeto, assim como seu desenho, possibilitou a flexibilidade necessária para a resposta às oportunidades e às emergências e ao mesmo tempo garantiu estabilidade e continuidade também extremamente necessárias durante as mudanças políticas atravessadas pelo Projeto (3 presidentes da república e 4 ministros de meio ambiente) e constituiu, juntamente com o desenho, uma base consistente para o alcance dos resultados.

Uma reflexão necessária sobre o arranjo institucional do Projeto GEF Mar, e consequente sobre os modelos de arranjos adotados ultimamente pelos projetos com configurações semelhantes, é exatamente sua capacidade de resiliência às mudanças políticas e institucionais nos governos federal e estaduais.

Principalmente a instância de alto nível, Conselho do Projeto, que têm como função a garantia da continuidade da orientação e dos propósitos da iniciativa durante instabilidades políticas e institucionais. E exatamente nestes momentos de mudanças é que estas instâncias de alto nível são tensionadas pelas pressões por mudanças nas orientações ou esvaziadas pela ausência dos níveis estratégicos dos governos – seja pelo desinteresse em relação ao Projeto seja pelo afastamento velado do Projeto em relação aos dirigentes como forma de blindagem e defesa. Avaliamos que os dirigentes do governo federal envolvidos no CP foram habilidosos e comprometidos para construir a resiliência da instância estratégica do Projeto e esta experiência precisa gerar lições aprendidas para outras iniciativas e contextos.

Em relação às demais instâncias do arranjo a avaliação do Projeto identificou um conjunto de observações com a intenção de torná-las mais efetivas nas suas respectivas funções:

Instância do Arranjo	Observações
Conselho do Projeto	<p>Instância estruturada (portaria e regimento interno), representativa e funcional na maior parte do Projeto (relatos de dificuldades de reuniões antes de 2017).</p> <p>As mudanças políticas e institucionais esvaziaram a instância que teve dificuldades em estabelecer um canal aberto e transparente de diálogo com os níveis estratégicos do governo, mas demonstrou resiliência e compromisso com o Projeto contribuindo com sua implementação e até mesmo a ampliação (GEF Mar II).</p>
Comitê Operacional do Projeto	<p>Instância funcional durante todo o Projeto.</p> <p>Foi capaz de conduzir o Projeto de forma eficiente e orientada para os resultados, inclusive durante as reestruturações do Projeto.</p> <p>Precisou assumir tarefas mais estratégicas por causa das fragilidades do CP.</p>
Unidade de Coordenação do Projeto – MMA	<p>Instância estruturada e funcional durante todo o Projeto.</p> <p>A qualificação, a dedicação e o compromisso das servidoras que integram e integraram a Unidade é relatada por diferentes atores do Projeto como um dos elementos do seu sucesso e determinantes para o cumprimento da quantidade de atribuições (24) previstas no MOP.</p>
Grupos Técnicos de Trabalho (GTTs)	<p>Ao longo da avaliação tivemos oportunidade de considerar dois GTTs:</p> <p>GTT Gestores: a reflexão é se as necessidades e expectativas do grupo de executores do Projeto conseguem ser atendidas por este tipo de instância ou se a criação de uma instância permanente seria mais adequada.</p> <p>GTT PREPS: apesar do relato sobre a criação e algumas atividades do grupo, a forma de abordagem do tema pelo Projeto ainda não foi definida.</p> <p>Uma maior estruturação dos GTTs é recomendável, por exemplo, com a elaboração de um plano de trabalho, reporte sistemático dos avanços e monitoramento da sua efetividade.</p>
Unidade de Gestão do Projeto – Funbio	<p>Instância estruturada e funcional durante o Projeto.</p> <p>O envolvimento e o compromisso da equipe técnica e administrativa da UGP são avaliadas como adequadas às suas finalidades.</p>

Instância do Arranjo	Observações
Unidade de Implementação do Projeto – ICMBio	<p>Instância estruturada e funcional durante o Projeto.</p> <p>A instituição de uma unidade interna no ICMBio, inicialmente na DIMAN e posteriormente na DIPLAN é avaliada como positiva nos aspectos de integração das unidades executoras ao Projeto e promoção do alinhamento entre as unidades executoras (UCs e Centros).</p> <p>Entretanto cuidados devem ser tomados para que a atuação da UIP, e de outras instâncias de coordenação não resultem em etapas desnecessárias nos fluxos de informação e trabalho – relatos sobre a sobreposição das instâncias no fluxo de aprovação das solicitações foram coletados durante as entrevistas.</p>
Pontos Focais Estaduais / Municipais	<p>As diferentes realidades institucionais dos órgãos responsáveis pelas AMCPs estaduais representam um desafio para o arranjo institucional do Projeto.</p> <p>Deficiências na alocação de recursos humanos, alta rotatividade das equipes e escassez de recursos orçamentários são historicamente encontrados nos órgãos estaduais de meio ambiente.</p> <p>Estas fragilidades, que têm previsão de serem intensificadas em um cenário pós pandemia, deveriam ser consideradas nos esforços de melhoria do arranjo principalmente no sentido de apoiar uma maior formalização e estruturação destes pontos focais – estrutura mínima, capacitações para operação do Projeto, padronização de fluxos e ferramentas de gestão – aproximando-os dos aspectos positivos avaliados na UIP/ICMBio.</p> <p>Foi avaliado como um ponto de atenção no arranjo de implementação as dificuldades de órgãos gestores estaduais em garantir o encadeamento e a continuidade da sua participação e medidas para fortalecer a internalização e institucionalização do Projeto na estrutura dos órgãos estaduais devem ser consideradas.</p> <p>Importante registrar a inexpressiva atuação desta instância na linha de ação prevista no Projeto de Elaboração de Propostas de Criação de UCs, no subcomponente 1.1.</p>
Unidades Executoras (UCs, Centros, Coordenações ICMBio e Diretorias MMA)	<p>As unidades executoras do Projeto GEF Mar constituem elo essencial do arranjo institucional e gerenciam um conjunto de linhas de ação.</p> <p>É recomendada uma atualização na atribuição das Unidades Executoras considerando a execução das linhas de ação pelas UCs estaduais e dos projetos comunitários pelas associações e CNPT (para contornar esta situação foi criado um subcomponente no sistema de gerenciamento financeiro para a CNPT – Subcomponente 1.4, que não estava refletivo na estrutura formal do Projeto).</p>

Uma observação relevante em relação ao arranjo institucional é que o Projeto precisa estar atento a comportamentos históricos inadequados nos órgãos ambientais de “apropriações” individuais de projetos com recursos externos em detrimento da internalização institucional.

Independente se realizada com boas intenções esta apropriação individual limita significativamente os potenciais de avanços da implementação e aumenta muito os riscos de rupturas quando das mudanças institucionais frequentes.

Apoiar a capacitação de mais de um ator em cada instituição, solicitar a estruturação mínima de unidades de implementação nos órgãos gestores (a exemplo da UIP do ICMBio) e manter diálogo constante com os níveis mais estratégicos das instituições são medidas sugeridas para minimizar estes riscos.

## Internalização e Articulação

Foi constatado que o Projeto foi adequadamente internalizado pelo Governo Federal e que os Governos Estaduais iniciaram sua internalização. A lógica de implementação proposta foi claramente compreendida pelas instâncias de coordenação e execução do ICMBio e MMA que souberam usar o Projeto para o fortalecimento do sistema de AMCPs e ao mesmo tempo utilizaram os espaços propiciados pelo Projeto para aprendizados importantes sobre a integração com as comunidades locais, a sustentabilidade financeira e a implementação de uma estratégia de monitoramento da biodiversidade.

A constatação desta internalização é corroborada pela quantidade e importâncias das lições aprendidas geradas pela implementação e pela capacidade que o MMA e o ICMBio demonstraram de articular e integrar com outras iniciativas e programas na esfera federal.

O volume de recursos executados pelos órgãos federais (96%) ajuda a entender o grau de utilização e internalização que o Projeto conseguiu alcançar na esfera federal – AMCPs federais, Centros de Pesquisa e Coordenações do ICMBio e Departamentos do MMA e também ajudam a entender o estágio inicial da internalização e articulação com outras iniciativas pelos órgãos estaduais



Os registros do Projeto e os relatos coletados nesta avaliação identificaram muitas evidências desta internalização pelo Governo Federal e algumas evidências pelos Governos Estaduais.

Uma das evidências coletadas da capacidade de articulação do Projeto com outras iniciativas ligadas à conservação da biodiversidade marinha e costeira é sua forma de integração com o Projeto de Cooperação Técnica TerraMar. Uma iniciativa MMA e ICMBio, em parceria com o Ministério Federal do Ambiente, Proteção da Natureza e Segurança Nuclear (BMU), da Alemanha, por meio da Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH

que objetiva apoiar gestão ambiental territorial integrada do espaço continental e marinho. Os dois projetos possuem os mesmos parceiros de implementação e atuam nas mesmas regiões (Costa dos Corais e Abrolhos no caso do TerraMar).

A atuação conjunta entre os Projetos envolve diversas atividades de apoio às AMCPs o que oportuniza aos gestores e aos órgãos executores a possibilidade de utilizar sinergicamente este apoio externo. Os dois projetos vêm atuando conjuntamente na coordenação da construção do Projeto Político Pedagógico da Zona Costeira e Marinha combinando os recursos financeiros e técnicos do GEF Mar com o aporte técnico do TerraMar.

A internalização do Projeto pelos Governos Estaduais se destaca pela a utilização sistemática das ferramentas de avaliação da efetividade Tracking Tool e SAMGE por todas as AMCPs estaduais apoiadas pelo Projeto.

O Sistema Estadual de Unidades de Conservação da Natureza – SEUC do estado de Pernambuco, instituído pela Lei 13.787/09 e constituído de 86 unidades de conservação estaduais passou a adotar o SAMGE como ferramenta de monitoramento da efetividade e em 2019 a ferramenta foi aplicada em 45 unidades (em 2018 apenas 2 unidades utilizaram a ferramenta).

## Apoio Social, Benefícios às Populações Tradicionais e Mecanismos de Participação

O Projeto contou com importante apoio social durante sua implementação evidenciado pela participação ativa dos representantes das comunidades locais e pescadores na instância estratégica (Conselho do Projeto) e pelo aumento da importância desta participação durante a implementação. Foi avaliado que o apoio social alcançado e a participação social oportunizada contribuíram para o alcance dos objetivos do Projeto.

Identificamos um ciclo virtuoso no qual os mecanismos de participação previstos permitiram ao Projeto ouvir as demandas e anseios das comunidades locais, o que resultou na ampliação do espaço para estes beneficiários na implementação do Projeto.

### Ciclo Virtuoso Integração Comunidades Locais



Os benefícios iniciais percebidos pelas comunidades locais e pelo Projeto a partir dos resultados das primeiras iniciativas induziram e alimentaram o aumento da participação deste grupo de beneficiários na implementação do Projeto culminando com sua atribuição de importante executor das linhas de ação do subcomponente 1.4. e consolidando um importante aprendizado para o Projeto e para as instituições envolvidas.

*“Vivemos tempos diferentes com a chegada do 1.4.  
O 1.4 mudou nossas vidas.”  
Depoimento de Representante de Comunidades Locais*

Foi essencial para o sucesso do Projeto a flexibilidade demonstrada para incorporar durante sua implementação as ações de apoio ao fortalecimento das comunidades relacionadas às AMCPs apoiadas.

Entendidas no desenho inicial do Projeto como beneficiários (PAD 341 – Item 22) as populações locais foram consideradas no planejamento do Projeto como integrantes do Conselho do Projeto (representantes dos grupos de interesses não governamentais) e por meio de uma

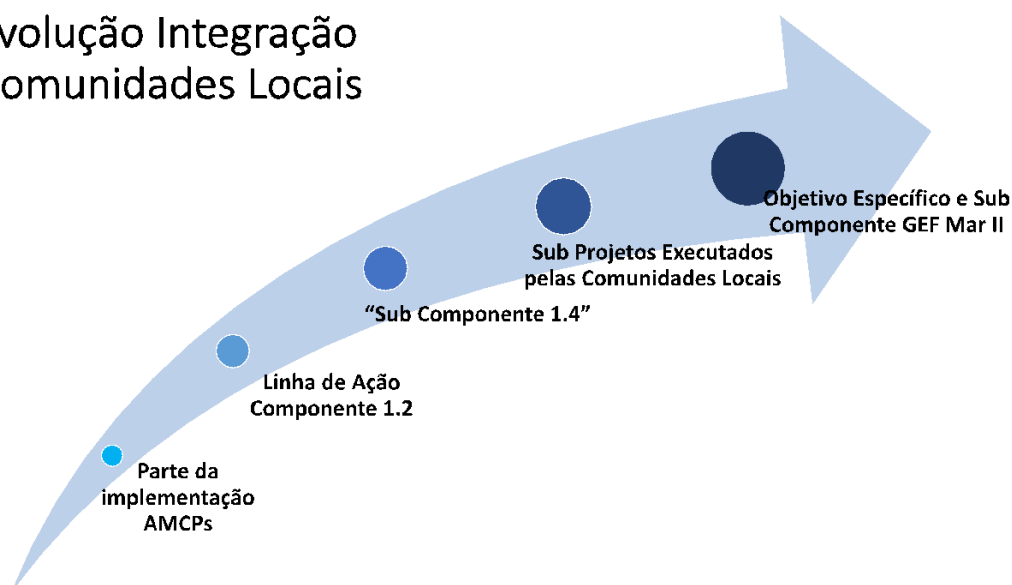


meta intermediária muito tímida de 480 participantes (120 por ano de Projeto) em atividades de consulta durante a implementação do Projeto.

O último levantamento consolidado dos participantes em atividades do Projeto no 9º Relatório de Progresso (referente ao 1º semestre de 2019) reporta 5630 participantes, sendo 2.255 mulheres e 3.375 homens – 1173% acima da meta prevista.

Demandados pelos representantes das comunidades locais e pescadores das Reservas Extrativistas Marinhas, na figura da CONFREM, desde o início da implementação do Projeto os projetos de integração foram sendo ampliados e principalmente resignificados ao longo da implementação do Projeto – configurando uma das principais lições aprendidas na nossa avaliação.

## Evolução Integração Comunidades Locais



*"O representante dos pescadores artesanais, Carlos Alberto Pinto dos Santos, ratificou a importância dos projetos de integração com as comunidades, que foram discutidas em 2016 como mais um subcomponente a ser trabalhado pelo Projeto, para não perder força e nem recurso. Foi esclarecido que tais atividades de integração com as comunidades de fato foram incorporadas ao Projeto, mas como não é possível modificar a estrutura de componentes e subcomponentes, elas foram inseridas como mais uma linha de ação dentro do subcomponente 1.2, com recursos específicos destinados a ela, independentes do montante já direcionado para as demais linhas de ação deste subcomponente".*  
(Ata da 1ª Reunião do Conselho do Projeto – 26/01/2017)

Os projetos comunitários passaram a ser executados em dois modelos:

- Coordenados pelas AMCPs e Centros (CEPENE e CNPT): a partir de solicitações dos gestores, seguindo o modelo normal de execução para outros temas de gestão das AMCPs;
- Coordenados pelas Associações: representações das comunidades locais selecionadas em edital executam diretamente as solicitações e as atividades dos projetos comunitários.

No segundo ciclo foram aportados recursos ao Plano Operacional do CNPT para realização de ações de coordenação e integração dos subprojetos selecionados em cada região.

Uma dimensão importante dos resultados alcançados com a integração das comunidades locais no Projeto foi a viabilização da captação de recursos de outras fontes para as associações – segundo relatos da CONFREM por meio do edital estadual Bahia Produtiva foram aprovados 12 projetos com valores entre 150 e 200 mil reais.


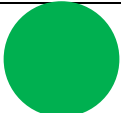
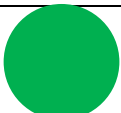
A sensibilidade, flexibilidade e a visão que o nível decisório do Projeto demonstrou com a incorporação das populações locais não foi acompanhada da agilidade e efetividade nos ajustes na estrutura e dos sistemas de gerenciamento do Projeto:

- Componente 1.4 não foi integralmente institucionalizado no Projeto;
- Os investimentos e a execução das atividades não foram adequadamente monitorados e evidenciados pelos indicadores e marcos referenciais existentes;
- Estudos dos mecanismos financeiros não consideraram os projetos comunitários (como fonte geração de receita ou elemento de despesa do sistema de AMCPs).

Os mecanismos de participação previstos no Projeto – CP, GTTs, Missões de Supervisão e Avaliação – possibilitaram a escuta das demandas das comunidades locais e permitiram sua maior integração, entretanto a participação social nos processos decisórios é limitada. Os espaços de participação existentes não são deliberativos, mas consultivos, de orientação e com competências para formular recomendações ao Projeto. Entretanto nossa avaliação constatou que esta limitação não comprometeu os resultados do Projeto.

Aumentar a participação social nos processos decisórios do Projeto é desejável sob o ponto de vista da inclusão, transparência, representatividade e abordagem múltiplas para soluções e decisões, entretanto mudanças na tomada de decisões do Projeto precisam ser balanceado com os requisitos de confiabilidade, responsabilização e prestação de contas aos quais o Projeto é submetido. O aumento do número de etapas nos fluxos administrativos com a inserção de instâncias de aprovação também precisa ser cuidadosamente analisado para que o aumento da participação no processo decisório não impacte a eficiência e agilidade necessárias.

## Componente 4: Coordenação e Gestão do Projeto

Metas e Indicadores Intermediários – Componente 4			
META	ALCANCE	STATUS	VERIFICAÇÃO
Sistemas de gestão (incluindo sistemas fiduciários) e Monitoramento do Projeto operacionais (Relatórios financeiros trimestrais e relatórios de progresso semestrais)	100%		Entrega dos Relatórios previstos no MOP
Relatórios de progresso e Relatórios financeiros elaborados e disponibilizados.			
Sistemas de gerenciamento adotados e implementados em todas (100%) as AMCPs	100%		Relatórios TT elaborados recebidos pela UCP Obs.: É considerada a entrega da TT pelos gestores das UCs
Todas as AMCPs apoiadas pelo Projeto responderam e enviaram relatórios da aplicação da ferramenta TT. Adicionalmente as AMCPs também têm adotado o SAMGE para apoiar o gerenciamento da efetividade.			
Instâncias do Projeto criadas e funcionando de acordo com o MOP (100% das reuniões previstas no MOP realizadas)	100%		Relatórios do Projeto, Atas de reuniões das diferentes instâncias do Projeto Obs.: É considerado o número de reuniões executadas em relação ao previsto no MOP
Em 2019 o Conselho do Projeto se reuniu em maio e dezembro. Já o Comitê Operacional do Projeto (COP) realizou as reuniões em abril e dezembro.			

## Sub Componente 4.1 – Gerenciamento Financeiro

### Gerenciamento Financeiro e Controle da Execução

O gerenciamento financeiro do Projeto se aproveitou da expertise e experiência do Funbio na execução de projetos de conservação da biodiversidade para aportar na sua execução as metodologias e ferramentas adotadas em outras iniciativas semelhantes.

As constatações desta avaliação são de que o Funbio conduziu o gerenciamento financeiro do Projeto de acordo com os requisitos especificados nos acordos iniciais e com as regras definidas pelos doadores com a manutenção dos controles contábeis atualizados e registros das movimentações das contas operacionais, possibilitando o fornecimento de relatórios financeiros periódicos.

O controle da execução do Projeto foi realizado de forma compartilhada por todos os órgãos implementadores e executores e envolveu um conjunto de mecanismos do Projeto e das próprias instituições que acompanham os diferentes níveis de implementação e as fases do ciclo de gestão do Projeto (planejamento, execução e monitoramento).

No escopo desta avaliação foi constatado que os mecanismos de controle utilizados foram capazes de oferecer a necessária transparência e confiabilidade na execução dos recursos. Alguns destes mecanismos de controle da execução identificados durante a avaliação foram:

- Orientação do planejamento operacional para resultados e metas;
- Etapas de análise e aprovação das solicitações nos órgãos executores, nas instâncias de gestão do Projeto e pelos doadores (não objeção);
- Relatorias periódicas dos órgãos executores e implementadores;
- Avaliações externas;
- Auditoria interna e externa na Unidade de Gestão do Projeto (Funbio);
- Planilha dinâmica para controle de diárias solicitadas;
- SCDP – Sistema de Concessão de Diárias e Passagens;
- Inventário dos bens incorporados ao patrimônio dos órgãos executores.

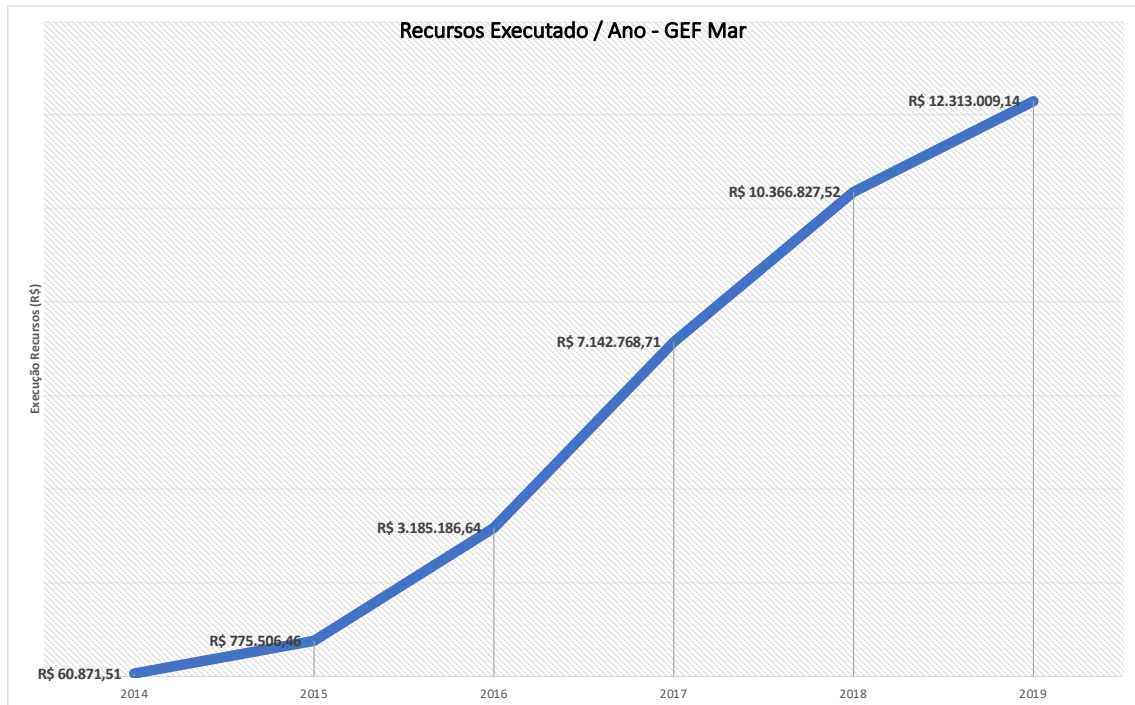
É sempre tênue o balanceamento entre os controles necessários para garantir a transparência e confiabilidade e as simplificações e flexibilizações também tão necessárias para possibilitar agilidade e um fluxo mais direto do aporte de recursos na gestão das AMCPs.

De um lado é um preço a se pagar pela oportunidade de contar com o apoio do Projeto enquanto do outro lado é a precificação do custo reputacional e a imposição dos modelos de riscos que recomendam a inserção das salvaguardas e dos mecanismos de controles.

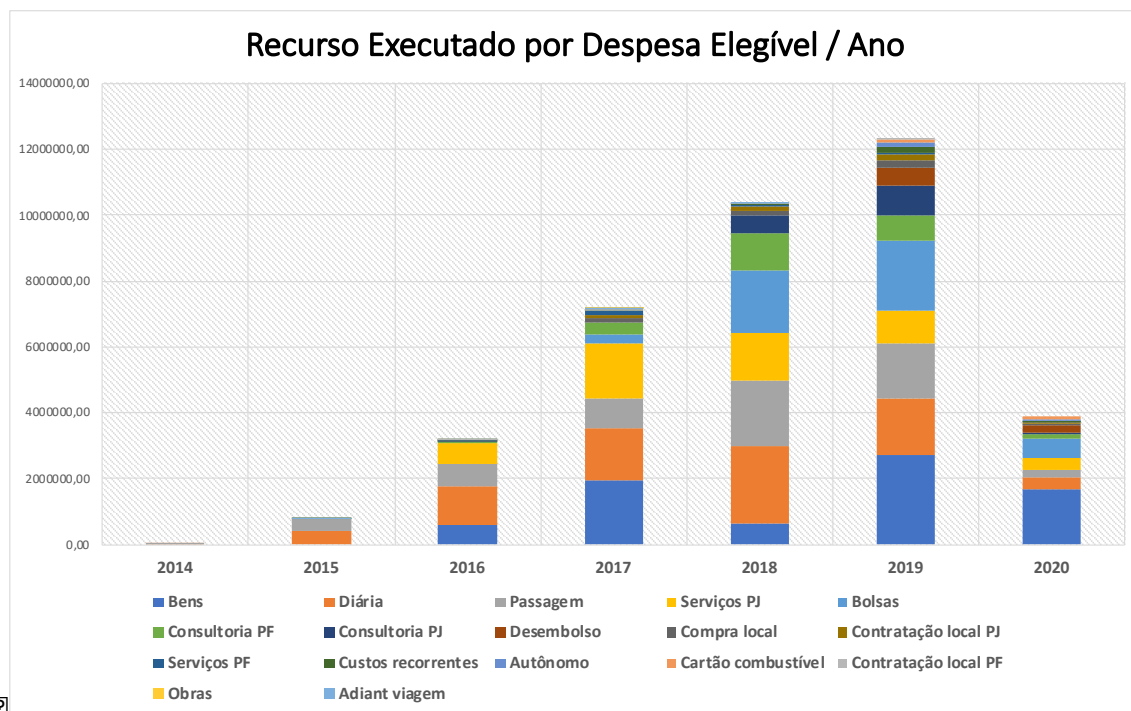
### Execução

O Projeto e seus arranjos de execução demonstraram capacidade de alocar os recursos que viabilizaram a implementação dos componentes, subcomponentes e linhas de ação e contribuíram para o alcance dos seus objetivos.

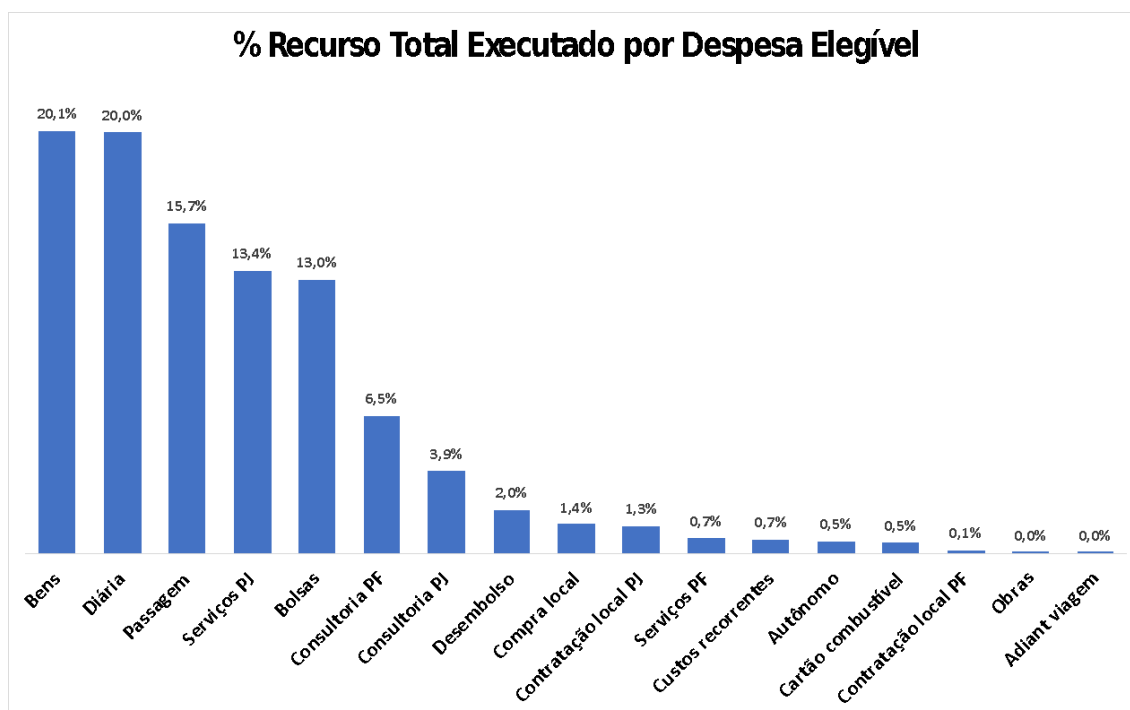
O volume de recursos executados cresceu ao longo dos seis anos de implementação alcançando cerca de R\$ 12 milhões em 2019 por meio do atendimento de cerca de 800 solicitações ou protocolos. Este crescimento é avaliado como compatível com ritmo de implementação e com os processos de aprendizados dos órgãos implementadores.



As formas de execução dos recursos – entendidas como despesas elegíveis pelo gerenciamento financeiro do Projeto – também evoluíram ao longo da implementação evidenciando uma capacidade de adaptação do gerenciamento financeiro conduzido pelo Funbio às necessidades dos órgãos executores, principalmente à realidade das AMCPs. O Projeto que na sua fase inicial executou recursos por meio de 3 ou 4 despesas elegíveis, a partir de 2017 incorporou novas modalidades de execução alcançando 17 tipos de despesas elegíveis em 2019.



Foi constatado que a diversificação dos mecanismos de execução de recursos (despesas elegíveis) não teve contribuição significativa para o aumento da execução, uma vez que aproximadamente 80% foi concentrada em apenas cinco despesas elegíveis: bens, diárias, passagens, serviços pessoa jurídica e contratação de bolsistas.



Entretanto esta diversificação de despesas elegíveis, de acordo com relatos dos executores, contribuiu para viabilizar a implementação do Projeto nos territórios oferecendo mecanismos mais adequados para as pequenas compras e serviços contratados localmente: autônomos, contratações locais PF e PJ e compras locais.

Estas inovações e customizações na execução do Projeto precisam ser reconhecidas como sua capacidade de adaptação e aprendizado com as realidades da sua implementação e na nossa avaliação também foram importantes para o seu sucesso. E se mantiveram em um percentual adequado, considerando que muitas destas despesas não foram planejadas, em comparação com as despesas elegíveis mais estruturantes que majoritariamente foram previstas nos planejamentos da execução.

Foram relatadas oportunidades de melhorias relacionadas ao aumento dos limites de algumas destas despesas locais, principalmente considerando a realidade do território de algumas AMCPs – notadamente o NGI de Fernando de Noronha que possui características sociais e econômicas muito peculiares – e também na redução dos prazos de pagamento de fornecedores locais.

A análise da execução dos recursos a partir do recorte das despesas elegíveis também possibilita constatar que o Projeto:

- Apoiou principalmente os deslocamentos de servidores e parceiros de implementação com a destinação de 35,7% dos recursos para passagens e diárias;
- Direcionou uma parcela considerável dos apoios para o aumento da capacidade de monitoramento e pesquisa dos órgãos executores com a destinação 26,4% em contratação de bolsas e serviços de pessoa jurídica (boa parte desta despesa também foi alocada para pagamento de bolsas através de fundações); e
- Efetivamente não apoiou a execução de obras.

Estas constatações sobre a alocação dos recursos nas despesas, considerando principalmente a análise priorizada nas poucas despesas vitais (bens, diárias, passagens, serviços pessoa jurídica e contratação de bolsistas), precisam provocar reflexões e se pertinente, ajustes nos seguintes aspectos:

- Redução drástica no ritmo de execução na continuidade do Projeto com as restrições decorrentes da pandemia de COVID-19;
- Oportunidade de ganho de eficiência na aquisição de passagens;
- Atenção aos riscos de uso da contratação de bolsistas para complementar a capacidade e competência técnica dos órgãos executores.

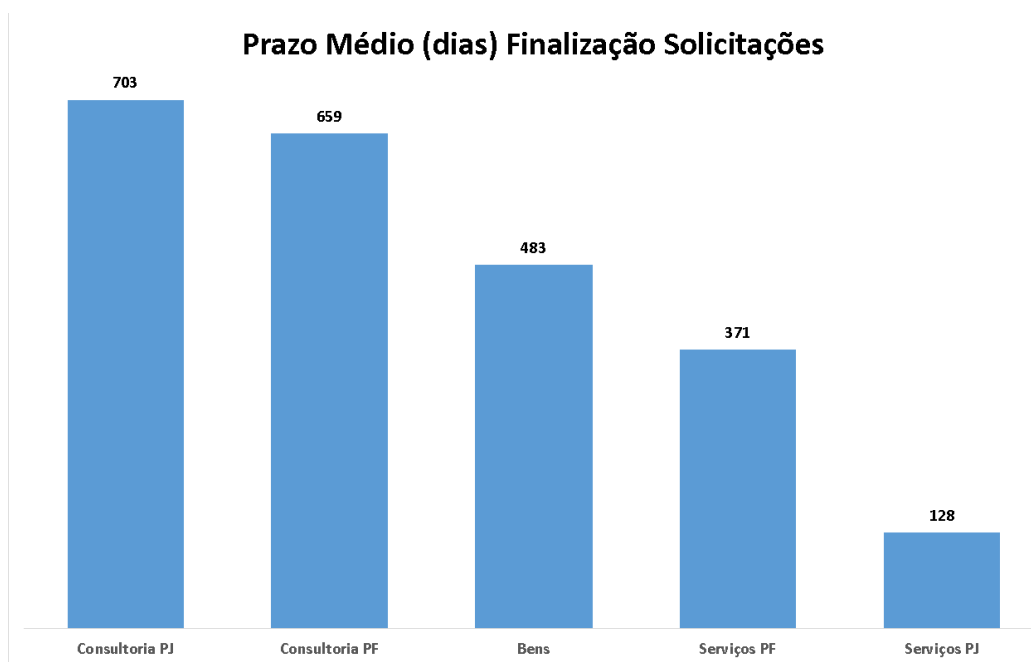
#### Eficiência – Agilidade no Atendimento às Solicitações

A maior insatisfação relatada pelos representantes dos órgãos executores com os fluxos, procedimentos e tramitações foi direcionada ao tempo de atendimento de alguns tipos de solicitações.

Há um consistente reconhecimento da agilidade do arranjo de implementação no atendimento às solicitações de passagens e diárias no escopo do Projeto, entretanto, a finalização das requisições relacionadas a bens e consultorias foi mal avaliada pela maioria dos entrevistados.

Foram relatadas a falta de clareza dos procedimentos, excesso de retrabalho nas solicitações de complementação e ajustes das requisições, demora e dificuldade de retorno sobre a situação de avanço das contratações e aquisições.

Uma análise dos prazos médios de finalização de requisições de algumas despesas elegíveis revela que as contratações de consultorias precisaram de quase dois anos para serem finalizadas e a aquisição de bens precisou de 16 meses. Vários atores relataram que a aquisição ou contratação por meio dos mecanismos governamentais se mostraram mais ágeis e fáceis para estes itens.

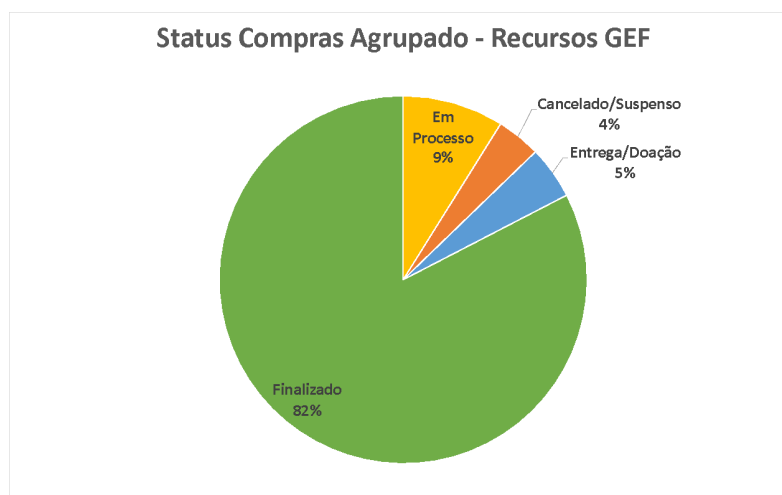
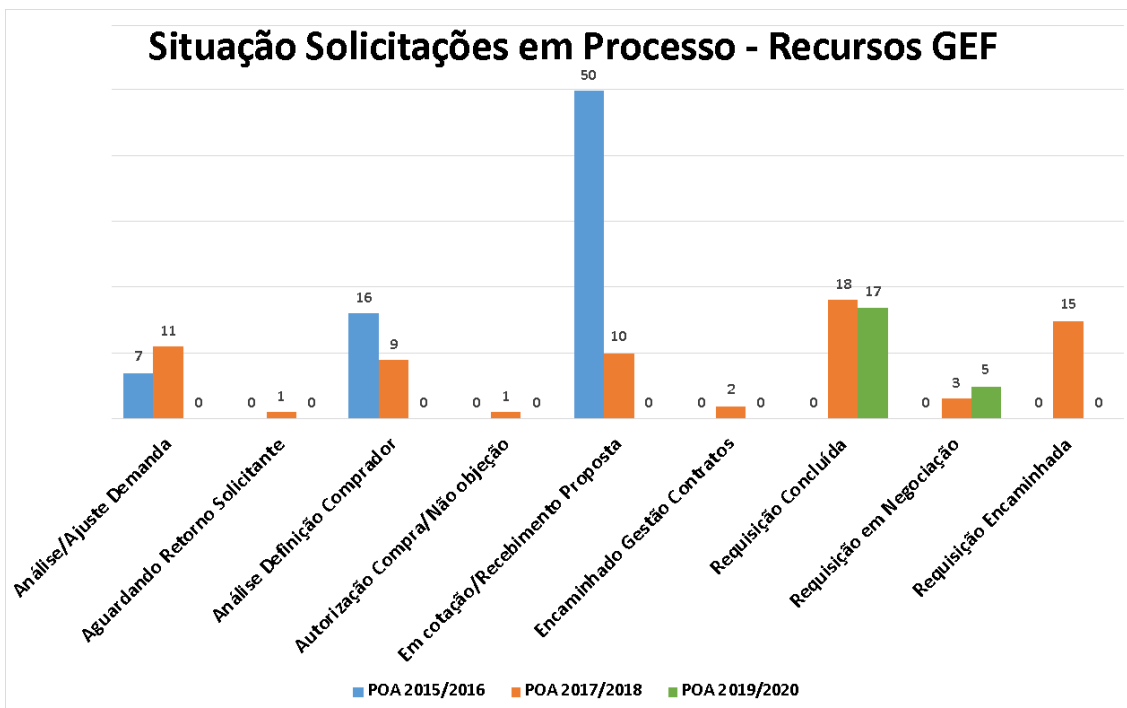


Avaliado como um dos principais gargalos na implementação do Projeto as dificuldades na aquisição de bens e contratação de consultorias impactaram a concatenação das ações planejadas pelos executores e de acordo com os relatos comprometeram a entrega de alguns resultados.

A avaliação é que as dificuldades apresentadas na aquisição de bens e contratação de consultorias não podem ser atribuídas à falta de competência ou conhecimento por parte do Funbio, mas sim a problemas de alocação da capacidade de compras em relação à demanda apresentada pelo Projeto. Uma evidência que corrobora esta avaliação foi a aceleração do atendimento ao passivo de demandas não atendidas nos últimos meses de execução dos recursos GEF revelando que foi priorizada a alocação da capacidade de aquisição para atendimento ao Projeto.

De acordo com os registros de acompanhamento dos processos de atendimento de requisições no encerramento da execução dos recursos do GEF (30/03/2020) ainda existiam 165 solicitações em processamento oriundas dos POAs 2015/2016, 2017/2018 e 2019/2020.





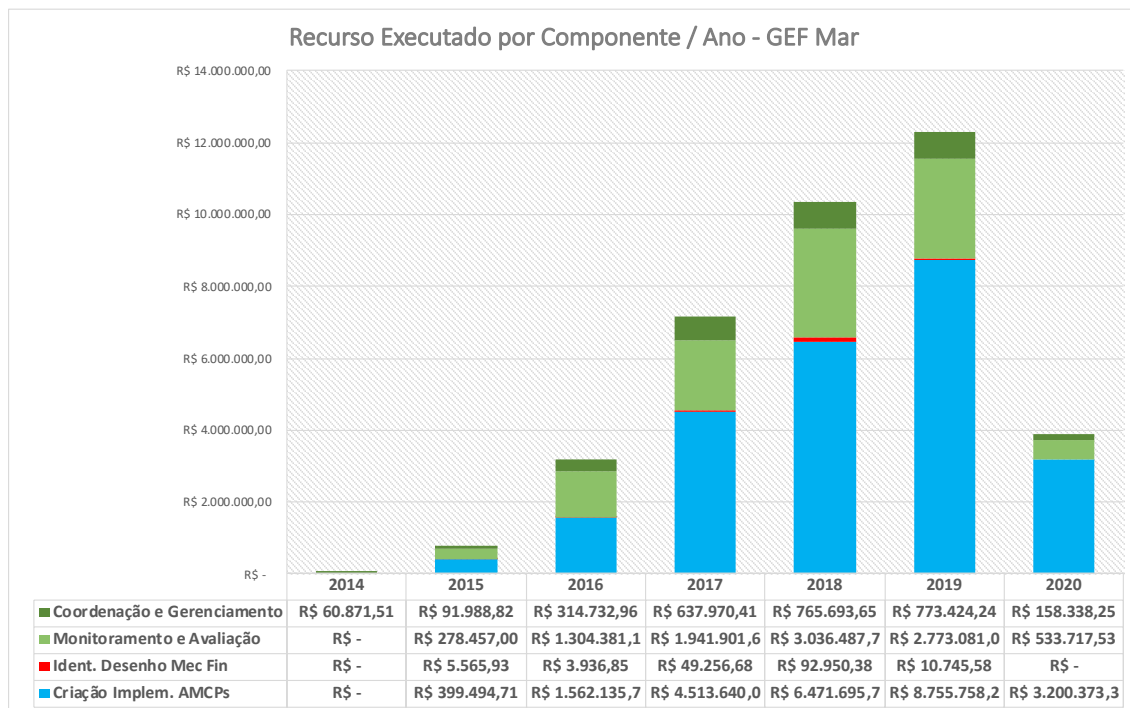
Foi avaliado ainda que a utilização do sistema Cérebro pelo Funbio para o gerenciamento do processo de atendimento às solicitações de apoio e sua disponibilização aos executores Projeto constitui um importante apoio ao planejamento e acompanhamento da execução.

Entretanto os relatos dos usuários do sistema indicaram um ambiente ainda pouco amigável e restrito ao acompanhamento estático da situação das solicitações, com limitações na geração de relatórios customizados e nas interfaces de comunicação com os gestores e com pouca inteligência de informação incorporada.

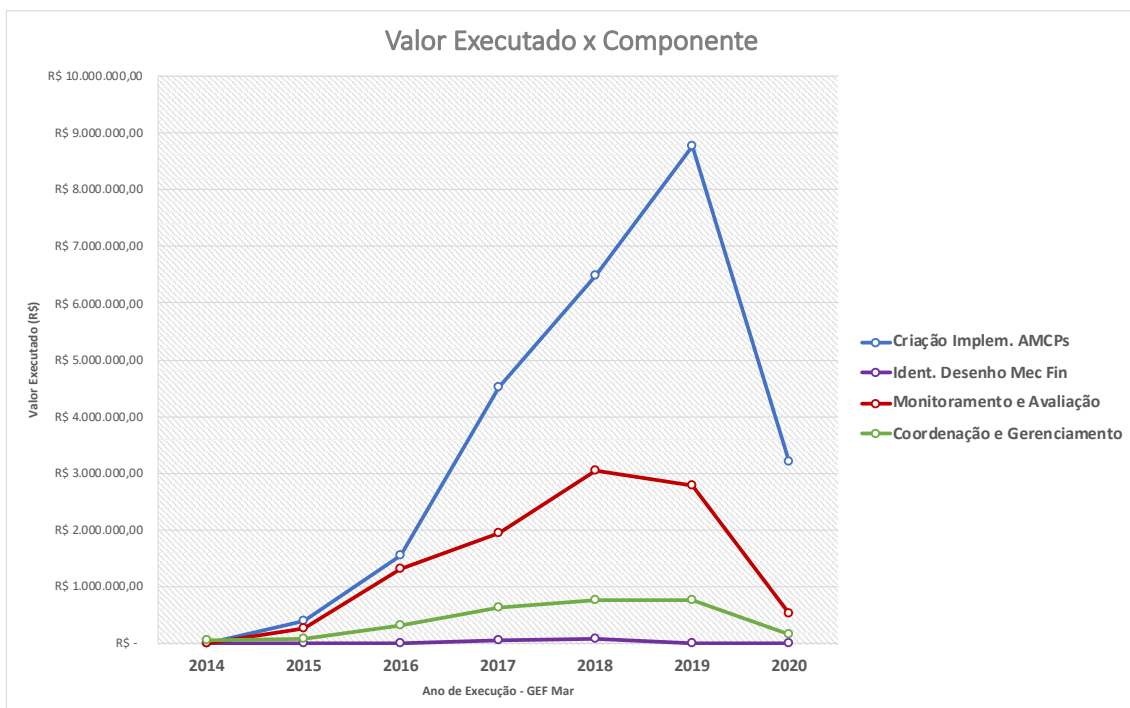
É importante relatar que durante esta avaliação o Funbio implementa uma iniciativa para uma mudança de paradigma na sua unidade de compras considerando o redesenho dos processos, a reestruturação da unidade e a modernização tecnológica.

## Recursos Financeiros, Estrutura de Financiamento e Arranjo Financeiro

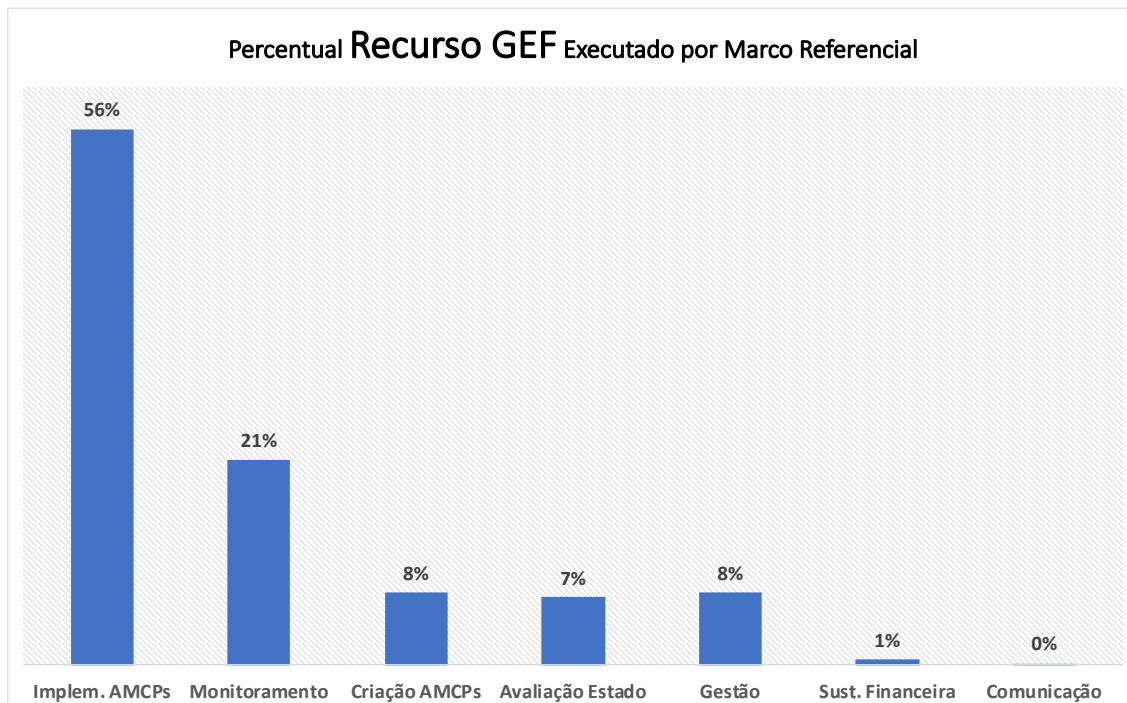
Constatamos que os recursos financeiros foram previstos e executados de forma adequada com a etapa de implementação do Projeto e garantiu o atendimento balanceado dos desafios de cada componente, subcomponente e linhas de ação.

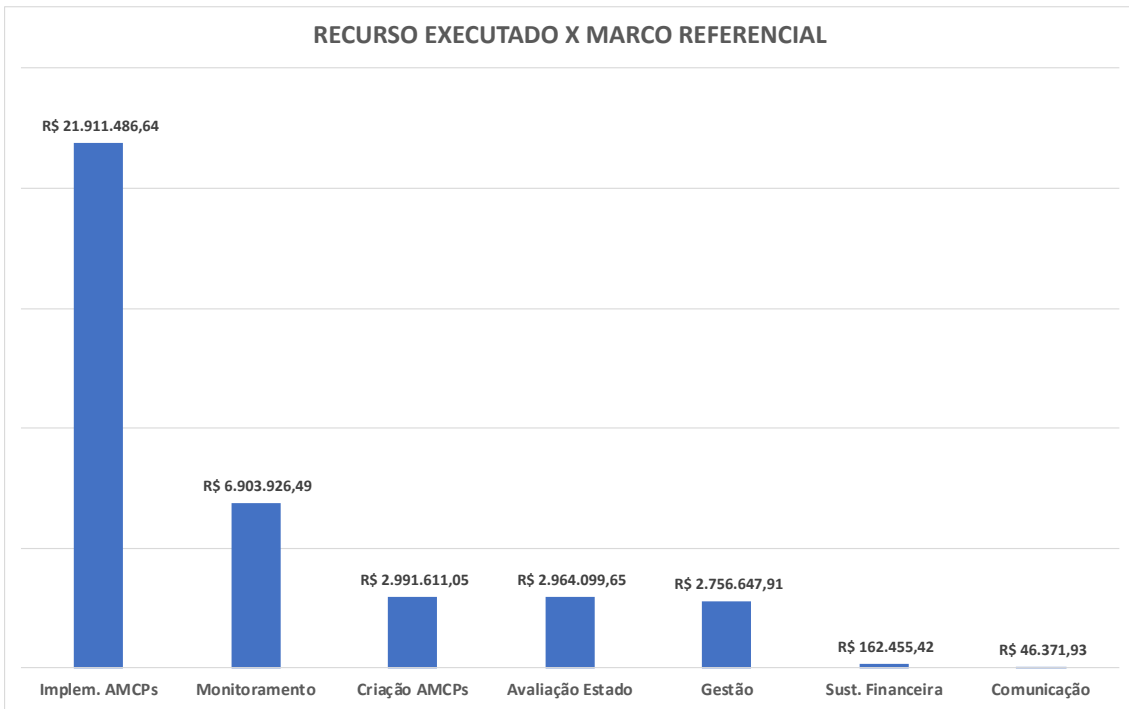


A análise da alocação dos recursos totais e dos recursos GEF por Marco Referencial evidencia uma distribuição coerente com os desafios de implementação de cada elemento do sistema de AMCPs apoiados (criação, implementação, monitoramento, avaliação do estado de conservação e sustentabilidade financeira) e com os resultados obtidos nestas linhas de ação.



A alocação dos recursos para a gestão do Projeto também se mostrou coerente com o suporte gerencial aportado pela UCP e percebido pelos atores e com as evidências de subutilização das estratégias de comunicação (as ações de comunicação do Projeto foram consideradas insuficientes e com poucos resultados relatados).





Agrupando o volume de recursos executados pelas instituições, considerando todas as linhas de ação, inclusive aquelas conduzidas de forma compartilhada, constatamos que mais de 80% dos recursos de implementação foram executados pelo ICMBio e mais de 96% pelo nível federal.

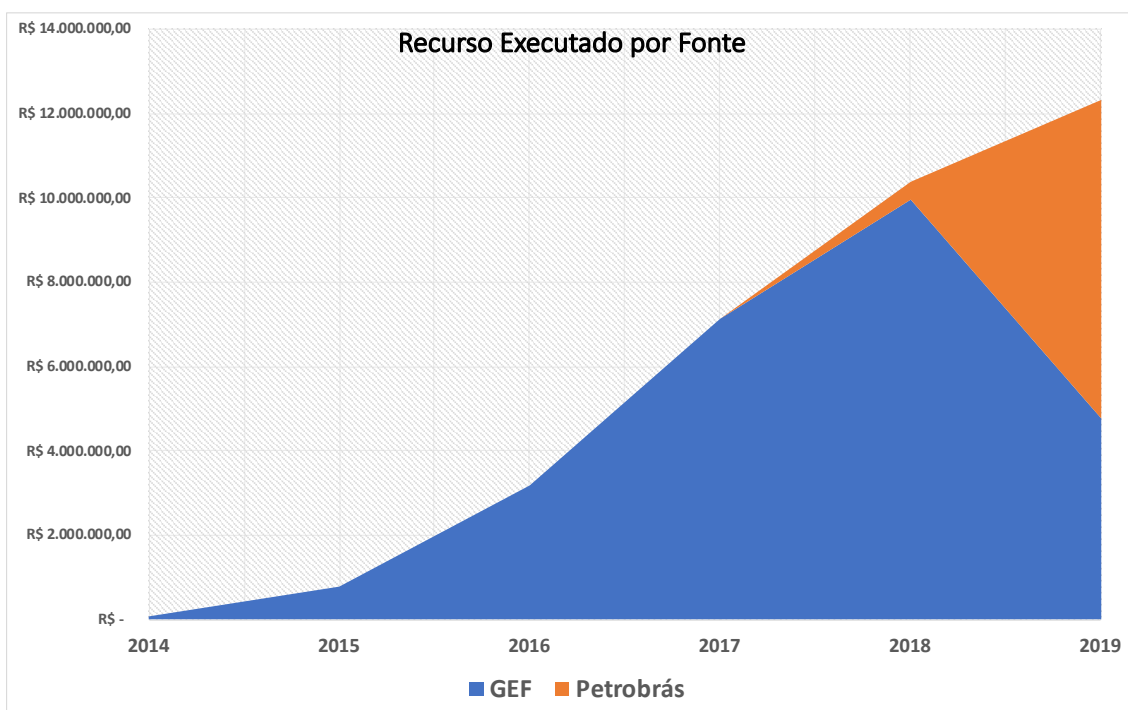


Uma constatação decorrente é que a execução do Projeto é altamente dependente de uma instituição (ICMBio) que demonstrou grande capacidade de internalização e articulação e desta forma contribuiu para o alcance dos sucessos reportados.

Entretanto deve-se atentar para que mudanças políticas e organizacionais que afetem o ICMBio irão necessariamente impactar a implementação do Projeto e, portanto, acompanhar de perto as mudanças em curso e refletir estrategicamente sobre o grau desejado de descentralização são medidas que auxiliam na gestão destes riscos.

O aporte tardio dos recursos da Petrobras-IBAMA em 2018 complementou a estrutura e o arranjo financeiro desenhado para o Projeto e possibilitou inclusive o aprimoramento significativo deste arranjo com a alocação do saldo de recursos GEF para o Fundo Marinho.

A análise do desempenho da execução dos recursos aportados pela Petrobras-IBAMA que foram incorporados ao Projeto em uma fase de alta implementação demonstra que o arranjo financeiro e de execução foi capaz de se adaptar e internalizar rapidamente a nova fonte e com menos de um ano ultrapassou em volume os recursos do GEF – os custos de aprendizagem na execução foram assumidos principalmente pelo GEF.



## Sub Componente 4.2 – Coordenação Técnico-Administrativa do Projeto

Foi avaliado que as instâncias implementadoras do Projeto – UCP, UGP e UIP – foram capazes de conduzir adequadamente o ciclo de gestão utilizando os instrumentos gerenciais previstos para apoiar a implementação na direção dos objetivos do Projeto.

As instâncias implementadoras também viabilizaram a flexibilidade possível do Projeto para incorporar as melhorias decorrentes dos aprendizados experimentados e responder às situações de emergências enfrentadas pelas AMCPs apoiadas.

O ciclo de gestão adotado pelo Projeto e documentado no seu MOP incorpora os aprendizados acumulados pelas instituições (MMA, Banco Mundial, Funbio e ICMBio) a partir da implementação de outros projetos de apoio à conservação. O ciclo de gestão é avaliado, portanto, como capaz de atender às demandas de apoio e de garantir um fluxo regular de recursos para os marcos referenciais e as AMCPs apoiadas.

A principal oportunidade de melhoria identificada na avaliação do ciclo de gestão é o aprimoramento do planejamento das unidades executoras (AMCPs, Centros, Unidades Organizacionais do ICMBio e Associações) tornando-os mais orientados aos resultados. Durante a avaliação as entrevistas com os gestores evidenciaram formas diferentes do uso do planejamento dos recursos do Projeto (PO) que podem ser entendidas em três grupos:

- Planejamento dos recursos do Projeto alinhado a um direcionamento estratégico explícito: notadamente planejamento estratégico e planos de manejo;
- Planejamento dos recursos do Projeto (PO) alinhamento a um direcionamento estratégico implícito: “nosso plano de manejo está desatualizado, mas temos um direcionamento das prioridades e nos reunimos com a equipe da AMCP para definir quais recursos são mais importantes”;
- Planejamento dos recursos do Projeto (PO) como uma lista de necessidades ou desejos desvinculada de orientações e diretrizes estratégicas: “o gestor anterior não nos consultava sobre o que demandar do GEFMar ele pedia da cabeça dele e só sabíamos quando o equipamento chegava”.

Foi constatado o esforço do Projeto em estabelecer mecanismos de planejamento, execução e monitoramento que se orientem para os resultados. As Orientações para Planejamento de Atividades das Unidades de Conservação elaborada em julho de 2018 pela Coordenação do Projeto para apoiar o exercício de planejamento das AMCPs é uma evidência destes esforços.

De acordo com o documento o “planejamento deve ser direcionado ao avanço nos indicadores do Projeto, que deverão subsidiar a priorização e planejamento das atividades a serem apoiadas em cada ciclo, compondo os Planos Operativos (PO) de cada executor do projeto, dentro de tetos orçamentários definidos pelo Comitê Operacional do Projeto (COP)”.

A abordagem prescrita é que as AMCPs se orientem pelas metas de pontuação definidas para cada indicador da ferramenta Tracking Tool relacionadas aos marcos referenciais e a partir daí estabeleçam as atividades e insumos necessários em cada linha de ação correspondente.

A lógica proposta é coerente e estimula que os gestores e responsáveis olhem além das listas infundáveis de necessidades das AMCPs, entretanto nossa avaliação é que esta abordagem ainda é insuficiente para promover uma mudança de paradigma na gestão de áreas protegidas considerando:

- As limitações da ferramenta Tracking Tool por ser baseada nas percepções dos gestores e por compartimentalizar as atividades e resultados em linhas de ação que não inclui as relações de interdependência e por isto, incapaz isoladamente de representar os desafios de gestão;
- A falta de integração mais orgânica com as ferramentas institucionais de planejamento e monitoramento de cada órgão gestor;
- O vínculo ainda frágil com as estratégias institucionais que devem direcionar a atuação das AMCPs, apesar dos avanços do ICMBio neste aspecto com maior envolvimento das Coordenações temáticas no Projeto e nos planejamentos;
- Atividades de monitoramento baseadas em relatórios descritivos de atividades realizadas sem vínculo causal com os resultados alcançados;
- A ilusão da tentativa de controle da realidade ainda predomina com a preparação de planejamentos operacionais de médio prazo (2 anos) que rapidamente se tornam obsoletos e inadequados às realidades dos territórios.

Foi avaliado que as instâncias de coordenação do Projeto são sensíveis a este desafio e vem incorporando ajustes e melhorias no ciclo de gestão.

## Capacitações e Alocação de Recursos Humanos

A aposta em uma iniciativa estruturante e estratégica em coordenação conjunta com o Projeto TerraMar de elaboração de um Projeto Político Pedagógico para a Zona Costeira e Marinha que contempla diretrizes político-pedagógicas e institucionais para o desenvolvimento de processos educativos com vistas à conservação e uso sustentável da biodiversidade no bioma marinho e costeiro é ambiciosa e condizente com o tamanho do desafio de educar pessoas para a conservação.

A iniciativa do PPPZCM é, portanto, muito bem posicionada para integrar uma estratégia de longo prazo de conservação e uso sustentável da biodiversidade marinha e costeira.

Em função do seu timing e processo de construção, a PPZCM não conseguiu contribuir efetivamente no âmbito do Projeto a não ser pelas oportunidades de reflexões sobre a dimensão educacional e formativa vinculada à abordagem territorial da conservação.

No âmbito do Projeto as capacitações foram implementadas de acordo com as Diretrizes Estratégicas para Capacitação, que direcionou as ações de capacitação apoiadas enquanto o Plano Estratégico de Capacitação não era aprovado.

Dentre as capacitações apoiadas pelo Projeto, relatos destacaram o apoio a duas edições do Ciclo de Gestão Socioambiental (GSA) que envolveu servidores do ICMBio, dos órgãos gestores estaduais, lideranças comunitárias e conselheiros das AMCPs. O Ciclo é uma abordagem inovadora de formação em três linhas temáticas – educação ambiental, gestão participativa e gestão de conflitos – conduzida pelo ICMBio desde 2014.

Os registros de execução do Projeto evidenciam um aporte de aproximadamente R\$ 1 milhão em atividades de capacitação e eventos. Deste total 83% foram executados no âmbito do Componente 1, na linha de ação Formação e Capacitação que apoiou a criação e a implementação das AMCPs e 17% executados no Componente 4 pelas instâncias de implementação (UIP/ICMBio e UCP/MMA) relacionadas à gestão do Projeto.

Apesar do Projeto não realizar uma avaliação sistemática da efetividade das capacitações, não foram identificadas restrições severas ao alcance dos objetivos pela falta de competência técnica dos atores.

Mais de um dos atores entrevistados durante esta avaliação sugeriram a realização de intercâmbios entre as AMCPs e os órgãos gestores como um mecanismo importante para o desenvolvimento de competências, as trocas de conhecimentos e experiências na gestão das áreas protegidas.

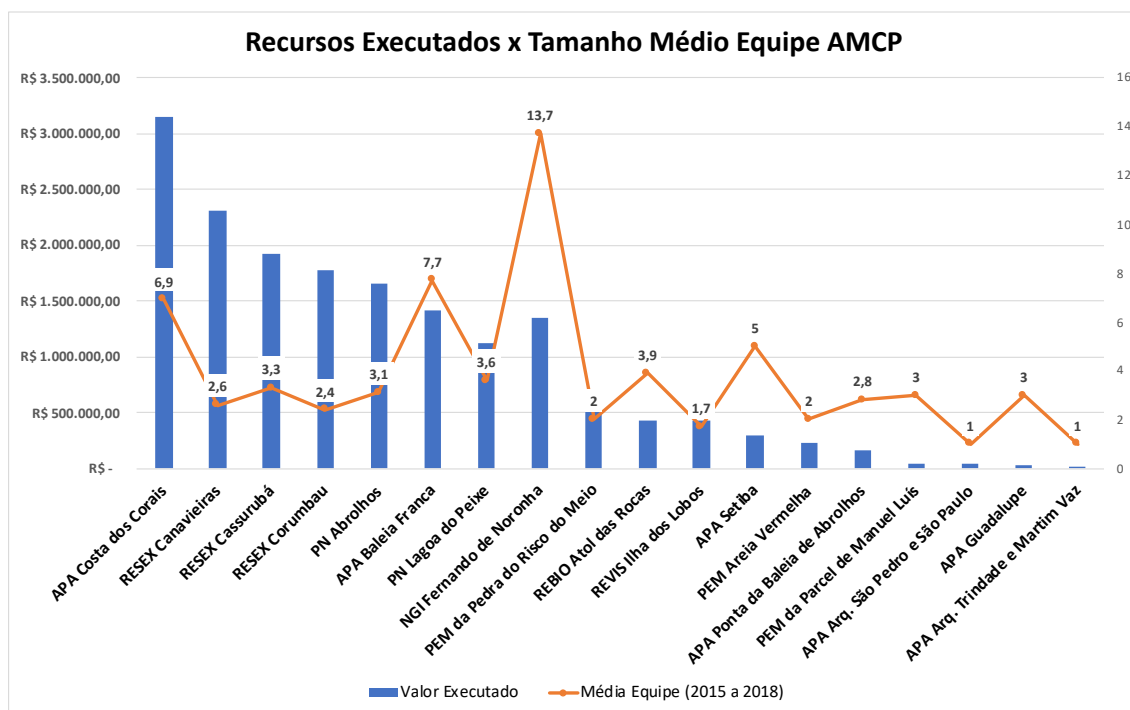
Foi constatado que as capacitações voltadas para a operação do Projeto – diretrizes, regras de aquisição, operação do sistema Cérebro, rotinas de planejamento e monitoramento – foram insuficientes para ambientar novas AMCPs que integraram o Projeto e para fazer frente às mudanças nas equipes dos órgãos gestores estaduais e também das AMCPs. A operação do Projeto foi relatada como pouco amigável exigindo dedicação para assimilar as regras e rotinas de execução.



A alocação de força de trabalho nas instâncias de implementação e gestão do Projeto, assim como nas AMCPs, faz parte da contrapartida dos órgãos federais, estaduais e municipais apoiados.

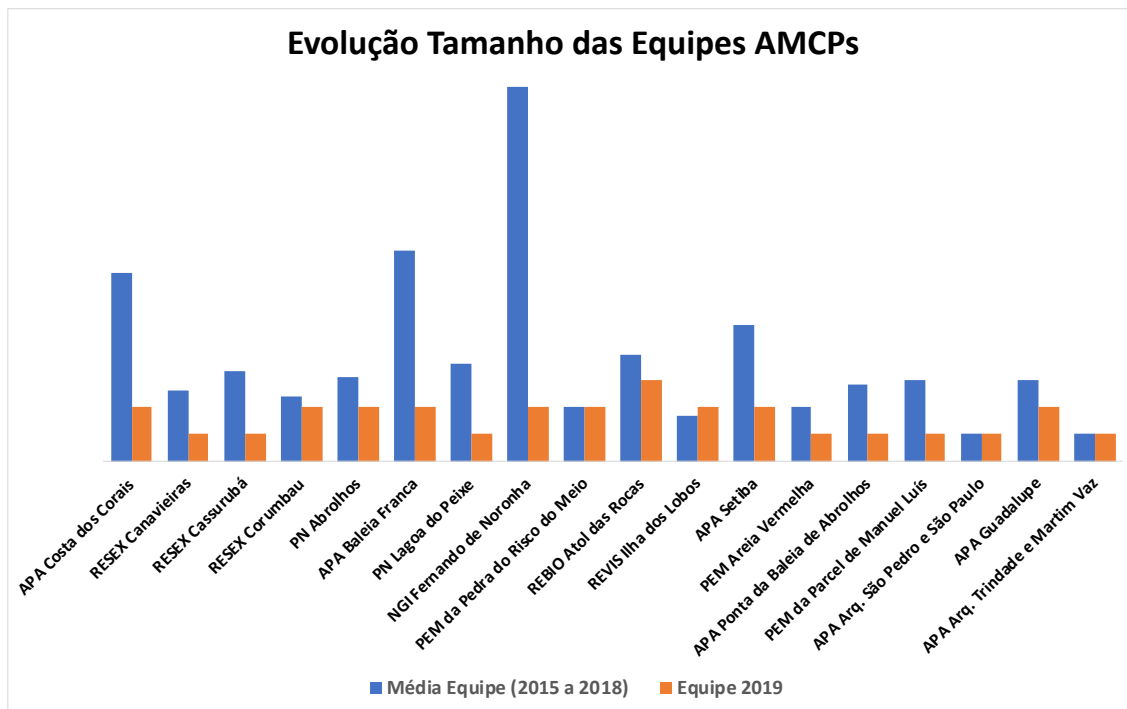
É uma constatação desta avaliação que a manutenção de uma equipe capacitada e comprometida na UCP pelo MMA e nas instâncias de coordenação do ICMBio (UIP e DIBIO) durante toda a implementação do Projeto foi um dos fatores que garantiram sua estabilidade durante as mudanças políticas e institucionais e que contribuíram seguramente para seus resultados.

Da mesma forma, a alocação pelos órgãos gestores da força de trabalho nas AMCPs apoiadas é reconhecidamente uma variável determinante para a boa execução do Projeto e principalmente para a consolidação da área protegida. Existe uma correlação positiva entre o tamanho e a estabilidade da equipe lotada na AMCP, sua capacidade de execução e seus avanços na consolidação.



A rotatividade de servidores nas AMCPs é prejudicial à continuidade das ações, à manutenção do conhecimento organizacional e ao relacionamento da unidade com os atores chaves do território, incluindo as comunidades locais. Além de representar um desafio para os esforços de capacitação na operação do Projeto, conforme mencionado.

A manutenção da força de trabalho nas AMCPs pelos seus órgãos gestores apresentou uma tendência preocupante de redução do tamanho e de alta rotatividade equipes. Comparando a média de alocação de pessoal nas AMCPs apoiadas entre os anos 2015 e 2018 com o ano de 2019, tivemos uma redução de 3,8 servidores em média para cada AMCP para apenas 1,6 no último ano.



Os efeitos desta redução de capacidade podem estar sendo minimizados pelo aporte de capacidade técnica que o Projeto propiciou com a disponibilização de bolsistas, reiteradamente reportado pelos entrevistados como apoio fundamental na implementação das linhas de ação.

A iniciativa de apoio ao Projeto por meio da contratação de bolsistas é avaliada como exitosa e digna de reconhecimento em função da sua importância para a consolidação das AMCPs apoiadas, principalmente considerando os cenários desfavoráveis de alocação de pessoal. Existem atualmente 80 bolsistas contratados pelo Projeto para apoio às atividades de pesquisa que representam uma contribuição significativa à força de trabalho nas AMCPs ao permitirem que os gestores e a equipe de servidores se dediquem também aos outros processos de gestão.

Todos os relatos colhidos durante a avaliação reconhecem as contribuições aportadas pelos bolsistas e atribuem a este mecanismo de apoio parte dos resultados e sucessos obtidos nas diferentes linhas de ação.

Entretanto foram apresentadas sugestões de ajustes e melhorias na iniciativa que de forma alguma invalidam os seus méritos:

- A carência de pessoal nas AMCPs tem ocasionado que em algumas os bolsistas assumem funções administrativas e gerenciais de suporte à gestão, desviando das suas finalidades;
- O aprimoramento dos Planos de Trabalho qualificando os resultados esperados e a capacitação e alinhamento dos orientadores responsáveis para melhorar o acompanhamento dos bolsistas é fundamental para garantir o foco nas atividades mais estruturantes;
- A fragilidade do vínculo estabelecido com os bolsistas – contratos de curto prazo – faz com que os conhecimentos acumulados por esta força de trabalho tenham alto risco de serem “perdidos” com as saídas e trocas de bolsistas;

- Para o fortalecimento das relações com as comunidades foi identificada a necessidade do envolvimento de jovens locais nas atividades de integração e monitoramento participativo, entre outras, e a possibilidade de bolsas direcionadas ao ensino médio ou mesmo fundamental é apontada como fundamental para aumentar a aproximação destas comunidades e garantir a sustentabilidade das iniciativas.

O Funbio atualizou sua política de bolsas de pesquisa (P-41/2019) que passou a ser adotada a partir de março de 2020 e parte destes ajustes, como a possibilidade de bolsas para ensino médio, foram incorporados, ainda havendo espaço para aprimoramento do mecanismo.

Durante a realização desta avaliação está em curso um processo de reestruturação organizacional do ICMBio, previsto no Decreto Nº 10.234 de 11 fevereiro deste ano, que aprovou a estrutura regimental e o quadro dos cargos. Dentre as mudanças em curso destacamos aquelas que podem impactar a continuidade do Projeto:

- Redução da quantidade das instâncias regionais de coordenação e articulação (11 Coordenações Regionais foram transformadas em 5 Gerências Regionais);
- Aceleração do processo de constituição de Núcleos de Gestão Integrada (NGIs);
- Transferência da vinculação do CNPT da Diretoria de Ações Socioambientais e Consolidação Territorial (DISAT) para a Diretoria de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade (DIBIO); e
- Estruturação de uma área (escritório) de projetos dentro do ICMBio, com a mudança da DIMAN para DIPLAN, integrando a agenda de projetos externos e de monitoramento da efetividade da gestão, numa estrutura única (COGEP).

As reestruturações são inerentes à vida das organizações e necessárias, em muitos casos, para a melhoria do desempenho da administração pública. Entretanto a reestruturação em curso é questionada por parte dos servidores e dos atores envolvidos na gestão das AMCPs devido a falta da clareza dos objetivos (expectativas, intenções e resultados esperados) e a forma como a atual reestruturação vem sendo conduzida – pouco participativa e sem a escuta das unidades de conservação e servidores do território.

Deve-se atentar para os riscos de impactos negativos na continuidade das ações em algumas AMCPs, incluindo aquelas pactuadas com o Projeto e para a perda do conhecimento e memória para a gestão dos territórios.

## Flexibilidade e Agilidade em Situações de Emergência – Derramamento de Óleo

Foi avaliado que o Projeto demonstrou a flexibilidade necessária para responder às situações de emergência enfrentadas durante sua implementação.

A situação emergencial mais emblemática e ao mesmo tempo dramática enfrentada pelo Projeto foi o derramamento de óleo no litoral brasileiro no segundo semestre de 2019. Um desastre ambiental de proporções continentais, com ampla repercussão que impactou a biodiversidade, a economia e os modos de vida do bioma marinho e costeiro brasileiro.

O Projeto respondeu adequadamente à emergência flexibilizando os POAs já elaborados e criando inclusive um POA do Óleo para apoiar as AMPCS e comunidades locais no enfrentamento do desastre. Os apoios puderam ser evidenciados nos registros da execução do Projeto na forma de diárias para participação de reuniões de avaliação e enfrentamento da emergência, compras locais de equipamentos de proteção, ferramentas e alimentação para apoiar atividades de limpeza e descontaminação e serviços de laboratório para análise de amostras contaminadas.

Foi relatado por representante das comunidades locais, que o desastre de derramamento do óleo na costa brasileira, especificamente no sul da Bahia, teve como consequência positiva o aumento no sentimento de pertencimento por parte das comunidades locais. Quase 600 pescadores assumiram o protagonismo na linha de frente das ações de limpeza das áreas afetadas com a visão de defesa do território que lhes pertence.

## Comunicação

A avaliação constatou que a linha de ação de Estratégia de Comunicação poderia ter sido mais bem utilizada pelo Projeto para apoiar sua implementação e promover a integração e sinergia das inúmeras ações de comunicação realizadas pelas unidades executoras.

O Projeto desenvolveu uma logomarca que traduz muito bem sua identidade e propósito e a utiliza frequentemente nos materiais e peças gráficas produzidas com seu apoio. Uma página no sítio eletrônico do MMA com importantes informações, documentos e registros da execução do Projeto existe, mas infelizmente não foi atualizada depois de 2018.

Os sítios eletrônicos dos órgãos gestores apoiados (ICMBio e órgãos estaduais) não trazem informações institucionais sobre o Projeto e nem possuem links que direcionem para a página do Projeto. As ações de comunicação dos órgãos estaduais sobre o Projeto são iniciativas isoladas e sem articulação com uma estratégia mais abrangente, a seguir exemplos notícias veiculadas no sítio eletrônico da SEMA-CE.

*SEMA celebra Plano de Manejo da Pedra da Risca do Meio (10/12/2019)*  
<https://www.sema.ce.gov.br/2019/12/10/sema-celebra-plano-de-manejo-da-pedra-da-risca-do-meio/>

*Veículo submarino remoto permitirá monitoramento de Parque Estadual Marinho (20/04/2020)*  
<https://www.sema.ce.gov.br/2020/04/20/veiculo-submarino-remoto-permitira-monitoramento-de-parque-estadual-marinho/>

*Seminário visa fortalecer mulheres pescadoras do Ceará (26/11/2019)*  
<https://www.sema.ce.gov.br/2019/11/26/84409/>

A estratégia de comunicação do Projeto precisará considerar as mudanças ainda pouco claras ocasionadas pelos efeitos da pandemia de COVID-19. As medidas de isolamento social adotadas neste momento impossibilitaram as reuniões, oficinas e encontros presenciais que vem sendo substituídas pelo uso das vídeo conferências. As interações mediadas pela tecnologia possuem suas limitações e não substituem completamente os momentos presenciais, entretanto mesmo com o fim das medidas de isolamento a retomada das atividades não acontecerá exatamente da mesma forma que foram interrompidas abruptamente em março deste ano.

Sob a ótica da comunicação interna do Projeto uma preocupação que precisa ser considerada são as condições de acesso aos recursos tecnológicos (aplicativos e internet) dos atores chaves do Projeto para possibilitar o uso das vídeo conferências. Este problema afeta de diversas formas os diferentes atores, mas no caso das comunidades locais e pescadores envolvidos na implementação do Projeto avaliamos que os impactos são significativos e o Projeto precisará avaliar meios de minimizar as dificuldades de comunicação destes atores considerando o risco de retrocessos na integração com os mesmos. Este fato foi inclusive evidenciado por esta avaliação que encontrou mais dificuldades em contatar e conduzir entrevistas com representantes das comunidades locais e pescadores do que com representantes de outros grupos de interesse. Dificuldades estas que também aparecerão nas reuniões dos conselhos e instâncias e nas atividades de capacitação a distância promovidas pelo Projeto.

## Análise Preliminar Cenário COVID-19

O projeto GEF Mar assim como seu escopo de intervenção, o sistema de AMCPs, serão severamente impactados pela pandemia de COVID-19 enfrentada no primeiro semestre de 2020. Durante a condução desta avaliação foram evidenciadas atividades e reuniões das instâncias de coordenação para iniciar a compreensão das consequências sobre o Projeto e suas atividades.

Uma avaliação preliminar dos aspectos positivos e negativos relacionados às principais atividades econômicas no bioma costeiro e marinho sinaliza impactos severos no turismo e na pesca com possibilidade de consequências drásticas principalmente para as comunidades locais envolvidas nessas atividades.

### COVID-19 – CENÁRIOS



ATIVIDADES	CONTEXTO ATUAL	ASPECTOS POSITIVOS	ASPECTOS NEGATIVOS
TURISMO	Fluxo turístico paralisado	Diminuição das pressões sobre os ecossistemas	Impacto social e econômico avassalador em toda a cadeia do turismo
PESCA	Redução das demandas restaurantes e turismo	Redução das pressões sobre espécies de interesse econômico	Impacto social e econômico nas populações de pescadores
EXPANSÃO IMOBILIÁRIA	Interrupção do ritmo de crescimento	Redução temporária das pressões decorrentes da especulação	Riscos de flexibilizações e incentivos como medidas de retomada do crescimento econômico
PETRÓLEO E GÁS	Ajustes estruturais no setor (redução da demanda e dificuldades da OPEP para limitar produção)	Redução da emissão de gases de efeito estufa e dos impactos das mudanças climáticas nos oceanos	Ainda uma incógnita como o setor se reposicionará após pandemia

Da mesma forma a análise dos potenciais impactos sobre a gestão das AMCPs a partir dos principais elementos de gestão (processos) permite antever possíveis impactos negativos e sugerir medidas mitigadoras. Uma avaliação detalhada destes cenários e seus impactos e um planejamento pragmático de medidas de mitigação devem ser conduzidas oportunamente pelas instâncias de coordenação e execução do Projeto.

### COVID-19 – CENÁRIOS GESTÃO AMCPs



ELEMENTO GESTÃO	CONTEXTO ATUAL	IMPACTOS	MEDIDAS MITIGADORAS
<b>Proteção</b>	Paralisação das atividades de campo	Aumento de atividades ilícitas	Manutenção de fiscalizações essenciais
<b>Integração com Comunidades</b>	Redução das atividades coletivas presenciais	Retrocessos no envolvimento das comunidades	Oportunizar e apoiar alternativas de promoção dos coletivos virtuais
<b>Monitoramento e Pesquisa</b>	Paralisação das atividades de campo	Interrupção dos processos de coleta de dados	Analisar os impactos e priorizar protocolos críticos
<b>Uso Público</b>	Interrupção das atividades de visitação	Desmobilização dos arranjos produtivos	Manter a articulação com os atores da cadeia do turismo
<b>Equipes</b>	Dificuldades de adaptação ao tele trabalho	Redução da produtividade e dificuldades de alinhamento	Rotina de reuniões virtuais e orientações para tele trabalho
<b>Equipamentos</b>	Pouco ou nenhuma utilização	Armazenamento inadequado, extravios e obsolescência	Manutenção preventiva e armazenamento correto
<b>Infraestrutura</b>	Conexão rápida com internet é essencial	Dificuldades de comunicação	Priorizar investimentos em tecnologia

## Boas Práticas Identificadas

### Componente 1: Criação e Implementação AMCPs

- Capacidade de escuta e adaptação para incorporar a integração com as comunidades como um *mainstreaming* do Projeto;
- Uso e promoção do SAMGE como instrumento de avaliação da efetividade da gestão das UCs.

### Componente 2: Sustentabilidade Financeira

- Pragmatismo e senso de oportunidade no desenvolvimento da estratégia de sustentabilidade financeira – Fundo Marinho.

### Componente 3: Monitoramento e Avaliação

- Suporte essencial à instituição do Programa Monitora institucionalizando o monitoramento do Projeto;
- Sítios de Aprendizagem Coletiva como espaços de construção de conhecimentos, inovações e irradiação das boas práticas para a gestão das AMCPs considerando a integração com outros instrumentos de gestão (Planos de Gestão de Uso de Recursos, Planos de Gestão Local, zoneamento da UC, SAMGE);
- Abordagem inovadora no envolvimento das comunidades locais no monitoramento buscando posicioná-los como atores do processo e não como meros fornecedores de dados e informações;
- Apoio à elaboração do Plano de Redução de Impactos direcionado para as atividades de exploração e produção de petróleo e gás – PRIM/PGMAR com previsão de publicação em agosto de 2020.

### Componente 4: Gerenciamento do Projeto

- O envolvimento das coordenações temáticas do ICMBio favoreceu a integração entre os Centros de Pesquisa e UCs e a institucionalização das ações do Projeto
- Projeto Político Pedagógico da Zona Costeira e Marinha (PPPZCM) e sua adaptação aos cenários decorrentes da pandemia (COVID-19)
- A forma sinérgica e alinhada de atuação com TerraMar;
- Flexibilidade para atendimento às situações de emergências;
- Manutenção e estabilidade de uma equipe capacitada e comprometida na UCP pelo MMA;
- Diversificação dos mecanismos de execução de recursos ao longo da implementação do Projeto;
- Contratação de bolsistas para apoio às UCs, Centros e Projetos;
- Agilidade no atendimento às solicitações de diárias e passagens;
- Capacidade de adaptação do gerenciamento financeiro e técnico a uma nova fonte de recursos (Petrobras-IBAMA).

## Principais Desafios e Gargalos

- Falta de capacidade do FUNBIO para o atendimento às demandas de aquisição de bens e contratação de consultorias;
- Fluxos de solicitação e atendimento das solicitações apresenta etapas redundantes e com pouco valor agregado de análises e aprovações pelos níveis técnicos;
- Os prazos de pagamentos e os limites para aquisição por meio dos mecanismos locais ainda não conseguem atender a todas às necessidades dos territórios;
- O Projeto não possui uma interface amigável e um processo adequado de ambientação de novas AMCPs;
- A comunicação foi utilizada de forma insuficiente pelo Projeto para apoiar sua implementação e fortalecer seu apoio;
- Entraves burocráticos e ausência de tomada de decisão nas instâncias superiores vêm obstruindo a publicação dos instrumentos de gestão como os planos de manejo;
- As dificuldades de se garantir a estabilidade e quantidade da força de trabalho nas AMCPs oferece riscos à execução do Projeto e à consolidação das áreas protegidas;
- Incapacidade tecnológica do ICMBio e da área ambiental do governo federal como um todo para atuar junto a uma das maiores pressões do bioma – a pesca industrial.



## Lições Aprendidas

- Integração e ressignificação das ações de envolvimento das comunidades locais e ao longo da implementação do Projeto;
- Reconhecimento do protagonismo das comunidades locais para execução de subprojetos comunitários e para exercerem um papel fundamental na gestão das AMCPs, principalmente das categorias de uso sustentável;
- Visão do Projeto como espaço privilegiado para experimentar modelos inovadores para gestão das AMCPs que consideram as parcerias com outros órgãos de governo e com atores da sociedade para a consolidação das áreas protegidas: NGIs Trindade e Martim Vaz e São Pedro e São Paulo implementadas com expressivas contribuições da Marinha do Brasil e RESEX do Sul da Bahia com o envolvimento das comunidades na gestão;
- Habilidade e compromisso de servidores do governo federal na construção da resiliência das instâncias estratégicas do Projeto para atravessar mudanças políticas e institucionais;
- O fortalecimento do sistema de AMCPs não poderá evitar a agenda do ordenamento pesqueiro que dependerá da capacidade de articulação com as áreas econômicas e produtivas do governo federal, notadamente com a Secretaria de Aquicultura e Pesca (SAP) do MAPA;
- Uso do viés econômico associado à conservação – Economia Azul: conservação para o uso econômico dos recursos vivos;
- As janelas de oportunidade política para criação são variáveis fora do controle do Projeto, portanto, avançar nos estudos preliminares e avançar com as etapas do processo de criação deixando-o em condições para que a decisão política ocorra é importante;
- A execução do Projeto se mostrou altamente dependente de uma instituição (ICMBio) e mudanças que afetem o ICMBio irão necessariamente impactar a implementação do Projeto.
- É necessária a grande diversidade de instrumentos de conservação adotados pelas instituições e apoiados pelo Projeto para contribuir com o funcionamento do sistema de AMCPs, entretanto é fundamental a promoção de uma maior integração e alinhamento entre eles.

## Recomendações

- Integrar nas estratégias e mecanismos de sustentabilidade financeira, a exemplo da Iniciativa Azul, estratégias e mecanismos de construção de capacidade para o sistema de AMCPs, tais como: redução da carga administrativa sobre os gestores e servidores lotados nas unidades de conservação, programa de voluntariado, parcerias, ampliação do programa de bolsas, contratação de guarda-parques / brigadistas, entre outras;
- A diversificação das medidas de conservação (ACREs, PRIMs) deve ser acompanhada da ampliação e diversificação também das abordagens de gestão e avaliação da efetividade;
- Aumentar a articulação com ICMBio e OEMAs para criação de ACREs no interior das UCs;
- Estruturar a metodologia de criação, implementação e monitoramento da efetividade das ACREs;
- Dar maior transparência ao processo de seleção das AMCPs apoiadas pelo Projeto;
- Estabelecer um processo estruturado de integração e ambientação de novas AMCPs ao Projeto;
- Analisar a representatividade ecológica da cobertura de AMCPs, considerando o resultado final do processo da 2ª Atualização das Áreas Prioritárias, as recomendações apontadas pelos PANs e as áreas propostas para o estabelecimento de ACREs, para a priorização de estudos de criação;
- Incentivar e apoiar a realização de intercâmbios entre as AMCPs;
- Ampliar e institucionalizar no âmbito dos projetos de recursos externos o uso do SAMGE para calibrar o monitoramento do avanço da consolidação e apoiar no direcionamento do planejamento das AMCPs;
- Estabelecer iniciativas permanentes de análise e melhoria dos fluxos e procedimentos de atendimento às solicitações com envolvimento dos órgãos executores para reduzir o “custo” de operação do Projeto;
- Considerar nas linhas de ação de integração com as comunidades o apoio na melhoria dos sistemas de comunicação para o enfrentamento das consequências do isolamento social (COVID-19);
- Incorporar no gerenciamento do Projeto de forma permanente a realização de reuniões, oficinas e encontros virtuais intercalados com momentos presenciais;
- Priorizar no curto prazo apoio à produção de capacitações e conteúdos didáticos na modalidade virtual (ensino a distância);

- Incorporar nas linhas de ação de implementação das AMCPs apoio a programas de voluntariado com mecanismo de fortalecimento da força de trabalho;
- Aporte tecnológico na coleta de dados de monitoramento;
- Prospectar e desenvolver modelos de co-financiamento para o fortalecimento do sistema de AMCPs;
- Estruturar metodologicamente o funcionamento dos Grupos de Trabalho orientados para os objetivos de sua constituição;
- Trabalhar para a integração, alinhamento, simplificação e padronização dos processos de execução dos recursos de diferentes fontes que serão operados simultaneamente (Petrobras-IBAMA, Fundo Marinho e GEF Mar 2);
- Aprimorar o processo de entrada de AMCPs e servidores no Projeto estabelecendo procedimentos para capacitação, operação assistida e transferência dos conhecimentos dos atores-chaves minimizando os traumas da entrada ou mudança dos pontos focais ao longo da execução;
- Redesenhar o sistema Cérebro melhorando a interface com os usuários, aumentando a transparência no acompanhamento das solicitações e incorporando soluções de *business intelligence*;
- Avançar no aprimoramento do processo de planejamento das AMCPs incorporando ainda mais o foco em resultados e integrando com outros instrumentos de planejamento;
- Aprimorar os processos de consulta e comunicação com as comunidades locais tornando-os mais adequados à sua realidade;
- Ampliar as oportunidades de apoio no âmbito do Projeto para a formação de jovens lideranças e ao fortalecimento de cadeias produtivas femininas;
- Construir cenários para as estratégias de sustentabilidade financeira considerando os potenciais impactos da crise social e econômica decorrente da pandemia de COVID-19.

## Conclusão

O Projeto GEF Mar cumpriu o objetivo de desenvolvimento proposto e alcançou a maioria das metas intermediárias estabelecidas contribuindo significativamente para o fortalecimento do sistema brasileiro de áreas marinhas e costeiras protegidas.

A avaliação independente constatou que a implementação do Projeto GEF Mar foi capaz de contribuir com a expansão da área protegida no bioma, com os avanços na consolidação das unidades de conservação, com a construção de soluções para a sustentabilidade financeira e com a implementação de estratégias e instrumentos complementares de conservação.

O Projeto GEF Mar se mostrou exitoso na adaptação para o bioma marinho e costeiro das experiências e aprendizados de fortalecimento de sistemas de áreas protegidas de outros biomas (Programa ARPA) e na integração de parceiros dos governos (Marinha do Brasil e governos estaduais) e da iniciativa privada (Petrobras) no desafio de conservação da biodiversidade marinha brasileira.

Uma das medidas indubitáveis do sucesso da implementação Projeto GEF Mar é o interesse e compromisso do Governo Federal e do GEF por meio do Bando Mundial com o desenho e a contratação de uma nova iniciativa – GEF Mar 2.

Na nossa avaliação, a principal qualidade demonstrada pelo Projeto GEF Mar foi sua capacidade de escuta ativa e de adaptação durante a implementação utilizando habilmente as oportunidades políticas, sociais e institucionais para alcançar seus objetivos.

O êxito da iniciativa, entretanto, não deve ser entendido como suficiente para o enfrentamento do grave panorama de perda de biodiversidade que o planeta e os biomas brasileiros enfrentam.

Os desafios colocados pela conservação do bioma marinho e costeiro tendem a se tornar maiores e mais complexos dados os cenários de aumento das pressões sobre os ecossistemas e as espécies.

A estes desafios se somam as consequências sociais e econômicas ainda não dimensionadas da pandemia de COVID-19 que exigirão abordagens inovadoras para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade.

## Referências

Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro – PNGC II: Lei Nº 7.661, de 16 de maio de 1988

Política Nacional de Biodiversidade: Decreto Nº 4.399, de 22 de agosto de 2002

Plano Nacional de Áreas Protegidas – PNAP: Decreto Nº 5.758, de 13 de abril de 2006

Portaria MMA Nº 349, de 29 de setembro de 2014

Instrução Normativa ICMBio, Nº 3/2017

Portaria MMA Nº 429, de 16 de novembro de 2018

Portaria MMA Nº 463, de 18 de dezembro de 2018

Project Appraisal Document (PAD) – 341 27 de agosto de 2014

Manual Operacional GEF Mar (MOP) – versão 25/10/2019

Manual do Dia a Dia GEF Mar – Maio de 2019

Relatório de Avaliação de Meio Termo do Projeto GEF Mar

Termo de Referência FUNBIO Nº 2019.1218.00028-5

Contrato de Concessão de Fundo GEF TF018151-BR

Acordos de Cooperação Técnica entre MMA, ICMBio e Estados (BA, CE, ES, MA, PB e PE) firmados com Funbio

Produtos 1, 2, 3, 4 e 5 da Consultoria para Avaliação da Implementação do Projeto GEF-Mar  
Termo de Referência nº 2017.0901.00075-9

Atas de reuniões do Conselho do Projeto e COP

Relatórios semestrais de acompanhamento do Projeto

Ferramenta de Avaliação das Unidades de Conservação – Tracking Tool

Relatórios de saldos e execução

## Anexos

### Anexo 1 – Questões da Avaliação

1. O desenho do projeto considerou o processo completo, tais como monitoramento, diagnóstico, planejamento, estudos de criação e definição de áreas, implementação, consolidação e manutenção no longo prazo?
2. O desenho do projeto foi adequado para o alcance dos objetivos? Sua lógica foi internalizada adequadamente pelos órgãos governamentais responsáveis pela execução?
3. O arranjo institucional montado, a coordenação governamental, a implementação por meio de pontos focais, o gerenciamento financeiro privado, o acompanhamento operacional por meio do Comitê Operacional, o acompanhamento e a participação nas decisões por parte da sociedade civil através do Conselho do Projeto, contribuíram para alcance dos objetivos do projeto?
4. Houve apoio social ao projeto? Se sim, colaboraram para o alcance dos objetivos e das metas?
5. O Projeto foi internalizado pelo governo? O Projeto foi bem articulado com as outras ações e programas de governo nas diversas esferas, principalmente as ações ligadas à conservação da biodiversidade e às áreas costeiras e marinhas?
6. As ações previstas pelos diferentes executores foram realizadas e/ou planejadas de forma coordenada, evitando sobreposição de esforços e recursos?
7. Os recursos financeiros foram adequadamente previstos para cada etapa/linha de ação do Projeto (identificação de novas áreas, criação, implementação e consolidação de unidades de conservação, desenvolvimento de uma estratégia de sustentabilidade de longo prazo e monitoramento e avaliação de espécies)?
8. Os órgãos implementadores contaram com o apoio necessário e contribuíram de forma efetiva para uma gestão ágil?
9. A estrutura atual é suficiente para dar continuidade ao Projeto e atingir os compromissos assumidos? Em caso negativo, o que precisaria ser repensado? “A estrutura do Projeto foi suficiente para sua implementação e alcance dos compromissos assumidos? O que precisaria ser considerado em uma nova fase?”
10. O Projeto alcançou as metas previstas no Project Appraisal Document (PAD)?
11. Os indicadores de avanço do Projeto foram alcançados? Quais os desafios?
12. O Projeto considerou a representatividade na proteção dos ecossistemas?
13. As atividades empreendidas pelo Projeto beneficiaram as unidades de conservação propriamente ditas?
14. As atividades empreendidas pelo Projeto promoveram mudanças positivas e substanciais no fortalecimento do sistema de áreas marinhas e costeiras protegidas brasileiro como um todo?
15. A estrutura de financiamento é adequada? Os parceiros cumpriram seus compromissos? Os prazos estipulados e realizados para os procedimentos foram adequados ao tempo do Projeto? Quais foram os principais gargalos e desafios?
16. O apoio aos Centros de Pesquisa fortaleceu as ações desenvolvidas nas unidades de conservação e o sistema de áreas marinhas e costeiras protegidas como um todo? Há estratégias de ações integradas implementadas/em implementação e que

resultem em maior efetividade para o sistema de áreas protegidas como um todo?
17. Houve eficiência na alocação de recursos, procurando o balanço adequado entre custo, rapidez e prontidão?
18. Os instrumentos gerenciais e fluxos de informação instalados foram adequados? Quais funcionaram e quais precisariam ser aperfeiçoados? Existe um processo de avaliação/ajuste/evolução destes instrumentos?
19. O arranjo financeiro e o uso dos recursos foram adequados e deram o suporte às necessidades do Projeto?
20. Foram desenvolvidas ferramentas inovadoras e customizadas para melhorar a execução do Projeto? Em quais aspectos elas ajudaram na implementação do Projeto e quais foram os gargalos?
21. O planejamento e execução foram direcionados para o alcance dos resultados previstos, dentro do prazo acordado? Foram realizadas ações de avaliação e correção ao longo da execução, visando o alcance dos resultados? Elas foram suficientes para atender à demanda?
22. Foram aplicados instrumentos de controle na utilização dos recursos de acordo com as várias instâncias de aprovação e supervisão? Foram feitas ações corretivas e orientadoras ao longo da execução?
23. Para a implementação do Projeto, as equipes foram devidamente capacitadas?
24. A quantidade e a efetiva alocação (ou lotação) de recursos humanos realizada pelo ICMBio e pelas OEMAs nas Coordenações Temáticas, UCs e Centros de Pesquisa apoiados, assim como pelo MMA nos departamentos, foram adequadas para a execução do Projeto, dentro do prazo acordado?
25. A quantidade de pessoas alocadas para o Projeto no MMA, OGs, UCs, Centros de Pesquisa e Funbio, nos diferentes setores e áreas das instituições foi suficiente?
26. Os procedimentos e tramitações entre os parceiros e dentro de cada instituição foram eficientes e transparentes? Os prazos e acordos foram cumpridos?
27. O sistema de execução e gerenciamento financeiro e o sistema de acompanhamento técnico foram eficientes? Atenderam aos objetivos do Projeto?
28. A avaliação e monitoramento do Projeto foram adequados?
29. Em situações emergenciais, houve flexibilidade e agilidade dos parceiros?
29.a. Como o Projeto respondeu à emergência da contaminação por óleo na zona marinha e costeira brasileira em 2019?
30. As ações de comunicação interna foram implementadas e foram eficientes?
31. Foram implementadas ações que beneficiam diretamente populações tradicionais? Em que momentos esses grupos da sociedade civil foram considerados protagonistas?
32. Há mecanismos desenvolvidos/em desenvolvimento que permitem maior participação social dos processos decisórios?
33. O mecanismo que garante a sustentação a longo prazo do sistema de áreas marinhas e costeiras protegidas brasileiro como um todo está sendo desenvolvido a contento? O mecanismo proposto é uma alternativa que atingirá este objetivo?

Anexo 2 – Instituições, Pessoas e Datas das Entrevistas Realizadas

<b>Ministério do Meio Ambiente (MMA):</b>		
<b>Secretaria de Biodiversidade (SBIO)</b>		
<b>Departamento de Áreas Protegidas (DAP)</b>	Ricardo Castelli Vieira	04/05
<b>Unidade de Coordenação do Programa – UCP</b>	Betânia Santos Fichino Andrea Varella Teixeira Lia Cruz	10/03 15/04
<b>Departamento de Conservação de Ecossistemas (DECO)</b>	Luciane Rodrigues Lourenço Paixão Mauricio dos Santos Pompeu	24/03
<b>Departamento de Conservação e Manejo de Espécies (DESP)</b>	Vinicius Scofield Siqueira	24/03

<b>Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO):</b>		
<b>Diretoria de Planejamento e Administração (DIPLAN)</b>		
Coordenação-Geral de Planejamento Operacional e Orçamento - CGPLAN	André Alamino Tiessa Lopes	30/03
Unidade de Implementação do Projeto – UIP	Camila Lobo	08/04
DMAG – Divisão de Monitoramento e Avaliação da Gestão	Mariusz Antoni Szmuchrowski	13/05
<b>Diretoria de Criação e Manejo de Unidades de Conservação (DIMAN)</b>		
Coordenação-Geral de Criação, Planejamento e Avaliação– CGCAP	Bernardo Brito	23/04
Coordenação de Criação de Unidades de Conservação – COCUC	Aldízio Lima de Oliveira Filho	23/04
<b>Diretoria de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade (DIBIO)</b>		
Coordenação Monitoramento da Biodiversidade – COMOB	Tathiana Chaves de Souza Laura Masuda	22/04 e 06/07
Coordenação de Pesquisa e Gestão da Informação sobre Biodiversidade – COPEG	Ivan Salzo	23/04
Coordenação-Geral de Estratégias para Conservação – CGCON	Daniel Santana Lorenzo Raíces Adriana Leão	23/04
Coordenação Identificação e Planejamento de Ações para Conservação – COPAN	Caren Dalmolin	23/04
<b>Diretoria de Ações Socioambientais e Consolidação Territorial em UCs (DISAT)</b>		
Coordenação-Geral de Gestão	Camila Helena	28/04



Socioambiental Divisão de Gestão Participativa e Educação Ambiental – DGPEA		
Coordenação-Geral de Populações Tradicionais – CGPT	Bruna de Vita Silva Santos	23/04

<b>Fundo Brasileiro para Biodiversidade (Funbio):</b>		
Secretaria-Geral	Manoel Serrão	12/05
Gerência do Projeto	Daniela Torres Ferreira Leite Paula Fernandes	15/04 e 03/07
Coordenação Administrativa (Procurement)	Fernanda Jacintho (Compradora)	15/04

<b>Banco Mundial (Doador):</b>		
Gerente do Projeto	Adriana Moreira	08/04
Técnico	Kilara Suit	08/07

<b>Órgãos Estaduais de Meio Ambiente:</b>		
Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – INEMA – BA	Mateus Leite (por email) Amanda Silva	28/05
Secretaria do Meio Ambiente – SEMA – CE	Andrea Moreira de Souza Renan Guerra	28/05
CPRH – PE / APA de Guadalupe	Joany Deodato	25/05

<b>Sociedade Civil</b>		
Pescadores (CONFREM) - NE	José Conceição de Jesus (Zeca)	28/05
Pescadores (CONFREM)- NE	Carlos Alberto Pinto Santos	29/05
Pescadores (CONFREM) - S	Maria Aparecida Ibiraquera	29/06
ONG (Instituto Coral Vivo) - NE	Maria Teresa de Jesus Gouveia	28/05

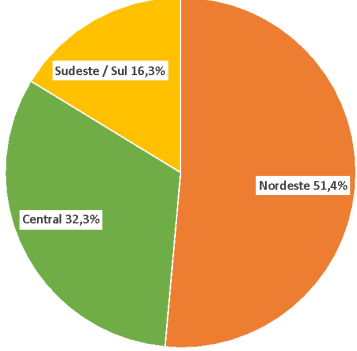
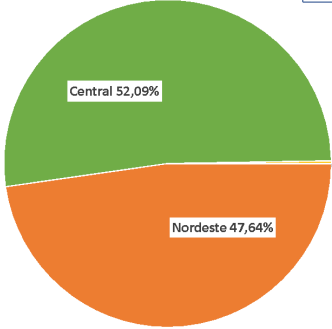
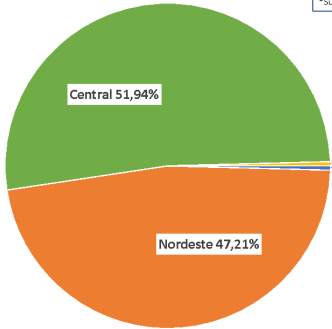
<b>Outros Projetos</b>		
Projeto Terra Mar (GIZ)	Doerte Seghbart	27/04

<b>Unidades de Conservação</b>		
PARNA de Abrolhos	Fernando Repinaldo	12/05
RESEX Corumbau	Rosângela Nicolau	13/05
NGI Fernando de Noronha	Ricardo Araújo Caroline Fonseca	13/05
APA Costa dos Corais	Andrei Tiego Cunha Cardoso	20/05

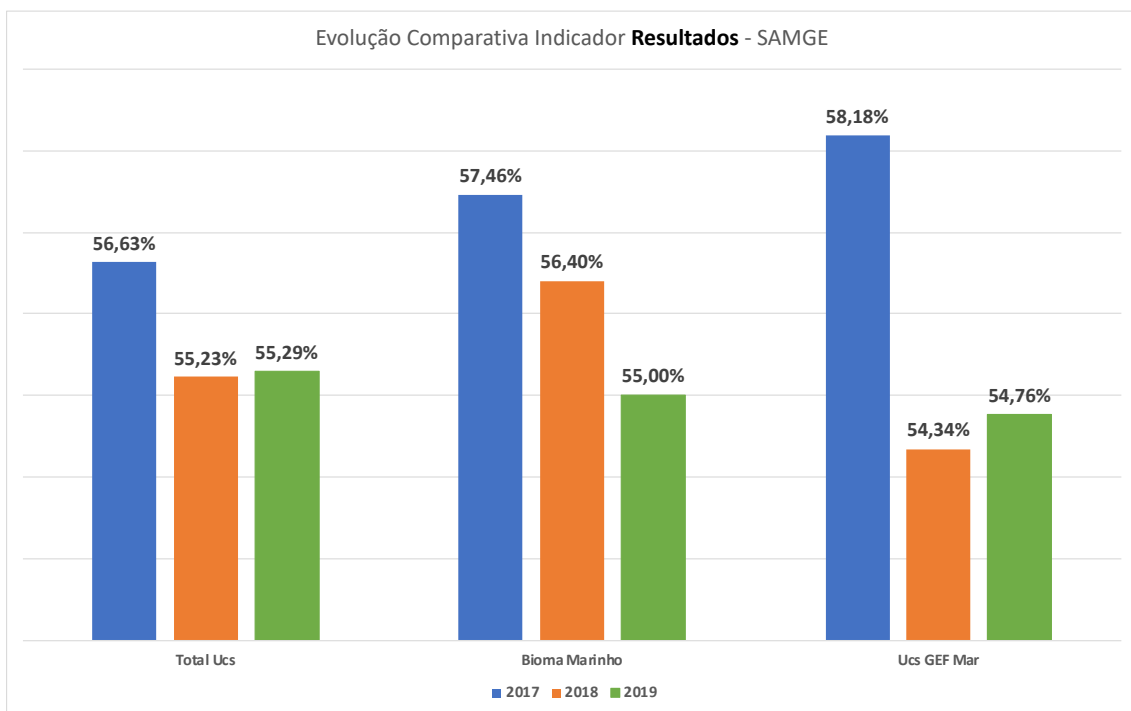
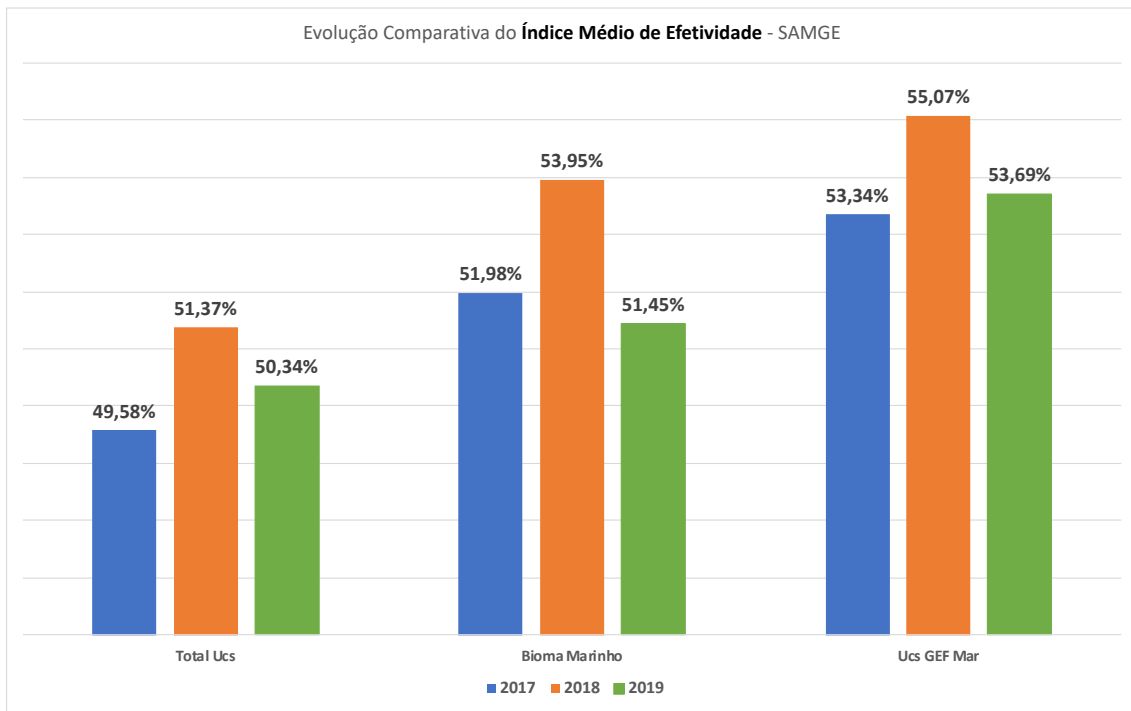
REBIO Atol das Rocas	Maurizélia de Brito Silva	20/05
NGIs dos Arquipélagos de Trindade e Martim Vaz e de São Pedro e São Paulo	Rossana Santana	20/05
PEM da Pedra Riscada (Estadual)	Pedro Cunha	28/05
APA Guadalupe (Estadual)	Joany Deodato	25/05
PARNA Lagoa do Peixe	Lisandro Signori	23/06

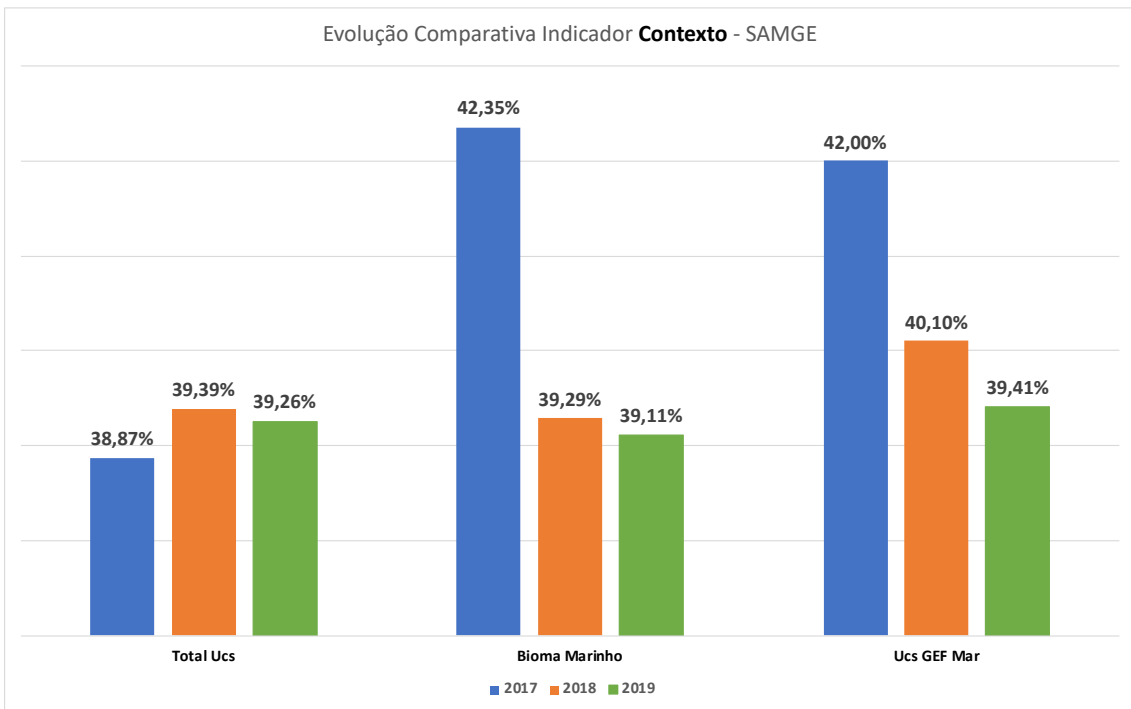
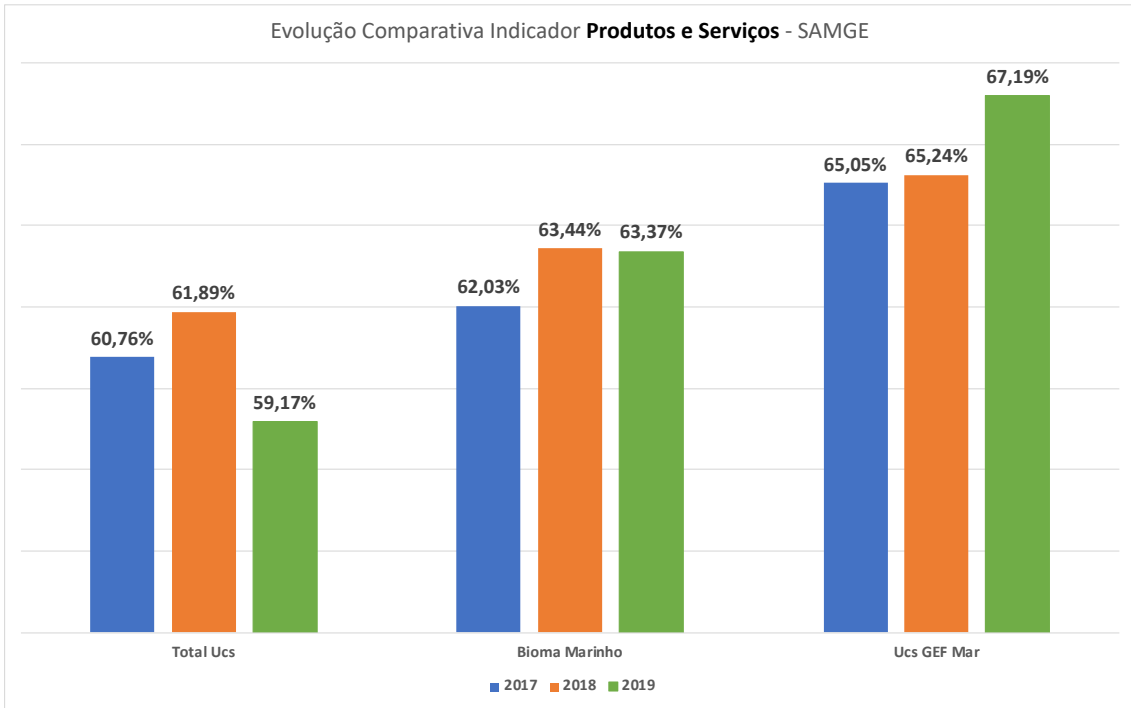
<b>Centros de Pesquisa do ICMBIO</b>		
CNPT – São Luís (MA)	Gabrielle Soeiro	21/05
CEPENE – Tamandaré (PE)	Leonardo Messias	13/05
CEPSUL - Itajaí (SC)	Roberta Santos	25/06

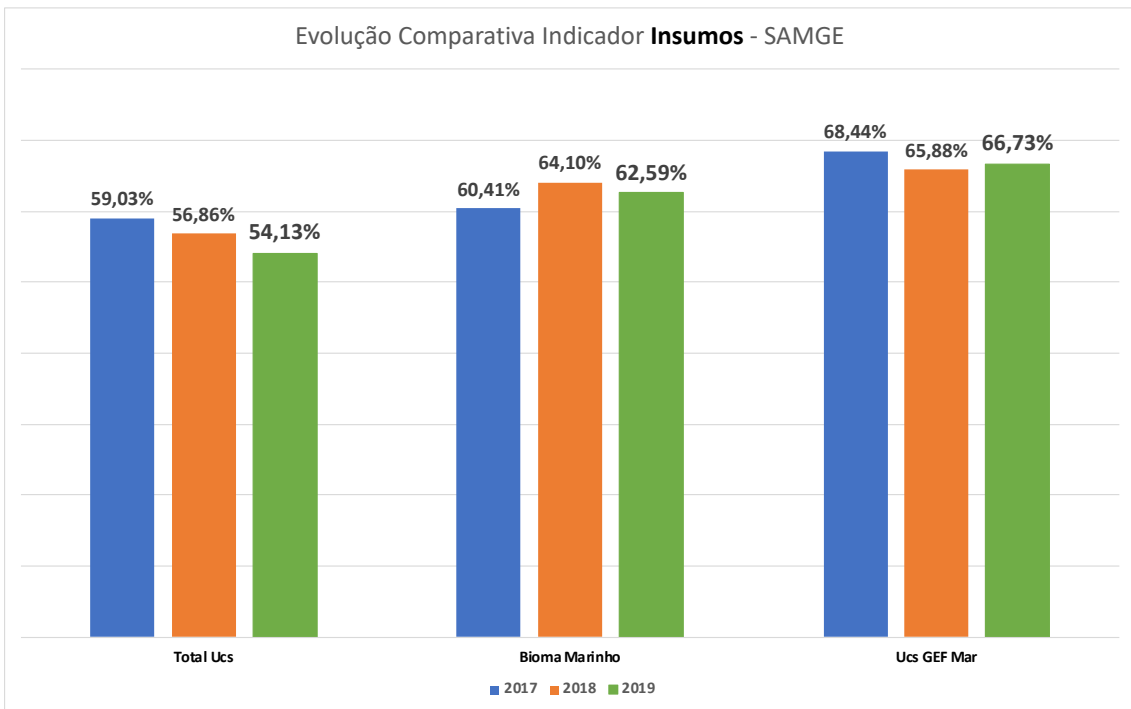
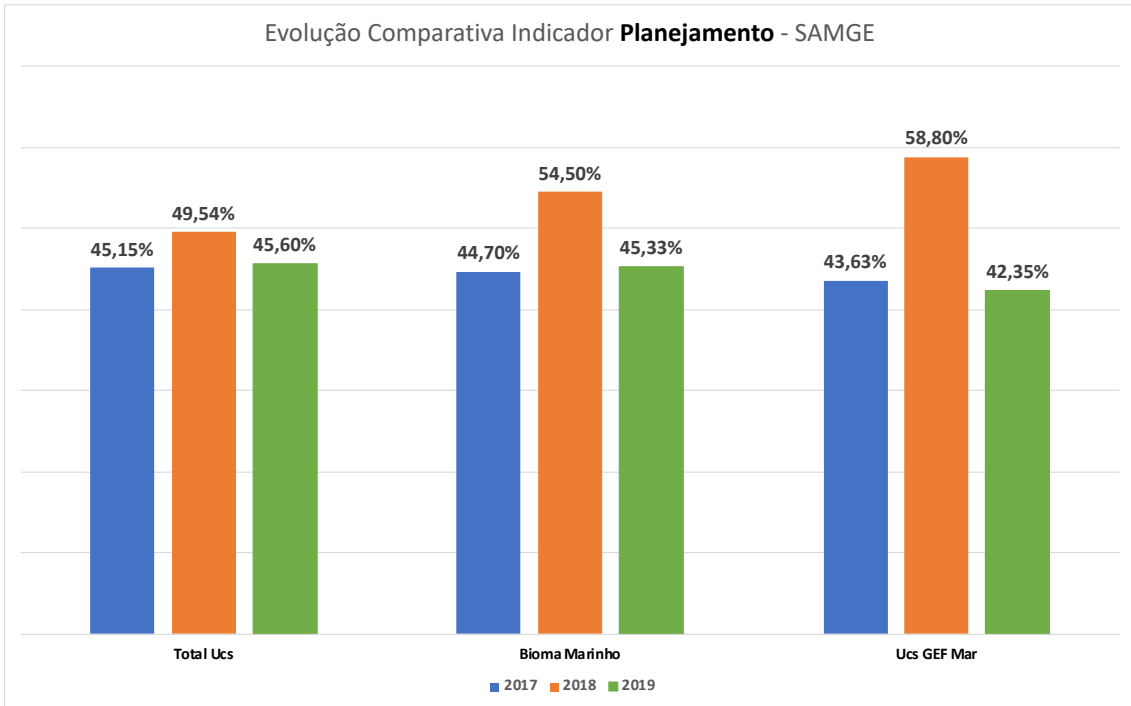
### Anexo 3: Áreas das AMCPs apoiadas por Região

<p>Fase Inicial Projeto</p>	<p>Distribuição % Áreas AMCPs por Região* - Fase Inicial</p>  <p>*Subdivisão Adotada no Programa REVIZEE</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Região</th> <th>Porcentagem</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Norte</td> <td>0,0%</td> </tr> <tr> <td>Sudeste / Sul</td> <td>16,3%</td> </tr> <tr> <td>Central</td> <td>32,3%</td> </tr> <tr> <td>Nordeste</td> <td>51,4%</td> </tr> </tbody> </table>	Região	Porcentagem	Norte	0,0%	Sudeste / Sul	16,3%	Central	32,3%	Nordeste	51,4%
Região	Porcentagem										
Norte	0,0%										
Sudeste / Sul	16,3%										
Central	32,3%										
Nordeste	51,4%										
<p>Fase Intermediária (2016 a 2018)</p>	<p>Distribuição % Áreas AMCPs por Região* - Fase Intermediária</p>  <p>*Subdivisão Adotada no Programa REVIZEE</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Região</th> <th>Porcentagem</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Norte</td> <td>0,05%</td> </tr> <tr> <td>Sudeste / Sul</td> <td>0,22%</td> </tr> <tr> <td>Central</td> <td>52,09%</td> </tr> <tr> <td>Nordeste</td> <td>47,64%</td> </tr> </tbody> </table>	Região	Porcentagem	Norte	0,05%	Sudeste / Sul	0,22%	Central	52,09%	Nordeste	47,64%
Região	Porcentagem										
Norte	0,05%										
Sudeste / Sul	0,22%										
Central	52,09%										
Nordeste	47,64%										
<p>Fase Final (Março 2020)</p>	<p>Distribuição % Área AMCPs por Região* - Fase Final</p>  <p>*Subdivisão Adotada no Programa REVIZEE</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Região</th> <th>Porcentagem</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Norte</td> <td>0,41%</td> </tr> <tr> <td>Sudeste/Sul</td> <td>0,44%</td> </tr> <tr> <td>Central</td> <td>51,94%</td> </tr> <tr> <td>Nordeste</td> <td>47,21%</td> </tr> </tbody> </table>	Região	Porcentagem	Norte	0,41%	Sudeste/Sul	0,44%	Central	51,94%	Nordeste	47,21%
Região	Porcentagem										
Norte	0,41%										
Sudeste/Sul	0,44%										
Central	51,94%										
Nordeste	47,21%										

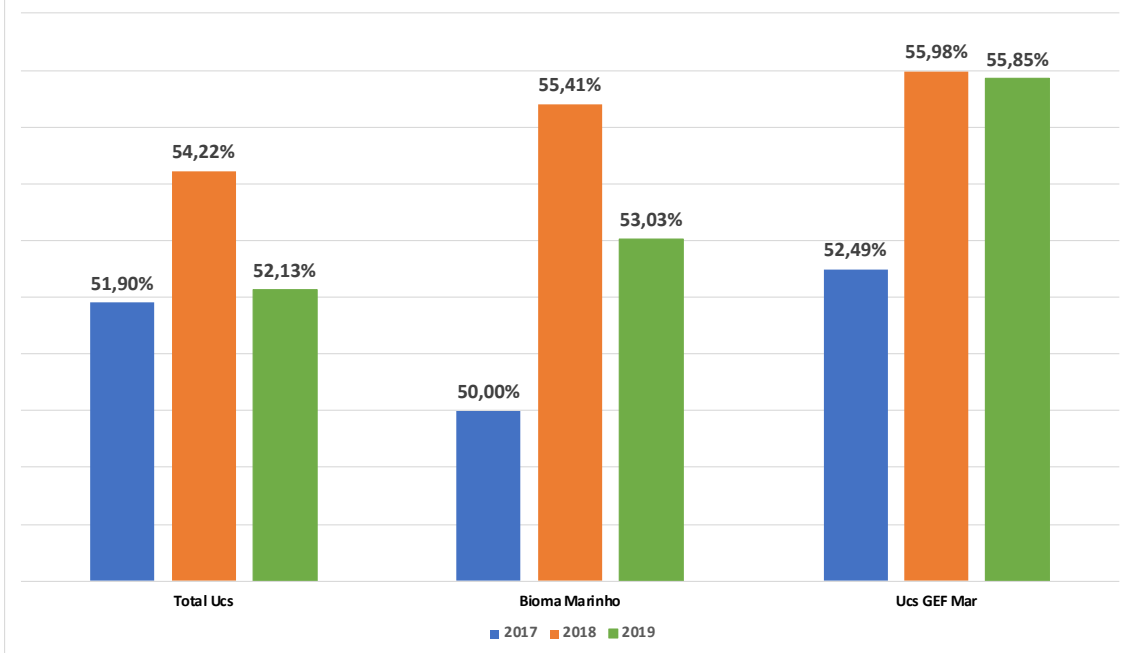
#### Anexo 4: Estudos Comparativos da Ferramenta SAMGE







Evolução Comparativa Indicador **Processos** - SAMGE



Anexo 5 – Resultados Alcançados com apoio do Projeto para os Alvos de Monitoramento

Alvos de Monitoramento	Resultados Alcançados com Apoio do Projeto
Aves limícolas	<ul style="list-style-type: none"> <li>○ 24 espécies registradas nos monitoramentos;</li> <li>○ 5 espécies ameaçadas no PARNA Lagoa do Peixe indicam que, ainda que o declínio populacional das aves limícolas no nível global seja da ordem de 70 a 80%, na AMCP a redução foi de cerca de 40%;</li> <li>○ 325 aves medidas e marcadas para identificação e rastreamento (anilhas, bandeirolas e transmissores VHF).</li> </ul>
Aves marinhas	<ul style="list-style-type: none"> <li>○ 14 espécies registradas nos monitoramentos, 04 espécies criticamente ameaçadas (CR), 03 espécies em perigo (EN);</li> <li>○ 524 aves marcadas com anilhas.</li> <li>○ 60 aves em análise de patógenos.</li> <li>○ 0 (zero) números de registros de interação negativa e 28 registros de ocorrência.</li> </ul>
Mamíferos marinhos	<p>Foram cadastrados no SIMMAM (Sistema de Apoio ao Monitoramento de Mamíferos Marinhos):</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>○ 8.554 registros de avistagens de cetáceos;</li> <li>○ 7.265 enalhes de mamíferos marinhos;</li> </ul> <p>Subsídios para elaboração:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Portaria MMA nº 375/2019 (PAN Cetáceos Marinhos),</li> <li>○ Portaria MMA nº 655/2019 (PAN Toninha)."</li> </ul>
Peixe-boi	<p>Mar do Norte:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>○ 8 animais manejados;</li> <li>○ 2 animais reintroduzidos.</li> </ul> <p>Mar do Nordeste:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>○ 12 animais reintroduzidos;</li> <li>○ 223 ações de manejo e tratamento.</li> <li>○ Reativação do sítio de reintrodução da espécie na APA Barra do Rio Mamanguape (inativo desde 2011),</li> <li>○ Recuperação das estruturas do projeto Peixe-Boi na Base do CEPENE em Itamaracá (PE), na APA Barra do Rio Mamanguape (PB) e APA Delta do Parnaíba (PI),</li> <li>○ Retomada das ações de monitoramento na APA Barra do Rio Mamanguape, APA Delta do Parnaíba e na Resex Baía do Tubarão (MA).</li> </ul>
Tartarugas marinhas	<ul style="list-style-type: none"> <li>○ Manejo e reintrodução de 3 animais na região Norte,</li> <li>○ Acompanhamento de 4 ninhos - eclosão e retomada ao mar na região Norte,</li> <li>○ Apoio à gestão e monitoramento em áreas prioritária,</li> <li>○ Acompanhamento de 4 fêmeas de <i>Dermochelys coriacea</i> (tartaruga de couro) marcadas com transmissores satelitais,</li> <li>○ Identificação de principais rotas de migração internidal (entre desovas sucessivas) e pós-reprodutivas de desova."</li> </ul>



Alvos de Monitoramento	Resultados Alcançados com Apoio do Projeto
Vegetação manguezal	○Diagnóstico/Caracterização inicial nas UCs.
Caranguejo-uçá	○Diagnóstico/Caracterização inicial nas UCs.
Peixes e invertebrados	<ul style="list-style-type: none"> <li>○Comparação da diversidade de peixes e corais em diferentes áreas protegidas, registro, identificação e marcação das colônias de corais branqueadas nas UCs, para monitoramento da recuperação,</li> <li>○Inserção dos dados do Atlântico Sul (Brasil) no Relatório global Reef Check,</li> <li>○Participação da comunidade nos alertas de branqueamento (comunitários capacitados para atuar no monitoramento nas UC)."</li> </ul>
Pesca e biodiversidade associada	<ul style="list-style-type: none"> <li>○120 embarcações com registros de mapa de bordo;</li> <li>○Total de 38 espécies registradas no monitoramento;</li> <li>○3 espécies ameaçadas em UC's e 8 em Capturas de Mapas de Bordo.</li> <li>○Lista de espécies ameaçadas no bycatch,</li> <li>○Definição de captura por unidade de área,</li> <li>○Medidas para os instrumentos de gestão das unidades de conservação,</li> <li>○Utilização de tecnologia de baixo custo e simples aplicação(aplicativos) para monitoramento das pescarias,</li> <li>○Recomendação para elaboração dos planos de gestão local do guaiaumum (SEI: 02030,000115/2018-18)</li> <li>○Plano de recuperação nacional (peixes recifais),</li> <li>○Análise da dinâmica da pesca nos últimos anos, efeitos das medidas de recuperação de ambientes (áreas fechadas),</li> <li>○Proposta de zoneamento de áreas de pesca do camarão na APA Costa dos Corais.</li> <li>○Diagnóstico/Caracterização dos estoques.</li> <li>○Plano de gestão local do guaiaumum (Processo SEI: 02125.000649/2019-68 e 02125.000649/2019-68),</li> <li>○Plano de gestão local do budião (Processo SEI: 02125.000649/2019-68 e 02125.000646/2019-24)."</li> <li>○Camarão (7 barbas, rosa e branco), peixes salteira, tainha e cavala – maior interesse socioeconômico monitorado,</li> <li>○Total de 78 espécies registradas no monitoramento,</li> <li>○15 espécies ameaçadas.</li> <li>○Sumário Executivo com Proposta de criação de UC Marinha na costa norte do Brasil (Lixeira),</li> <li>○Subsídio para o o Plano de Gestão do Camarão Rosa, (em publicação),</li> <li>○Subsídio para o ordenamento da pesca da Piramutaba, (em publicação), Pesca de Peixes (em publicação) e Pesca de Pargo (publicado). "</li> <li>○Lista de peixes para os bancos oceânicos 96.571 peixes distribuídos entre as 72 espécies;</li> </ul>

Alvos de Monitoramento	Resultados Alcançados com Apoio do Projeto
<p>Pesca e biodiversidade associada</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>○ Identificação dos recifes mesofóticos na plataforma continental de Pernambuco e em Fernando de Noronha;</li> <li>○ Batimetria detalhada das áreas monitoradas;</li> <li>○ Uso de tecnologia de baixo custo e de produção local (UFPE/CEPENE) para geração de vídeos e imagens submarinas, mais de 200 horas de vídeo gravadas no fundo do mar;</li> <li>○ Testes com dispositivos de escape – TED;</li> <li>○ Testes com dispositivos de escape de fauna acompanhante e espécies ameaçadas- BRD (Bycatch Reduction Device);</li> <li>○ Medida mitigadora - anzol circular (Portaria Interministerial nº74/2017) - redução de mortalidade de tartarugas e outras espécies ameaçadas.</li> </ul> <p>PARNA Lagoa do Peixe/RS:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Auto monitoramento camarão - medidas de ordenamento: abertura e fechamento de safras.</li> </ul> <p>APA Baleia Franca</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>○ 37 espécies de peixes monitorados,</li> <li>○ 10 espécies ameaçadas;</li> </ul>